



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES TRADICIONAIS SOBRE O PROJETO DE CARBONO
NA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ (RO)**

Por

PRISCILA ROCHA DE SOUSA

NAZARÉ PAULISTA, 2026



ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

**PERCEPÇÃO DOS MORADORES TRADICIONAIS SOBRE O PROJETO DE CARBONO
NA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ (RO)**

Por

PRISCILA ROCHA DE SOUSA

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

**PROF. DR. ANDRÉ VALLE NUNES
PROF. DR. CLAUDIO VALADARES PÁDUA
PROF. ME. PAULO HENRIQUE BONAVIGO**

**TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO
PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE**

**IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS
NAZARÉ PAULISTA, 2026**

Ficha Catalográfica

Sousa, Priscila

Percepção dos moradores tradicionais sobre o projeto de carbono na Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, 2026. 105 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

Comunidades tradicionais

Projeto de Carbono

Percepção Ambiental

Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade, IPÊ

BANCA EXAMINADORA

NAZARÉ PAULISTA, 2026

Prof. Dr. André Valle Nunes

Prof. Dr. Claudio Valadares Pádua

Prof. Dr. Marcelo Lucian Ferronato

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela vida, saúde e força concedidas ao longo dessa caminhada.

À minha família, em especial à minha mãe, Euzimar, e ao meu pai, José, pelo amor, apoio incondicional, incentivo constante, paciência e compreensão nos momentos de ausência, fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Ao meu companheiro de vida, Márcio, pelo carinho, incentivo, parceria e apoio constante, por estar ao meu lado e tornar essa caminhada mais leve.

Aos meus orientadores, pela disponibilidade, paciência, contribuições técnicas e acadêmicas, e pelo apoio ao longo de todo o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos membros do comitê de acompanhamento, pelas valiosas contribuições, sugestões e reflexões que enriqueceram este trabalho.

À minha turma de mestrado, que tornou essa jornada mais leve e significativa, pelo companheirismo, pelas trocas de conhecimento, pelo apoio mútuo e pelos aprendizados compartilhados ao longo do curso.

Às comunidades tradicionais participantes da pesquisa, pela confiança, acolhimento e generosidade em compartilhar seus conhecimentos, percepções e experiências, que constituem a base fundamental deste estudo.

Muito Obrigada!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	OBJETIVO	15
2.1	Objetivos Geral	15
2.2	Objetivos Específicos	15
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
3.1	Comunidades Tradicionais e Reservas Extrativistas na Amazônia	16
3.2	REDD+: Conceitos, Objetivos e Implicações na Amazônia	19
3.3	Percepção Ambiental e Participação Comunitária	21
4	MATERIAIS E MÉTODOS	23
4.1	Área de estudo	23
4.2	Coleta de dados.....	25
4.3	Análise de dados.....	27
5	RESULTADOS	29
5.1	Perfil dos entrevistados	29
5.2	Participação no projeto de carbono	29
5.3	Conhecimento sobre o projeto de carbono	30
5.4	Impactos do projeto na renda das famílias	32
5.5	Benefícios percebidos para a conservação ambiental.....	34
5.6	Percepções sobre mudanças ambientais	37
5.7	Expectativas sobre benefícios adicionais	39
5.8	Benefícios diretos percebidos.....	42
5.9	Impactos nas práticas e costumes tradicionais	43
5.10	Necessidades de melhorias no projeto	45
5.11	Comunicação entre famílias e responsáveis pelo projeto	48
5.12	Respeito às necessidades e opiniões das famílias.....	51
5.13	Comentários adicionais	53
6	DISCUSSÃO	55
6.1	Expectativas em Relação aos Benefícios e Mudanças Promovidas pelo Projeto	55
6.2	Impactos Percebidos nas Práticas Tradicionais, Culturais e Modos de Subsistência.....	59
6.3	Preocupações e Desafios Mencionados pelas Comunidades em Relação ao Projeto	64
6.4	Participação das Comunidades nas Decisões e Implementação do Projeto	70
7	CONCLUSÕES	76
7.1	Limitações do estudo.....	79
7.2	Recomendações:.....	79
	REFERÊNCIAS	80

APÊNDICES	89
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	90
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO	94
ANEXOS	97
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA	98
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO....	104

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição da participação das famílias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.	29
Tabela 2. Distribuição das categorias temáticas relacionadas ao conhecimento das famílias sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.....	31
Tabela 3. Categorias temáticas relacionadas aos impactos do projeto de carbono na renda das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.	34
Tabela 4. Distribuição das percepções das famílias sobre mudanças ambientais associadas ao projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.	36
Tabela 5. Categorias temáticas das percepções sobre mudanças ambientais na RESEX Rio Preto-Jacundá, com frequência de menções entre os entrevistados.	39
Tabela 6. Distribuição das expectativas e sugestões de benefícios adicionais indicadas pelos moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá.	41
Tabela 7. Distribuição dos benefícios diretos percebidos pelas famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.	43
Tabela 8. Distribuição das percepções sobre mudanças em costumes e tradições familiares na RESEX Rio Preto-Jacundá.	45
Tabela 9. Distribuição das percepções sobre a necessidade de melhorias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.	48
Tabela 10. Distribuição das percepções sobre a comunicação entre famílias e responsáveis pelo projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.	51
Tabela 11. Distribuição de frequência das categorias e subtemas sobre o respeito às necessidades e opiniões das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.	53
Tabela 12. Distribuição de frequência das categorias temáticas relacionados às informações e opiniões adicionais sobre o projeto de carbono.....	54

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa de localização da Reserva Extrativista, estado de Rondônia, Brasil.....	24
Figura 2. Entrevista com as famílias moradoras da Comunidade Chibe (A) e da Colocação Trindade (B) - RESEX Rio Preto-Jacundá.	25
Figura 3. Entrevista com moradores da comunidade Jatuarana (A) e da Colocação Sra. Aparecida (B) - RESEX Rio Preto-Jacundá.	25
Figura 4. Distribuição dos entrevistados que declaram participar ou não do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando que a maioria das famílias relatou algum nível de participação.....	29
Figura 5. Distribuição dos entrevistados quanto ao conhecimento sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando que parte significativa das famílias não soube explicar ou declarou não possuir conhecimento sobre o tema.	29
Figura 6. Percepção dos entrevistados quanto aos impactos do projeto de carbono na renda familiar na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de respostas que apontam melhorias na renda.....	31
Figura 7. Percepção dos entrevistados quanto à contribuição do projeto para a conservação ambiental na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de avaliações positivas entre os participantes.	33
Figura 8. Expectativas dos entrevistados sobre mudanças ambientais na RESEX Rio Preto-Jacundá após implementação do projeto de carbono, evidenciando percepções heterogêneas e número expressivo de entrevistados sem resposta definida.	36
Figura 9. Expectativa dos entrevistados quanto à ampliação de benefícios do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando elevada demanda por novos apoios.	39
Figura 10. Percepção dos entrevistados quanto aos benefícios diretos do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de respostas positivas.....	41
Figura 11. Percepção dos entrevistados quanto aos impactos do projeto de carbono sobre os costumes e práticas tradicionais na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando percepções divididas entre os participantes.	42
Figura 12. Avaliação dos entrevistados quanto à necessidade de melhorias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando demanda por ajustes entre os participantes.	45
Figura 13. Avaliação dos entrevistados sobre a comunicação entre as famílias e os responsáveis pelo projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, com maioria das respostas positivas.....	47
Figura 14. Percepção dos entrevistados sobre o respeito do projeto de carbono às necessidades	

e opiniões das famílias na RESEX Rio Preto-Jacundá, com maioria das respostas indicando atendimento às demandas, ainda que com algumas limitações.	50
Figura 15. Manifestação dos entrevistados quanto à apresentação de comentários adicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando baixa participação dos entrevistados nesse aspecto.	52

LISTA DE ABREVIACÕES

ASMOREX	Associação dos Moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá
CCBS	Climate, Community & Biodiversity Standards (Clima, Comunidade e Biodiversidade)
CDREX	Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas do Vale do Anari
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CLPI	Consentimento Livre, Prévio e Informado
CNUC	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
COOPEREX	Cooperativa dos Extrativistas da Reserva Rio Preto-Jacundá
IDESAM	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
IPÊ	Instituto de Pesquisas Ecológicas
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
REDD+	Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX	Reserva Extrativista
SEDAM	Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNFCCC	United Nations Framework Convention on Climate Change (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas)
VCS	Verified Carbon Standards (Padrão de Verificação de Carbono)

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

PERCEPÇÃO DOS MORADORES TRADICIONAIS SOBRE O PROJETO DE CARBONO NA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO-JACUNDÁ (RO)

Por

Priscila Rocha de Sousa

Fevereiro, 2026

Orientador: Prof. Dr. André Valle Nunes

Os projetos de carbono têm se consolidado como importantes instrumentos de mitigação das mudanças climáticas e conservação florestal, especialmente em unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia. Contudo, sua efetividade depende da forma como são compreendidos e legitimados pelas comunidades tradicionais que habitam esses territórios. Esta dissertação teve como objetivo analisar a percepção dos moradores da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá (RESEX Rio Preto-Jacundá), em Rondônia, sobre os impactos e mudanças associados ao projeto de carbono implementado no território da RESEX. A pesquisa adotou abordagem metodológica mista, com aplicação de questionários semiestruturados a 34 das 42 famílias residentes, correspondendo a 80,95% da população local. Os dados quantitativos foram tratados de forma descritiva, e as respostas abertas analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo temática. Os resultados indicam que 74% dos entrevistados participam do projeto, 80% avaliam positivamente a comunicação e 44% demonstram compreender seu funcionamento, embora o baixo nível de escolaridade (62% com ensino fundamental incompleto) limite a apropriação conceitual. No campo socioeconômico, 65% perceberam melhorias nas condições de vida, especialmente em infraestrutura e serviços básicos, enquanto a geração de renda direta foi menos expressiva. Ambientalmente, 79% reconhecem benefícios para a conservação, como redução do desmatamento, fortalecimento da fiscalização e maior consciência ambiental. A maioria (53%) não observou alterações significativas em costumes tradicionais, indicando respeito às práticas culturais locais. Conclui-se que o projeto é percebido de forma predominantemente positiva, embora persistam desafios quanto à compreensão do mecanismo, à equidade na distribuição dos benefícios e ao fortalecimento da governança participativa.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais; Projetos de carbono; Percepção ambiental; Unidades de Conservação; Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

PERCEPTION OF TRADITIONAL RESIDENTS ABOUT THE CARBON PROJECT IN THE RIO PRETO-JACUNDÁ EXTRACTIVE RESERVE (RO)

By

Priscila Rocha de Sousa

February, 2026

Advisor: Prof. Dr. André Valle Nunes

Carbon projects have established themselves as important instruments for climate change mitigation and forest conservation, especially in sustainable use units in the Amazon. However, their effectiveness depends on how they are understood and legitimized by the traditional communities that inhabit these territories. This dissertation aimed to analyze the perception of residents of the Rio Preto-Jacundá Extractive Reserve in Rondônia regarding the impacts and changes associated with the carbon project implemented in the area. The research adopted a mixed methodological approach, with the application of semi-structured questionnaires to 34 of the 42 resident families, corresponding to 80.95% of the local population. The quantitative data were treated descriptively, and the open-ended responses were analyzed using thematic content analysis. The results indicate that 74% of respondents participate in the project, 80% evaluate communication positively, and 44% demonstrate an understanding of how it works, although low levels of education (62% with incomplete elementary school education) limit conceptual appropriation. In the socioeconomic field, 65% noticed improvements in living conditions, especially in infrastructure and basic services, while direct income generation was less significant. Environmentally, 79% recognize benefits for conservation, such as reduced deforestation, strengthened enforcement, and greater environmental awareness. The majority (53%) did not observe significant changes in traditional customs, indicating respect for local cultural practices. It is concluded that the project is perceived in a predominantly positive light, although challenges remain regarding understanding of the mechanism, equity in the distribution of benefits, and strengthening participatory governance.

Keywords: Traditional communities; Carbon projects; Environmental perception; Conservation Units; Sustainable development.

1 INTRODUÇÃO

A crescente preocupação com as mudanças climáticas tem impulsionado o desenvolvimento de mecanismos internacionais voltados à redução de emissões de gases de efeito estufa, entre os quais destaca-se o REDD+ (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal). Essa iniciativa, vinculada à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), visa reconhecer e valorizar financeiramente os serviços ambientais prestados por florestas em pé, fomentando práticas sustentáveis e de conservação em países em desenvolvimento (NERY et al., 2013).

No Brasil, o REDD+ tem conquistado cada vez mais espaço, sobretudo na Amazônia Legal que abriga uma grande diversidade de unidades de conservação e comunidades tradicionais historicamente dependentes da floresta para sua subsistência. De acordo com o levantamento mais recente do IDESAM (2025), existem hoje cerca de 166 projetos de carbono florestal registrados na plataforma Verra, no âmbito do mercado voluntário, sendo que 124 deles estão localizados na Amazônia Legal, e apenas oito projetos operam em áreas protegidas. No estado de Rondônia, por exemplo, há sete projetos de carbono florestal; entretanto, apenas dois estão implementados em áreas protegidas e com registro no Verra: o projeto REDD+ Rio Preto-Jacundá e o projeto Suruí. Em todo o Brasil, apenas dois projetos estão sendo desenvolvidos dentro de Unidades de Conservação: o projeto REDD+ Rio Preto-Jacundá, em uma Reserva Extrativista (RESEX), em Rondônia, e o projeto Juma, situado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), no Amazonas.

Apesar da relevância dessas iniciativas, a implantação em territórios tradicionais ainda apresenta desafios consideráveis, envolvendo questões como a governança, a distribuição justa dos benefícios e a proteção dos modos de vida locais, que se revelam pontos centrais de atenção. Conforme alerta Pires (2019), é essencial avançar em processos institucionais mais transparentes e inclusivos, que respeitem a diversidade sociocultural e a complexidade das relações territoriais que marcam a realidade dessas populações.

Segundo Mello (2023) os efeitos desses programas são complexos e, muitas vezes, contraditórios, podendo gerar impactos tanto positivos quanto negativos para os moradores envolvidos. Entre os aspectos mais discutidos na literatura está a forma como as famílias percebem os impactos sociais e econômicos dessas iniciativas. Essa percepção é um componente fundamental da legitimidade social dos projetos e influencia diretamente sua eficácia e sustentabilidade. Como destacam Larson et al. (2013), que ressaltam que a garantia dos direitos locais, a participação efetiva das comunidades e o respeito ao consentimento livre,

prévio e informado são pilares essenciais para promover o engajamento das populações tradicionais, contribuindo diretamente para a legitimidade, efetividade e sustentabilidade das iniciativas REDD+.

Nesse sentido, investigações que escutam os moradores das áreas protegidas contribuem para qualificar as políticas públicas ambientais e promover modelos de governança mais democráticos e participativos. Além disso, é necessário considerar que comunidades tradicionais possuem formas próprias de organização social, produção e relação com o território, que nem sempre são contempladas pelos marcos regulatórios e pelas metodologias padronizadas dos projetos de carbono (SILVEIRA & HARDT, 2023). A ausência de consulta prévia, a assimetria de informações e a concentração de benefícios são apontadas como fatores que podem comprometer a efetividade e a justiça ambiental desses programas (JÚNIOR et al., 2025).

O projeto REDD+ na RESEX Rio Preto-Jacundá, em Rondônia, atua como uma iniciativa para proteger a floresta e gerar benefícios socioeconômicos para as famílias extrativistas. Implementado no mercado voluntário de carbono, ele segue os padrões Verified Carbon Standards (VCS) e Climate, Community and Biodiversity Standard (CCBS) e utiliza a metodologia VM0015 v1.1 para calcular as emissões evitadas. O projeto visa reduzir o desmatamento não planejado e ilegal, contribuir para a mitigação de gases de efeito estufa e promover o fortalecimento da organização comunitária. Além disso, busca conservar a biodiversidade local por meio do monitoramento de espécies e da parceria com instituições de pesquisa. O projeto é realizado em parceria com a empresa Bioflica, a Associação de Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá e Ribeirinhos do rio Machado (ASMOREX) e conta com o apoio do Centro de Estudos Rioterra (CES Rioterra) e o Conselho Deliberativo das Reservas Extrativistas do Vale do Anari (CDREX).

Esta pesquisa parte da escuta dessas famílias para entender, a partir da experiência de quem vive no local, como o projeto tem influenciado sua renda, suas práticas de vida e sua relação com o ambiente. O objetivo central deste estudo é analisar como os moradores da RESEX percebem as mudanças trazidas pelo projeto de carbono, com atenção especial aos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Neste contexto, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com famílias extrativistas, buscamos compreender quais mudanças são sentidas, quais dúvidas ainda permanecem e como essas percepções ajudam a avaliar os caminhos e desafios desse tipo de iniciativa em contextos comunitários no sul da Amazônia brasileira.

2 OBJETIVO

2.1 Objetivos Geral

Compreender a percepção das comunidades extrativistas da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá sobre as mudanças e impactos associados ao projeto de carbono em suas vidas e práticas tradicionais.

2.2 Objetivos Específicos

- Identificar as expectativas das comunidades em relação aos benefícios e mudanças promovidas pelo projeto;
- Analisar como as práticas tradicionais, culturais, sociais e os modos de subsistência das comunidades foram percebidos como impactados pelo projeto;
- Examinar as principais preocupações e desafios mencionados pelas comunidades em relação ao desenvolvimento do projeto;
- Investigar o nível de participação (governança) das comunidades nas decisões e na implementação do projeto de carbono.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 Comunidades Tradicionais e Reservas Extrativistas na Amazônia

No Brasil, comunidades tradicionais são reconhecidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição, conforme previsto no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) (Brasil, 2007).

O modo de vida dessas comunidades está intimamente conectado ao ambiente natural, e elas exercem um papel importante para a manutenção e o equilíbrio dos ecossistemas. Segundo Thum (2017), o desenvolvimento sustentável está diretamente associado à forma como os povos tradicionais se relacionam com a natureza, da qual extraem sua subsistência e constroem conhecimentos que são transmitidos entre gerações.

Diversos autores destacam que o vínculo entre cultura e natureza é constitutivo das estratégias de reprodução social desses grupos, em que o manejo dos recursos naturais se dá por meio de práticas adaptativas historicamente acumuladas (DIEGUES, 2000; ARRUDA, 1999). O conhecimento ecológico tradicional, transmitido oralmente ao longo do tempo, conforma formas próprias de relação com o território, que não apenas asseguram a sobrevivência física, mas também sustentam sua identidade cultural (ALMEIDA, 2008; CUNHA, 2009).

Nesse contexto, as práticas de conservação integram o cotidiano dessas populações, tornando o acesso à terra e aos recursos naturais não apenas um direito, mas uma condição imprescindível à continuidade de seus modos de vida. O uso sustentável da terra, nesse sentido, torna-se base de sua permanência e resistência sociocultural frente às crescentes ameaças aos seus territórios (TOLEDO, 2005).

Dentro desse contexto de relação equilibrada com a natureza, destaca-se o extrativismo como uma das principais formas de organização produtiva dessas comunidades. Trata-se de uma prática historicamente desenvolvida por populações que mantêm uma relação direta com a floresta, muitas vezes pautadas por necessidades de sobrevivência e reprodução social, baseada no uso e manejo sustentável dos recursos naturais, de modo a garantir sua subsistência e a geração de renda, sem promover a degradação dos ecossistemas.

Segundo Allegretti (1987), o extrativismo representa uma alternativa econômica e

política viável, ao conciliar conservação ambiental com justiça social. Embora o termo extrativismo possua uma diversidade semântica, neste trabalho ele será abordado com foco no extrativismo vegetal, com destaque para a coleta de produtos florestais não madeireiros, especialmente a castanha-do-brasil, açaí e a copaíba, que constituem as principais atividades realizadas na RESEX Rio Preto-Jacundá, além da agricultura de pequeno porte e o manejo madeireiro, conforme apresentado em seu plano de manejo.

Na classificação proposta por Homma (1993) e Costa (2010), o extrativismo vegetal pode se dividir em duas categorias: o de coleta e o de aniquilamento. No extrativismo de coleta, os produtos são retirados da floresta sem comprometer sua capacidade de regeneração, o que assegura a continuidade dos ciclos naturais e o equilíbrio ecológico. Esse tipo de atividade está fortemente associado aos saberes tradicionais e ao respeito ao tempo de renovação dos recursos naturais.

Já o extrativismo de aniquilamento ocorre quando há exploração intensiva de partes estruturais do ecossistema, como madeira, raízes ou frutos em excesso o que compromete sua capacidade de regeneração. Quando a taxa de extração supera a de recomposição, há risco de esgotamento dos recursos e desequilíbrio ambiental. Ainda assim, mesmo quando enfrentam pressões externas, o extrativismo continua sendo, para muitas comunidades, mais do que uma estratégia de subsistência: é parte indissociável de seus modos de vida, de sua organização social e de sua memória coletiva (ARRUDA, 1999; ALMEIDA, 2004).

As Reservas Extrativistas (RESEXs) surgiram com uma estratégia inovadora de conservação ambiental atrelada à valorização e proteção dos modos de vidas tradicionais das populações da floresta. Criadas na década de 1980, a partir das lutas dos seringueiros liderados por Chico Mendes (ALLEGRETTI, 1987; ALMEIDA, 2008), as RESEXs materializam a resistência dos povos da floresta contra o desmatamento e a expropriação territorial (ALLEGRETTI, 1987; DIEGUES, 2008).

As RESEXs foram formalmente instituídas como categoria de Unidade de Conservação pela Lei nº 9.985/2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentado pelo Decreto nº 4.340/2002 (BRASIL, 2000). Trata-se de áreas protegidas de uso sustentável, em que o Estado reconhece o direito das populações extrativistas à terra e ao uso coletivo dos recursos naturais, permitindo sua exploração de forma tradicional e sustentável, associada à agricultura de pequena escala e à criação de animais de subsistência.

Na Amazônia, as RESEXs desempenham um papel fundamental na proteção dos territórios tradicionalmente ocupados por populações que dependem diretamente dos recursos naturais para sua subsistência. Segundo os dados do Cadastro Nacional de Unidade de

Conservação (CNUC/MMA, 2024), existem atualmente cerca de 79 RESEXs na região, que juntas protegem aproximadamente 14.705.949 hectares, o que representa 3,49% do bioma amazônico. Considerando as sobreposições, cerca de 28% da área total de Unidades de Conservação da Amazônia corresponde a essa categoria.

Ao integrar conservação ambiental com direitos territoriais, essas unidades representam um modelo inovador de política pública voltada à sustentabilidade sociocultural e ecológica. Autores como Almeida e Cunha (2009) destacam que as RESEXs não apenas protegem a biodiversidade, mas também reconhecem os modos de vida tradicionais como parte essencial da manutenção dos ecossistemas.

Para Diegues (2008), a criação das RESEXs constitui um avanço na compreensão da conservação ambiental com processo que deve incluir a diversidade cultural e o reconhecimento tradicional como componentes centrais da gestão territorial. Nesse sentido, as RESEXs consolidam-se com espaços de resistência, valorização dos saberes locais e alternativas ao modelo predatório de ocupação na Amazônia (ARRUDA, 1999). Para Almeida et al. (2018), as RESEXs representam um modelo alternativo de desenvolvimento sustentável que combina conservação da biodiversidade com justiça social, reconhecendo as populações tradicionais como protagonistas da conservação ambiental. Ainda segundo o autor, as RESEXs reafirmam o direito dessas comunidades de permanecer em seus territórios, assegurando o uso dos recursos naturais conforme seus próprios conhecimentos e práticas tradicionais.

A RESEX Rio Preto-Jacundá, localizada entre os municípios de Cujubim e Machadinho d'Oeste, na região nordeste do estado de Rondônia, é uma Unidade de Conservação estadual criada por meio do Decreto nº 7.336, de 17 de janeiro de 1996, com o objetivo de proteger os modos de vida das comunidades extrativistas da região e garantir a conservação dos recursos naturais.

Em 2012, a Reserva Extrativista (RESEX) passou a integrar um projeto de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), coordenado pela empresa Biofílica em parceria com a ASMOREX, com o objetivo de promover a conservação florestal aliada ao fortalecimento da comunidade local. O projeto prevê a geração de créditos de carbono por meio da proteção de cerca de 95 mil hectares de floresta e, com os recursos obtidos, têm sido implementadas diversas ações voltadas à melhoria da qualidade de vida das famílias residentes.

Entre os benefícios viabilizados pelo projeto estão: capacitações em agroecologia, manejo de resíduos e compostagem; reformas nas condições sanitárias das moradias; instalação de um centro comunitário para beneficiamento de açaí e castanha-do-brasil; além da criação de

um espaço educativo voltado a jovens e adultos. Segundo dados da Bioflica (2016), essas atividades são realizadas em articulação com os moradores e têm contribuído tanto para a segurança alimentar quanto para a geração de renda complementar.

Esses resultados demonstram como o mecanismo REDD+ pode promover mudanças concretas na vida das populações tradicionais quando articulado à organização comunitária, ao mesmo tempo em que posicionam a RESEX Rio Preto-Jacundá como um caso de estudo em inovação socioambiental na Amazônia Legal.

Este trabalho busca justamente compreender como essas transformações têm sido percebidas pelas comunidades residentes, considerando seus modos de vida, suas expectativas e sua relação histórica com o território que ocupam, em um contexto em que a conservação ambiental deve estar intrinsecamente conectada à justiça social e ao reconhecimento dos saberes tradicionais.

3.2 REDD+: Conceitos, Objetivos e Implicações na Amazônia

O conceito de REDD+ (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) surgiu como uma proposta global para enfrentar as mudanças climáticas, reconhecendo o valor dos serviços ecossistêmicos prestados pelas florestas tropicais (ANGELSEN, 2009). O acréscimo do sinal “+” amplia o escopo da proposta inicial, incluindo ações voltadas à conservação, ao manejo sustentável das florestas e ao aumento dos estoques de carbono. Esse mecanismo foi desenvolvido no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e tem como objetivo central oferecer incentivos financeiros para países em desenvolvimento que adotem práticas de conservação florestal. De acordo com a própria UNFCCC, o REDD+ funciona como uma recompensa pela manutenção da floresta em pé, reconhecendo o seu papel no combate ao aquecimento global.

Na prática, o mecanismo opera por meio de compensações financeiras baseadas em resultados mensuráveis, vinculadas à redução de emissões de gases de efeito estufa. Ao promover a conservação ambiental, o manejo sustentável das florestas e o aumento dos estoques de carbono aliados ao desenvolvimento sustentável, o REDD+ busca incentivar políticas públicas mais integradas e justas nos países tropicais.

Na Amazônia brasileira, a implementação do REDD+ tem ocorrido em meio a disputas políticas, conceituais e territoriais (FATORELLI et al., 2015). Por um lado, os projetos oferecem uma nova perspectiva para o financiamento da conservação ambiental e o fortalecimento das populações locais. Por outro, levantam preocupações quanto aos seus efeitos sobre os direitos e modos de vida de povos e comunidades tradicionais. A diversidade sociocultural da região,

os conflitos fundiários e as limitações institucionais têm se mostrado desafios recorrentes à efetivação de uma governança justa e participativa (RIVA, 2018).

Um exemplo marcante da aplicação do REDD+ em contextos amazônicos é o projeto desenvolvido pelo povo indígena Suruí, em Rondônia. Reconhecido como uma das primeiras iniciativas de REDD+ lideradas por indígenas no mundo, o projeto foi inicialmente valorizado por seu caráter inovador e pelo protagonismo comunitário na sua formulação e gestão. No entanto, ao longo do tempo, a experiência evidenciou desafios significativos, como pressões externas, instabilidades contratuais e dificuldades na garantia da autonomia plena da comunidade frente aos mecanismos do mercado de carbono (GEBARA, 2013).

Nesse contexto, iniciativas como o projeto do povo indígena Suruí, em Rondônia, figura como uma das primeiras experiências de REDD+ indígena do mundo. A iniciativa foi inicialmente reconhecida como um modelo inovador de protagonismo comunitário, por ter sido proposta e liderada pela própria comunidade. Ainda assim, enfrentou diversos obstáculos ao longo do tempo, entre eles pressões externas, problemas de mercado e dificuldades para garantir a continuidade do projeto (GEBARA, 2014).

Pesquisas recentes apontam que, mesmo bem-intencionados, projetos REDD+ podem gerar impactos negativos se não forem acompanhados por processos de consulta livre, prévia e informada (CLPI), conforme estabelecido na Convenção nº 169 da OIT. Falhas nesse processo já foram observadas em territórios ocupados por populações extrativistas, indígenas e ribeirinhas, que nem sempre conseguem acessar informações claras ou participar efetivamente das decisões (MELLO, 2023; ALKMIN, 2023).

Além disso, há críticas crescentes ao modo como alguns projetos têm transformado territórios e modos de vida em “ativos de carbono” negociáveis no mercado voluntário. Essa mercantilização pode acabar reforçando desigualdades históricas, privilegiando grandes agentes econômicos em detrimento das comunidades locais (FURTADO et al., 2024; NERY et al., 2013; MAY et al., 2016).

A credibilidade do REDD+ também tem sido questionada quando se observa a ausência de transparência nos contratos, a distribuição desigual dos benefícios financeiros e a dificuldade em comprovar a adicionalidade e a permanência das metas climáticas assumidas (BITTENCOURT, 2011; COSTA, 2012). Essa crítica vem sendo reforçada por lideranças comunitárias e especialistas que defendem mudanças estruturais na forma como esses projetos são elaborados e executados.

Diante dessas preocupações, o Ministério Público do Pará e o Ministério Público Federal emitiram, em 2023, a Nota Técnica nº 02/2023, recomendando salvaguardas para

proteger os direitos das comunidades envolvidas em projetos de carbono. O documento alerta para irregularidades como contratos abusivos, ausência de CLPI, conflitos territoriais e a negociação indevida de créditos de carbono em terras públicas. Entre as orientações, destaca-se a necessidade de garantir transparência nas negociações, respeito aos usos e costumes locais, e proteção efetiva dos direitos territoriais, inclusive em áreas já tituladas.

Esses apontamentos mostram que, embora o REDD+ tenha potencial como instrumento de política ambiental, sua efetividade depende de mecanismos robustos de governança, escuta qualificada e respeito às comunidades que vivem e cuidam da floresta há gerações.

3.3 Percepção Ambiental e Participação Comunitária

Para Okamoto (2002), a percepção ambiental corresponde ao processo por meio do qual o ser humano interpreta, convive e se adapta ao ambiente em que vive, considerando tanto os estímulos sensoriais quanto as relações sociais que se constroem com o espaço físico, especialmente em contextos de vulnerabilidade ou instabilidade ambiental. Ainda segundo o autor, essa percepção também envolve a forma como os indivíduos compreendem as interações entre meio ambiente e atores sociais, expressando expectativas, opiniões e orientações práticas. Melazo (2005) complementa ao afirmar que a percepção ambiental desempenha um papel essencial na compreensão das relações entre o ser humano e o ambiente urbano, refletindo valores, comportamentos e visões de mundo. Mais do que compreender percepções individuais, essa abordagem contribui para a sensibilização e a conscientização ambiental.

Palma (2005) afirma que “o levantamento da percepção ambiental poderá servir como base para futuros projetos ambientais [...] pois é possível identificar as dificuldades encontradas, e com isso trabalhar com a realidade desta população” (p. 57). Embora desenvolvido em um ambiente universitário, o estudo evidencia que a análise da percepção ambiental pode ser adaptada a contextos sociais diversos, incluindo populações tradicionais, cuja relação com o território influencia diretamente como avaliam os impactos de projetos ambientais.

Para comunidades tradicionais, o bem-estar vai além de indicadores econômicos ou materiais: está profundamente ligado à permanência no território, à segurança alimentar, ao direito à moradia digna e à liberdade para manter práticas culturais e modos de vida com tranquilidade (LACERDA; ACOSTA, 2017). Nas RESEXs, esse entendimento assume contornos ainda mais particulares, refletindo o vínculo histórico e simbólico das populações com a floresta.

Nesse sentido, o acesso à saúde e à educação, assim como a autonomia produtiva, são dimensões centrais para promover a qualidade de vida e fortalecer a resiliência comunitária

(ESTRELA, 2020). Lopes, Garro e Leite (2024) também apontam que iniciativas que promovem segurança alimentar, geração de renda e fortalecimento das cadeias produtivas extrativistas desempenham papel estratégico na construção do bem-estar social, além de manter viva a cultura local e contribuir para a conservação ambiental.

Alguns estudos demonstram que a participação ativa e contínua da comunidade ao longo do projeto é condição fundamental para o alcance de resultados positivos nas estratégias relacionadas ou não ao carbono, além de melhorar a efetividade das iniciativas REDD+ (ANGELSEN et al., 2012; DUCHELLE et al., 2018). O estudo realizado por Mello (2023), que analisou sete projetos REDD com co-benefícios na região amazônica, demonstra que o Projeto RESEX Rio Preto-Jacundá foi o único que apresentou processos inclusivos e benefícios sociais relevantes. Foram registradas melhorias nas condições de moradia, na infraestrutura, no acesso a serviços básicos e no apoio a atividades produtivas. Dessa forma, o projeto mostra que, quando os benefícios socioambientais e a redução de emissões são alcançados juntamente com a participação ativa das comunidades, os resultados das iniciativas REDD+ são mais efetivos.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

4.1 Área de estudo

A pesquisa foi realizada na RESEX Rio Preto-Jacundá, localizada nos municípios de Machadinho d'Oeste e Cujubim, na região nordeste do Estado de Rondônia, entre as coordenadas geográficas aproximadamente 09°10'00" S e 62°05'00" W, e 08°40'00" S e 62°25'00" W (Figura 1). A unidade de conservação possui aproximadamente 95.300 hectares e foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.336, de 1996. Historicamente ocupada por seringueiros e marcada por processos de luta territorial, a RESEX abriga atualmente, segundo dados fornecidos pela ASMOREX, cerca de 42 famílias, totalizando aproximadamente 136 pessoas, que têm como principais estratégias de reprodução social e econômico o extrativismo, a agricultura de subsistência e o manejo florestal. A reserva integra o bioma Amazônico, sendo uma das áreas de alta prioridade para conservação, tanto pela biodiversidade quanto pela pressão antrópica e fundiária (BIOFÍLICA, 2016).

No contexto socioeconômico, o extrativismo vegetal é uma atividade expressiva na unidade, sendo realizado por parcela significativa das famílias, com destaque para a coleta de produtos florestais não madeireiros, como castanha-do-brasil (*Bertholletia excelsa*), açaí (*Euterpe precatoria*) e óleo de copaíba (*Copaifera sp.*). Segundo levantamento da Biofílica (2016), com base em dados de campo coletados em 2013, 64% das famílias realizam a coleta de essas atividades, que possuem diferentes finalidades, incluindo consumo para subsistência, uso medicinal, construção e comercialização.

Em termos produtivos, a castanha-do-brasil apresentou produção de 1.885 kg, com receita bruta de R\$ 4.488, comercializada por sete famílias. O açaí teve produção de 4.140 litros, com receita de R\$ 1.955, sendo comercializado por uma família. O óleo de copaíba somou 11.400 litros, gerando R\$ 10.000, com participação de nove famílias. A comercialização desses produtos representa uma importante fonte de renda complementar, embora ainda enfrente desafios relacionados à cadeia de valor e à comercialização justa (BIOFÍLICA, 2016).

No que se refere à agricultura de subsistência, a produção baseia-se principalmente no cultivo de mandioca, milho e feijão. A mandioca, por exemplo, é transformada em farinha e polvilho sendo o excedente comercializado nos mercados regionais ou com atravessadores. Estima-se que 90,91% da produção de mandioca seja vendida, enquanto o restante é destinado ao consumo local. Também são produzidos arroz (5.400 kg), feijão (2.700 kg), café não torrado (1.200 kg) e farinha de mandioca (6.200 kg), com foco na segurança alimentar das famílias (BIOFÍLICA, 2016; CENTRO DE ESTUDOS RIO TERRA, 2016).

Além disso, a RESEX inclui o manejo florestal madeireiro, realizado por meio de contrato exclusivo entre a COOPEREX e a empresa Wood Shopping, firmado em 2005 com vigência até 2045. No entanto, o plano de manejo da unidade aponta a ausência de dados consolidados sobre o volume extraído e as espécies exploradas, o que dificulta a avaliação da sustentabilidade dessa prática (BIOFÍLICA, 2016; CENTRO DE ESTUDOS RIO TERRA, 2016).

A gestão comunitária da RESEX conta com a atuação da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá e Ribeirinhos do Rio Machado (ASMOREX) e da Cooperativa dos Extrativistas da Reserva Rio Preto-Jacundá (COOPEREX). Essas organizações representam os interesses das famílias residentes, articulando ações para garantir o uso sustentável dos recursos naturais e defender o bem-estar coletivo.

A unidade é administrada pela Coordenadoria de Unidades de Conservação, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM/RO), e conta com um Plano de Manejo em vigor desde 2017. Este instrumento estabelece o diagnóstico da área, o zoneamento e as diretrizes de uso e manejo dos recursos naturais, abrangendo atividades como exploração florestal, pesca, caça de subsistência, extração de produtos florestais não madeireiros, como látex, castanha e açaí, além de práticas de ecoturismo (ISA, 2021).

Apesar de se tratar de uma área protegida, o Plano de Manejo indica que a localização geográfica da reserva, em uma zona estratégica do bioma amazônico, também a insere no chamado “Arco do Desmatamento”, uma região marcada por intensas pressões fundiárias e expansão da fronteira agrícola (CENTRO DE ESTUDOS RIO TERRA, 2016).

O acesso à RESEX Rio Preto-Jacundá ocorre tanto por via terrestre, a partir da capital Porto Velho pela BR-364 (sentido Cuiabá), seguindo pela RO-257 e RO-133 até Machadinho d’Oeste, além de ramais vicinais na área rural, quanto por via fluvial, utilizando o rio Machado, um dos principais formadores da bacia hidrográfica do rio Madeira (Neto et al., 2002).

O clima da área é do tipo Tropical Chuvoso (Aw), segundo Köppen, com temperaturas médias anuais entre 24 °C e 26 °C. A precipitação anual varia de 2.300 mm e 2.500 mm por ano, podendo passar de 2.700 mm nos meses mais úmidos, de dezembro a março. Os períodos mais secos, com menores índices de chuva, ocorrem entre julho e setembro, quando também se registram as temperaturas médias diárias mais elevadas.

A formação vegetal predominante na RESEX Rio Preto-Jacundá é característica de floresta tropical úmida, típica do bioma Amazônico. Dentro da unidade, destacam-se diferentes tipologias florestais, como Floresta Ombrófila Aberta Submontana, Floresta Ombrófila Aberta em Terras Baixas, Floresta Ombrófila Densa e áreas de Campos (Campinarana). Essa

diversidade de formações vegetais reflete a riqueza ambiental da reserva e reforça sua importância para a conservação da biodiversidade regional.

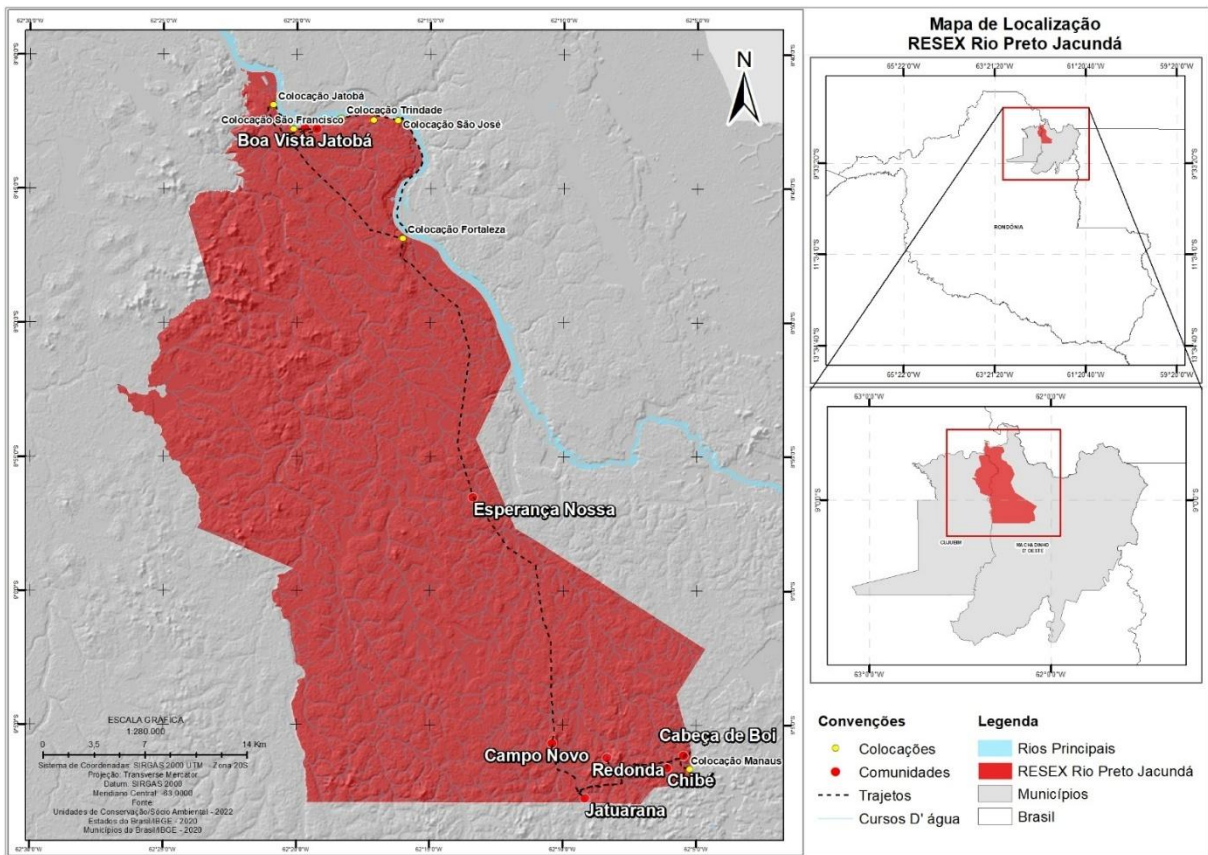


Figura 1. Mapa de localização da Reserva Extrativista, estado de Rondônia, Brasil.

4.2 Coleta de dados

A abordagem metodológica adotada foi de caráter misto, combinando dados quantitativos e qualitativos. Para a coleta de informações, utilizou-se um questionário semiestruturado (APÊNDICE B), composto por 21 perguntas, abrangendo aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais relacionados ao projeto de carbono na RESEX. A aplicação do questionário aconteceu de forma presencial, com o apoio de gravações em áudio e anotações em formulários impressos. As entrevistas foram realizadas entre os dias 5 e 11 de janeiro de 2025 (Figura 2).



Figura 2. Entrevista com as famílias moradoras da Comunidade Chibe (A) e da Colocação Trindade (B) - RESEX Rio Preto-Jacundá.



Figura 3. Entrevista com moradores da comunidade Jatuarana (A) e da Colocação Sra. Aparecida (B) - RESEX Rio Preto-Jacundá.

Antes de iniciar a aplicação dos questionários, foi realizado um pré-teste na própria RESEX Rio Preto-Jacundá, por meio de uma entrevista presencial com um morador. Essa etapa permitiu identificar quais perguntas estavam claras e quais precisavam ser reformuladas, garantindo que a linguagem fosse adequada e facilmente compreendida pelos participantes.

Ao todo, foram entrevistadas 34 das 42 famílias residentes na RESEX, representando 81% da população local. A ausência de 8 famílias se deu por razões logísticas, pois não se encontravam na área durante o período de coleta. As visitas foram organizadas em colaboração com a Associação dos Moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá (ASMOREX), que deu suporte à logística, à mobilização das comunidades e disponibilizou um morador para acompanhar o pesquisador em todas as visitas, auxiliando no deslocamento até as residências.

Para garantir que todos os participantes compreendessem plenamente seus direitos, o Termo de Consentimento Livre e Informado (APÊNDICE A) foi lido integralmente para todos os entrevistados, com atenção especial aos que não possuíam letramento, antes da assinatura. Além de autorizar o uso das informações para fins acadêmicos, o termo também incluía permissão para o uso de imagem, voz e opiniões dos entrevistados nos resultados e produtos finais da pesquisa, sempre resguardando a confidencialidade e o direito de recusa ou desistência em qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

A escolha da RESEX Rio Preto-Jacundá como área de estudo justifica-se por ser a única reserva extrativista estadual de Rondônia com projeto REDD+ certificado internacionalmente (Verra), implantado há mais de uma década, já distribuindo benefícios às comunidades e permitindo avaliar de forma mais consolidada as percepções sobre seus impactos.

O estudo foi autorizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), conforme parecer nº 7.397.542, datado de 19 de fevereiro de 2025. Também foi concedida a Autorização de Pesquisa em Unidade de Conservação emitida pela Secretaria de Desenvolvimento Ambiental do Estado de Rondônia (SEDAM), em 6 de dezembro de 2024. Essas autorizações asseguram o cumprimento das exigências legais e éticas da pesquisa, garantindo o respeito aos direitos dos participantes e à integridade das informações coletadas.

4.3 Análise de dados

Os dados obtidos foram sistematizados em planilhas do Microsoft Excel, o que possibilitou a sistematização de todas as respostas do questionário aplicado, facilitando a organização, tabulação e elaboração de tabelas descritivas. Os gráficos que ilustram os resultados quantitativos foram gerados no software RStudio, por meio de representações percentuais, permitindo uma leitura clara e comparativa das percepções identificadas.

A análise qualitativa foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo temático, escolhido por permitir a interpretação sistemática de significados presentes nas falas dos participantes. Para auxiliar esse processo, utilizou-se o software Escriba, que apoiou a transcrição, organização e sistematização dos registros de falas. As respostas abertas foram examinadas utilizando a técnica de análise de conteúdo temática, conforme proposta por Bardin (2016) e complementada por Minayo (2012). Essa técnica consiste em identificar unidades de sentido nas falas, posteriormente organizadas em categorias e subcategorias temáticas, permitindo a interpretação sistemática dos significados atribuídos pelos entrevistados.

A abordagem adotada foi de caráter indutivo, permitindo que as categorias emergissem a partir dos dados empíricos, sem a imposição de categorias pré-definidas, o que possibilitou uma compreensão mais fiel das percepções dos participantes. O processo seguiu as três etapas clássicas da análise de conteúdo: (1) pré-análise (leitura flutuante e organização do material), (2) exploração do material (codificação e categorização) e (3) tratamento dos resultados e interpretação (análise crítica à luz dos objetivos da pesquisa).

Durante a etapa de exploração do material, foram adotados critérios semânticos para a codificação das falas, considerando o conteúdo explícito das respostas e o nível de compreensão demonstrado pelos entrevistados. As categorias foram construídas com base na recorrência de padrões e temas emergentes. Como exemplo, respostas que indicavam ausência de compreensão foram classificadas como “desconhecimento”, enquanto aquelas que apresentavam noções gerais, porém incompletas, foram categorizadas como “conhecimento parcial”.

Em casos de respostas ambíguas ou que apresentavam múltiplos sentidos, foi adotado o critério de classificação múltipla, permitindo que uma mesma fala fosse associada a mais de uma categoria temática. Quando a ambiguidade dificultava a interpretação, considerou-se o contexto da resposta e sua coerência com o conjunto das falas do entrevistado, buscando garantir maior consistência analítica.

Essa abordagem permitiu extrair informações latentes e explícitas, relacionando as falas dos participantes aos contextos sociais, econômicos e ambientais do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá. Os dados quantitativos foram apresentados em valores percentuais, visando facilitar a interpretação dos resultados e destacar as percepções gerais da comunidade.

Como etapa complementar, será feita uma devolutiva à comunidade participante, apresentando os principais resultados da pesquisa. Esse retorno busca compartilhar o conhecimento produzido, reconhecer a participação dos moradores e promover reflexões sobre as ações e impactos do projeto de carbono no território.

5 RESULTADOS

5.1 Perfil dos entrevistados

Dos 42 núcleos familiares residentes na RESEX, 34 participaram da pesquisa (80,95%), enquanto oito famílias (19,05%) não foram encontradas em suas moradias no momento da aplicação dos questionários. A maioria dos respondentes é do sexo feminino (55,88%), enquanto os homens representaram 44,12% e a média de idade foi de 45 anos, sendo o mais velho com 78 anos e o mais jovem com 19. Em 55,88% dos lares vivem até três pessoas, e 67,65% das famílias residem na reserva há mais de dez anos. A escolaridade predominante é o ensino fundamental incompleto (62%). As principais atividades econômicas identificadas são a agricultura de subsistência (88%) e o extrativismo (74%), sendo que 59% exercem essas práticas há mais de uma década.

5.2 Participação no projeto de carbono

Em relação à participação no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, observa-se que a maioria dos entrevistados relatou ter algum nível de participação, ainda que com intensidades variadas. Dos 34 participantes, 74% (n= 25) declararam participar de alguma forma, enquanto 26% (n= 9) afirmaram não participar do projeto (Figura 4).

A Tabela 1 resume a distribuição das respostas.

Tabela 1. Distribuição da participação das famílias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Participação	Frequência	% do Total	
Alguma participação	25	74%	
Sem participação	9	26%	
Total	34	100%	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses dados indicam que existe uma presença significativa de moradores envolvidos no projeto, ainda que o grau de engajamento varie entre os participantes.

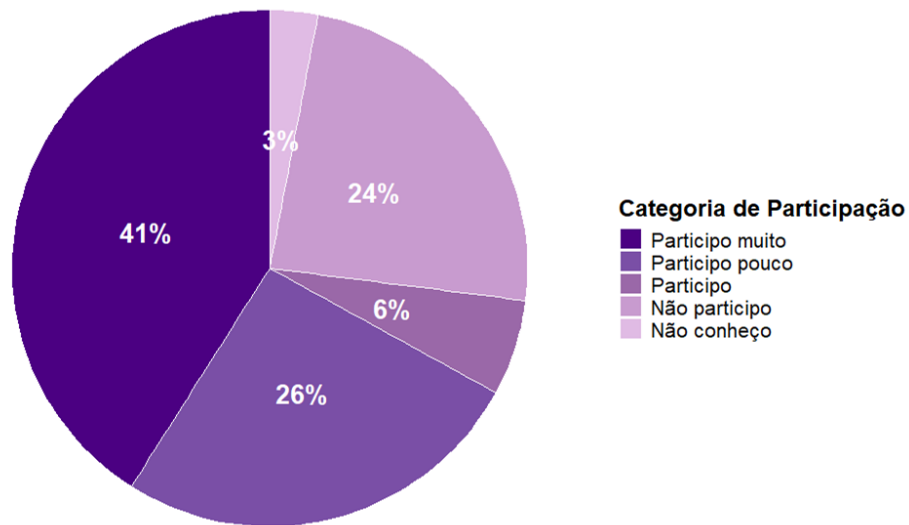


Figura 4. Distribuição dos entrevistados que declaram participar ou não do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando que a maioria das famílias relatou algum nível de participação.

5.3 Conhecimento sobre o projeto de carbono

A análise das respostas mostrou níveis distintos de compreensão sobre o projeto de carbono entre os moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá. Dos 34 entrevistados, 44% (n=15) declararam ter algum entendimento do que se trata o projeto, enquanto 56% (n=19) afirmaram desconhecer ou não saber explicar em suas próprias palavras (Figura 5).

Esse resultado mostra uma discrepância relevante entre o nível de participação dos moradores e o grau de compreensão sobre o projeto, indicando que o envolvimento nas atividades não necessariamente se traduz em entendimento claro de seus objetivos e funcionamento.

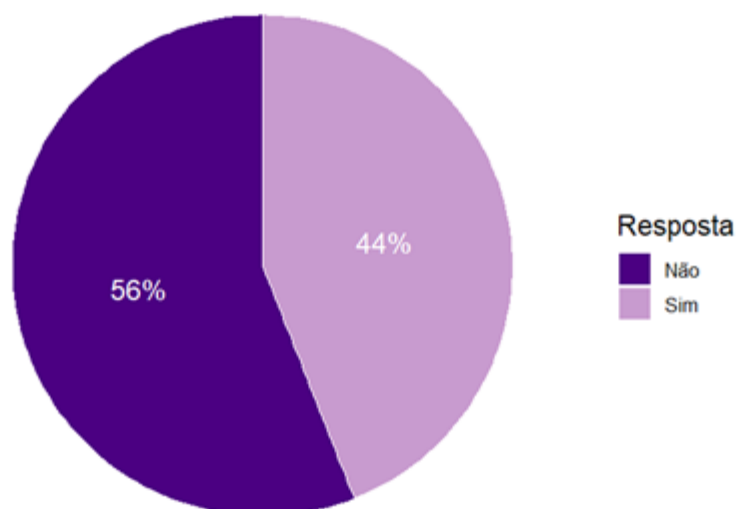


Figura 5. Distribuição dos entrevistados quanto ao conhecimento sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando que parte significativa das famílias não soube explicar ou declarou não possuir conhecimento sobre o tema.

Entre aqueles que demonstram algum nível de compreensão, as percepções se organizam em quatro frentes principais. A primeira categoria corresponde à associação do projeto a benefícios socioeconômicos e melhoria da qualidade de vida (n=5), como geração de renda (n=5), apoio financeiro a famílias e melhoria de infraestrutura local e acesso a serviços básicos: “O projeto de carbono para mim é uma renda extra de recurso e gera emprego para as famílias e constrói casas, poços para as famílias.” (E18).

A segunda refere-se à preservação ambiental (n=9), destacada por moradores que relacionam o projeto à conservação da floresta, controle do desmatamento e mitigação de impactos ambientais. Essa relação é expressa em fala como: “O projeto de carbono foi lançado pelo governo para a proteção ambiental, a área se permanece em pé. Se não fosse o projeto, a floresta estaria derrubada.” (E8). A terceira inclui menções à defesa do território (n=1), ainda que pontuais, como exemplifica: “É uma iniciativa que visa trabalhar com a defesa de um território e apoio à proteção das comunidades e preservação.” (E30). A quarta relaciona-se ao conhecimento parcial ou equivocado (n=3), classificando com “algum conhecimento” apresentaram compreensão incompletas ou conceitualmente imprecisas sobre o projeto, como evidência: “É extrair o carbono da floresta e mata.” (E23).

Por outro lado, mais da metade dos entrevistados revelou baixo nível de conhecimento (n=18) sobre o projeto, apresentando justificativas vagas, confusas ou ausentes. Essa limitação aparece em falas como: “Não sei o que é.” (E24); “Já foi explicado, mas não entra na minha mente.” (E34). Além disso, um relato aponta mudança progressiva no envolvimento, indicando trajetória de maior participação: “Antes era muito difícil participar das reuniões, porque eu achava que era mais para quem era sócio da associação. Hoje participo mais.” (E32).

A Tabela 2 apresenta a distribuição das categorias temáticas e subtemas identificados.

Tabela 2. Distribuição das categorias temáticas relacionadas ao conhecimento das famílias sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Desconhecimento	18	52,9%
Preservação Ambiental	9	26,5%
Geração de Renda e Infraestrutura	5	14,7%
Melhoria da Qualidade de Vida	5	14,7%
Conhecimento Parcial/Equivocado	4	11,8%
Proteção Territorial	1	2,9%
	42	123,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 42 registros para 34 entrevistados.

5.4 Impactos do projeto na renda das famílias

A análise das respostas sobre os impactos do projeto de carbono na renda familiar revela percepções variadas entre os moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá. Dos 34 entrevistados, 53% (n=18) afirmaram que o projeto “melhorou muito” a renda ou as condições de vida, 12% (n=4) disseram que “melhorou um pouco” e 35% (n=12) relataram que “não mudou nada” (Figura 6).

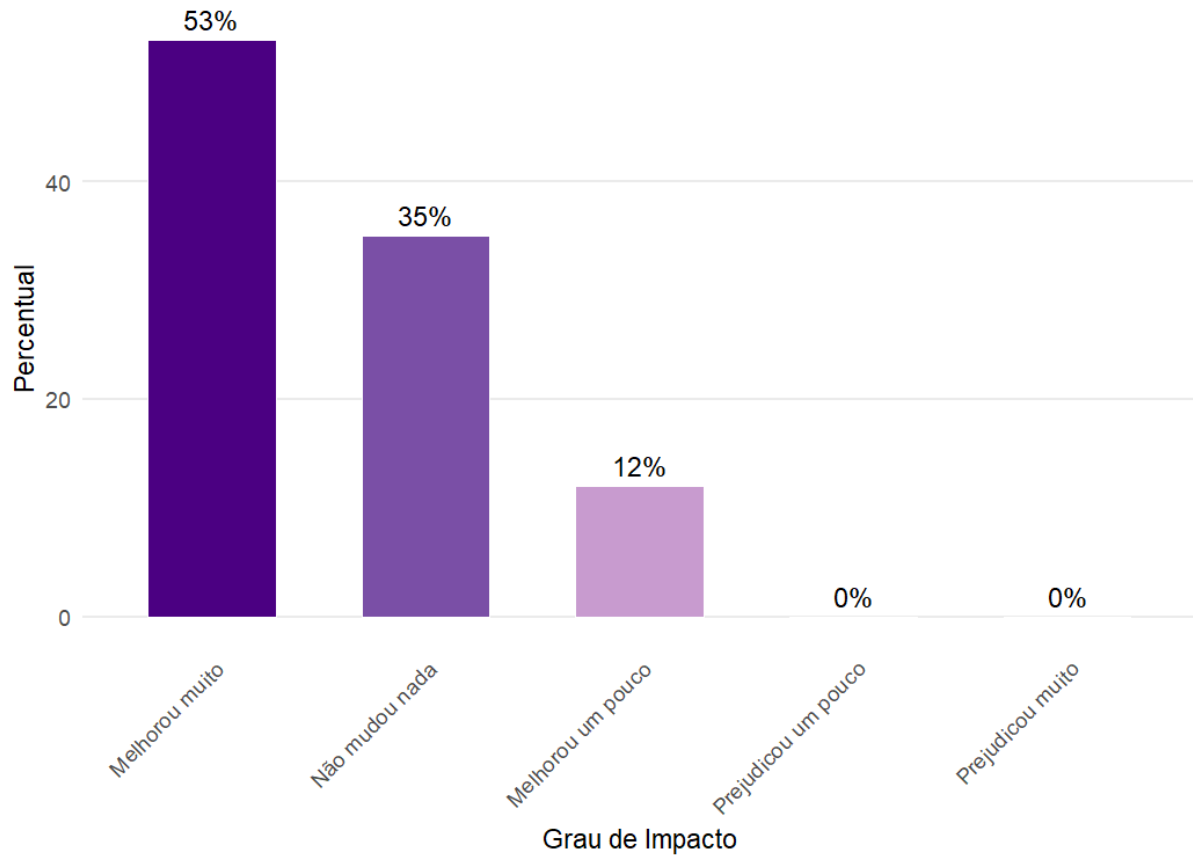


Figura 6. Percepção dos entrevistados quanto aos impactos do projeto de carbono na renda familiar na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de respostas que apontam melhorias na renda.

Entre os que percebem melhorias, os benefícios indiretos relacionados à infraestrutura básica (n=12) aparecem com maior frequência, incluindo construção de casas, perfuração de poços artesianos, instalação de torres de internet e fornecimento de placas solares. Esses elementos contribuem para melhores condições de moradia e redução de custos fixos, caracterizando impacto indireto na renda familiar. Algumas falas destacam essa economia doméstica: “Melhorou a renda porque se eu tiver água em casa eu economizo na construção de poço.” (E8).

A geração de renda direta (n=5) também foi mencionada, por meio de contratações formais em atividades ligadas ao projeto, como monitoramento, secretariado de associações, re-florestamento e subsídios para produção local. Como exemplifica um entrevistado: “Antes a

gente precisava ralar bastante e antes só tinha através do manejo.” (E31); “Porque trouxe benefícios e emprego, trouxe plantio para o reflorestamento e gerou renda extra para mim [...]. E hoje eu recebo pelo projeto como contratado” (E20).

Os entrevistados também destacaram benefícios relacionados ao transporte e mobilidade (n=2), com destaque para o deslocamento facilitado até a cidade: “[...] Ajudou com o transporte [...]” (E14) e “[...] transporte sem custo para se deslocar até a cidade de Machadinho, com datas agendadas por mês” (E22). Esse apoio logístico contribui para reduzir custos de deslocamento e facilitar o acesso a serviços urbanos. A capacitação e aquisição de conhecimento (n=2) também foram mencionadas, com participação em cursos e a ampliação de conhecimentos técnicos: “[...] trouxe cursos de botânica, drone [...]” (E20). Essas iniciativas representam investimento em capital humano e podem gerar benefícios de longo prazo para as famílias participantes.

Embora com menor frequência, alguns entrevistados citaram atividades ambientais (n=1), especificamente “[...] trouxe plantio para o reflorestamento [...]” (E20), que além de contribuir para a conservação ambiental, gerou renda extra para alguns moradores. A proteção territorial (n=1) também foi mencionada, referindo-se a melhorias no controle de invasões: “Melhora as invasões e o projeto de fazer melhorias para os moradores” (E33).

A categoria benefícios gerais (n=4) engloba percepções mais amplas sobre melhorias proporcionadas pelo projeto, expressas em afirmações como “Trazer benefícios para as famílias” (E7) e “O projeto traz bastante benefícios para as famílias” (E21). Essas manifestações indicam reconhecimento difuso de impactos positivos que não se enquadram especificamente nas demais categorias, mas que são percebidos como relevantes.

Por outro lado, uma parte significativa dos entrevistados enfatizou a ausência de mudanças (n=12) na renda familiar, apontando que os ganhos são coletivos ou estruturais, mas não se convertem necessariamente em aumento efetivo de renda individual. Essa percepção é evidenciada em falas como: “A gente não tem apoio de nada.” (E1); “Se a gente precisar de dinheiro para apoiar algo que a gente precisa o projeto ajuda, mas não tem dinheiro e sim benefícios coletivos para as famílias.” (E18). Essas falas revelam distinção importante entre benefícios materiais/coletivos e impactos diretos na renda monetária das famílias (Tabela 3).

Tabela 3. Categorias temáticas relacionadas aos impactos do projeto de carbono na renda das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Ausência de Mudanças	12	35,3%
Infraestrutura Básica	12	35,3%
Geração de Renda e Emprego	5	14,7%
Benefícios Gerais	4	11,8%
Transporte e Mobilidade	2	5,9%
Capacitação e Conhecimento	2	5,9%
Atividades Ambientais	1	2,9%
Proteção Territorial	1	2,9%
Total	39	114,7%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 39 registros para 34 participantes.

5.5 Benefícios percebidos para a conservação ambiental

Entre os 34 entrevistados, observou-se que 79% (n=27) acreditam que o projeto contribuiu para a conservação ambiental da RESEX Rio Preto-Jacundá, enquanto 6% (n=2) não percebem resultados claros e 15% (n=5) não souberam responder (Figura 7). Essa distribuição mostra que, apesar do reconhecimento majoritário, ainda há por parte de alguns moradores dificuldade em avaliar com clareza os impactos do projeto.

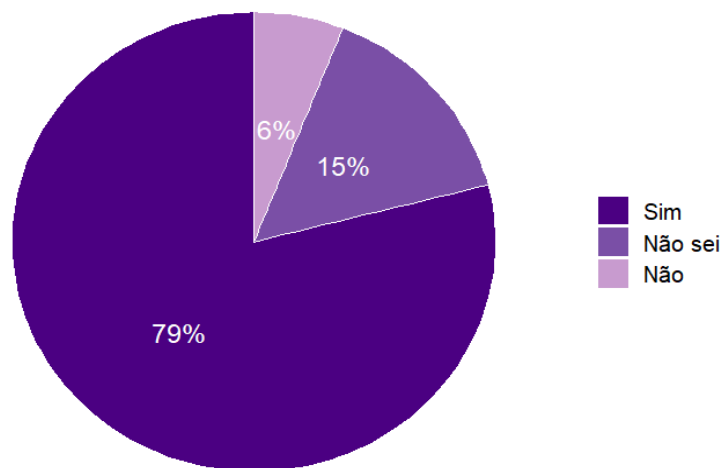


Figura 7. Percepção dos entrevistados quanto à contribuição do projeto para a conservação ambiental na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de avaliações positivas entre os participantes.

Entre os aspectos mais valorizados, as ações de fiscalização e monitoramento ocupam lugar central nas percepções. A Fiscalização e Monitoramento territorial (n= 6), aparece como uma das principais contribuições, com moradores destacando o reforço no controle de práticas ilegais: “Se o projeto não ajudar, vai atrapalhar. O projeto está protegendo a floresta, o governo está contratando gente para fazer o monitoramento da área.” (E8) e “Porque com o projeto as

peças não podem mais derrubar as florestas e os invasores diminuiram, teve mais participação da fiscalização na reserva.” (E9).

Outros citam mais diretamente a presença de patrulhas ou o pagamento de diárias para atividades de monitoramento: “A fiscalização vem direto na reserva fiscalizar o desmatamento.” (E17), “Antes não tinha como levar a polícia na área para fiscalização e agora é possível pagar diárias.” (E15). Surgem também referências à governança comunitária e parcerias voltadas à defesa do território: “Através das parcerias e por meio dos recursos financeiros próprios do projeto para a defesa do território.” (E31).

Outra categoria recorrente é a Redução do Desmatamento (n=4), onde os entrevistados destacam a diminuição dessa prática. Falas como “Porque aqui ninguém pode desmatar.” (E24) e “Não deixa derrubar e nem queimar.” (E25) mostram essa percepção de controle mais rigoroso sobre o uso dos recursos florestais.

As menções à Conscientização Ambiental (n=3) apontam mudanças de postura na própria comunidade, mostrando que o projeto também funciona como ferramenta educativa. Para alguns entrevistados, o incentivo a não desmatar se tornou mais presente no dia a dia: “O projeto ajudou as pessoas a terem consciência que não pode desmatar e precisa manter a floresta em pé.” (E11) e “As pessoas que convivem aqui têm mais consciência que não pode queimar aqui. A própria ASMOREX disponibiliza máquinas para limpar as áreas de roça.” (E22).

Em relação a Proteção e Preservação Florestal (n=4), as percepções tendem a enfatizar a manutenção da floresta em pé e a recuperação de áreas degradadas. Entre os depoimentos, destacam-se: “O projeto tenta evitar o desmatamento e o corte de árvores e ajuda a ter um ar melhor.” (E19), “Porque não derruba árvores, tem mais plantio para a recuperação de áreas na reserva.” (E29).

Além desses temas, alguns entrevistados mencionaram benefícios tangíveis (n=3) proporcionadas pelo projeto, ainda que nem sempre diretamente relacionadas à conservação ambiental. Exemplo inclui: “Eu acho que é muito bom porque, na hora que a gente precisa, eles ajudam a gente.” (E2). Essa fala revela certa confusão conceitual, misturando impactos ambientais com benefícios sociais ou melhorias estruturais, o que mostra que o entendimento do tema ainda não é uniforme entre todos os moradores.

Vale destacar que, embora a maioria dos entrevistados tenha reconhecido benefícios do projeto, nem todos conseguiram expressar claramente suas percepções. A categoria Sem justificativa (n=4) agrupa aqueles que responderam “Sim” ou “Não sei” à pergunta, mas não forneceram explicações para suas respostas (E5, E6, E7, E16).

Por outro lado, uma parcela dos entrevistados não conseguiu expressar percepções definidas. A categoria não soube responder (n=4) concentram respostas como “Não sei responder.” (E3, E14), “Não sei dizer.” (E26) e “Não sei explicar.” (E32), totalizando 23,5% dos entrevistados. Essa falta de clareza pode refletir tanto dificuldades em avaliar concretamente os impactos quanto lacunas na comunicação das ações desenvolvidas. Além disso, apenas um morador expressou sensação de ausência de suporte, caracterizada como falta de informação e apoio (n=1): “A gente nunca teve um apoio.” (E1), sugerindo possíveis falhas no alcance das iniciativas junto a determinadas famílias da reserva.

Apesar do reconhecimento majoritário dos benefícios, parte dos entrevistados chama atenção para limitações percebidas, agrupadas na categoria Preocupações e Limitações do Projeto (n=5). Esses relatos apontam desafios de articulação com o poder público, falhas na cobertura de algumas áreas ou implementação tardia de ações. Um morador comentou: “Às vezes o projeto ajuda pagando diárias para policiais fazerem a fiscalização da área, mas a polícia não dá conta de tudo.” (E18). Outro destacou problemas com incêndios: “Ultimamente está existindo tanto incêndio na reserva e precisaria ter um projeto para combater o fogo. Se é para proteger, tem que proteger tudo.” (E23).

Em conjunto, os resultados mostram que a comunidade reconhece contribuições do projeto para a conservação ambiental, especialmente em fiscalização, controle do desmatamento e conscientização. No entanto, as percepções ainda variam amplamente, refletindo tanto experiências diretas com as ações do projeto quanto a persistência de desafios na articulação institucional e na comunicação dos resultados na RESEX Rio Preto-Jacundá. A Tabela 4 resume os principais temas mencionados pelos entrevistados.

Tabela 4. Distribuição das percepções das famílias sobre mudanças ambientais associadas ao projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Fiscalização e Monitoramento Territorial	6	17,6%
Preocupações e Limitações do Projeto	5	14,7%
Não soube responder	4	11,8%
Redução do Desmatamento	4	11,8%
Sem justificativa	4	11,8%
Proteção e Preservação Florestal	4	11,8%
Benefícios Tangíveis	3	8,8%
Conscientização Ambiental	3	8,8%
Falta de Informação e Apoio	1	2,9%
Total	34	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

5.6 Percepções sobre mudanças ambientais

Entre os 34 entrevistados, observou-se que 35,3% (n=12) avaliaram as transformações de forma positiva, 17,6% (n=6) apresentaram percepções negativas, 8,8% (n=3) neutras, enquanto 38,3% (n=13) não souberam responder ou não apresentaram justificativas (Figura 8). Essa distribuição indica que, apesar do reconhecimento de benefícios ambientais, ainda há por parte da comunidade certa dificuldade em definir com clareza os impactos percebidos.

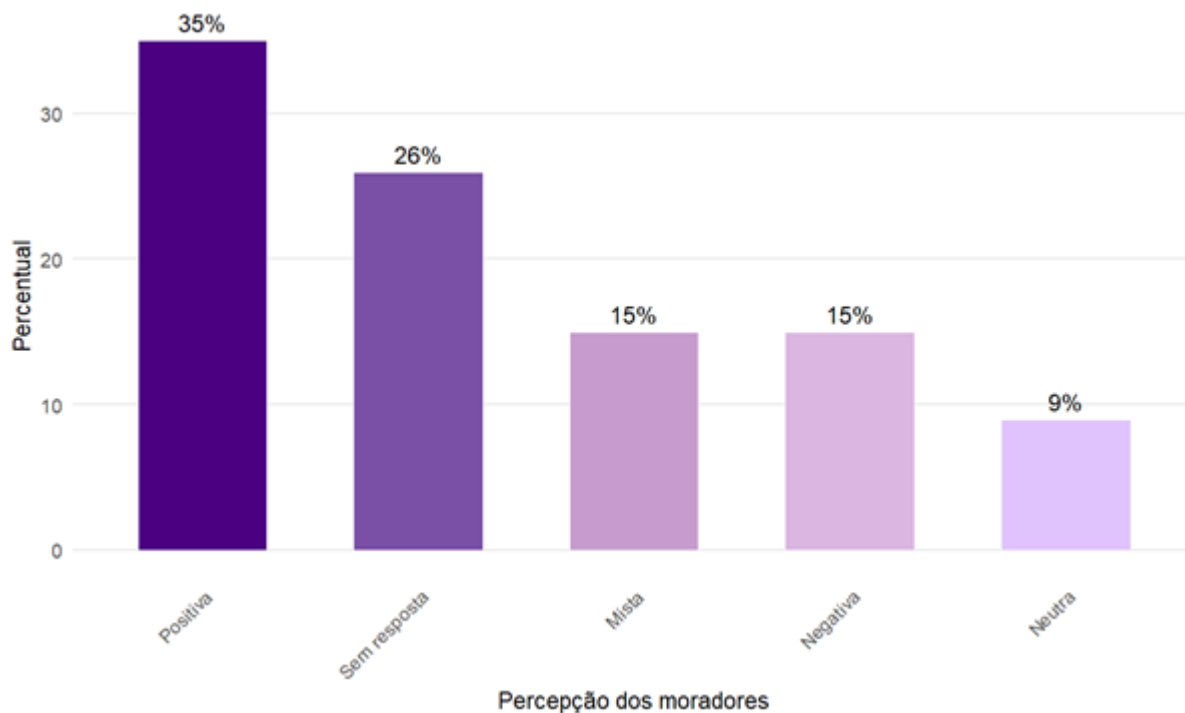


Figura 8. Expectativas dos entrevistados sobre mudanças ambientais na RESEX Rio Preto-Jacundá após implementação do projeto de carbono, evidenciando percepções heterogêneas e número expressivo de entrevistados sem resposta definida.

Entre os aspectos mais citados, as ações de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas ocupam lugar central nas percepções comunitárias, sendo incorporadas à categoria de Restauração Ecológica (n=10;) que representa o conjunto dessas práticas. Essa categoria foi apontada como uma das principais contribuições do projeto, com moradores relatando experiências diretas de replantio e recomposição florestal: “Reflorestamento das áreas degradadas.” (E15). Alguns associam trecho do texto: essas iniciativas à melhoria da paisagem e à geração de renda, como expressou um participante: “Reflorestamento... a contratação é feita na comunidade e gera renda para as famílias.” (E17).

Outro eixo recorrente, com frequência de menções (n=10), é o fortalecimento da governança e do controle territorial. Os depoimentos destacam o aumento da presença institucional e a ampliação das ações de fiscalização: “Até a fiscalização teve mais, com o projeto as áreas ficaram mais protegidas.” (E03). Em alguns casos, o fortalecimento da

governança também se relaciona à retomada de espaços produtivos e ao uso sustentável de áreas antes degradadas, como indicado em “[...] o projeto trouxe a possibilidade de domínio na área, retirada de invasores e plantio de roça em áreas antigas de pastagem.” (E30).

As percepções sobre biodiversidade e fauna (n=6) apresentam maior ambiguidade. Embora alguns participantes notem sinais de recuperação, como o retorno de espécies antes ausentes “Muitos animais em extinção estão voltando (peixes, aves) [...]” (E10), outros relatam perdas significativas: “Antes tinha muita fartura, tinha muito castanhal, peixe, animal para caçar. Hoje as águas estão acabando, a invasão destrói muito.” (E1). Essa dualidade mostra que, para parte dos moradores, os avanços do projeto ainda são parcialmente ofuscados pelos efeitos de pressões externas, como invasões e queimadas.

Quando o foco se desloca para o desmatamento (n=4), as percepções tendem a ser mais otimista. Alguns entrevistados afirmaram que a derrubada de árvores diminuiu de forma perceptível: “Porque parou mais áreas de desmatamento, ainda não acabou, ajudou mais na conservação.” (E12). Apesar disso, há quem ressalte que a prática ainda persiste em certas áreas da reserva, especialmente por ação de invasores externos: “[...] desmatamento de áreas continuou na reserva.” (E11); “Ninguém pode mais fazer derrubadas, a não ser os invasores.” (E24).

Além desses temas, alguns entrevistados destacaram melhorias nas condições ambientais e climáticas (n=2), associadas à estabilidade do clima e à redução de eventos extremos. Um morador mencionou: “O clima melhorou, antes tinha muito temporal e agora amenizou.” (E19). Já as menções à conscientização ambiental e monitoramento (n=2) apontam para a incorporação de práticas mais sustentáveis no cotidiano, como revela a fala: “Trouxe mais consciência para as pessoas para preservar e conservar o meio ambiente.” (E20). Embora de forma menos expressiva, a categoria Recursos hídricos (n=1) também foi mencionada, por um morador relatando melhorias na disponibilidade de água: “Aumentou o nível do rio os poços estão dando mais água.” (E8). Essa percepção, ainda que isolada, sugere possíveis impactos positivos do projeto sobre a dinâmica hídrica local.

As categorias Aspectos socioeconômicos (n=3) e Conflitos e desafios (n=2) acrescentam nuances importantes à análise. No primeiro caso, o projeto é reconhecido como fonte de geração de renda e melhoria de qualidade de vida, como expressam os participantes: “Reflorestamento... a contratação é feita na comunidade e gera renda para as famílias.” (E17) e “Qualidade de vida das famílias [...]” (E31). No segundo, surgem críticas à sobreposição de iniciativas e à falta de articulação institucional, como ilustra “O projeto de carbono é atrapalhado pelo projeto madeireiro.” (E23).”

Por outro lado, uma parcela considerável dos entrevistados não conseguiu expressar percepções definidas. As categorias Ausência de percepção (n=3) e sem justificativa (n=9) concentram respostas como “Não vi diferença.” (E6) e “Não mudou nada, nem melhorou e nem piorou.” (E28). Essa falta de clareza pode refletir tanto a complexidade dos impactos ambientais de longo prazo quanto lacunas na comunicação das ações desenvolvidas (Tabela 5).

Em conjunto, os resultados indicam que a comunidade reconhece avanços concretos em restauração florestal, governança e fiscalização ambiental. No entanto, as percepções ainda variam amplamente, refletindo tanto experiências diretas com as ações do projeto quanto a persistência de desafios socioambientais e comunicacionais na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Tabela 5. Categorias temáticas das percepções sobre mudanças ambientais na RESEX Rio Preto-Jacundá, com frequência de menções entre os entrevistados.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistados)
Governança e controle territorial	10	29,4%
Restauração ecológica	10	29,4%
Sem justificativa	9	26,5%
Biodiversidade e fauna	6	17,6%
Desmatamento	4	11,8%
Ausência de percepção	3	8,8%
Aspectos socioeconômicos	3	8,8%
Conflitos e desafios	2	5,9%
Mudanças climáticas e Ambientais	2	5,9%
Conscientização e monitoramento	2	5,9%
Recursos hídricos	1	2,9%
Total	52	152,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 52 menções para 34 participantes.

5.7 Expectativas sobre benefícios adicionais

A comunidade da RESEX rio preto-jacundá revela expectativas claras e variadas quanto à ampliação dos benefícios oferecidos pelo projeto. Dos 34 entrevistados, 88% (n=30) indicaram que gostariam de novos apoios, enquanto apenas 12% (n=4) declararam não ter sugestões adicionais ou não souberam opinar (Figura 9).

Entre os 30 participantes que manifestaram interesse em benefícios adicionais, 9 não especificaram quais melhorias desejavam. Somando-se a esses os 3 entrevistados que responderam “Não” sem apresentar justificativa (E24, E29, E32), totalizam-se 12 casos (35,3%) sem detalhamento sobre suas expectativas. Apenas 1 dos 4 entrevistados que responderam “Não” apresentou justificativa relacionada à falta de informação sobre o projeto (E33).

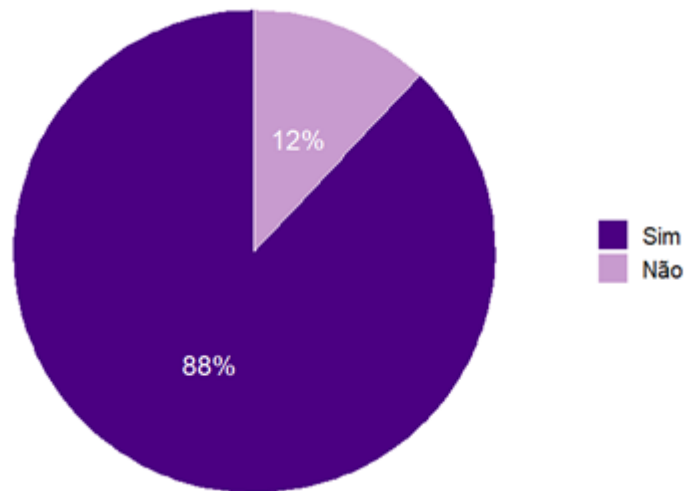


Figura 9. Expectativa dos entrevistados quanto à ampliação de benefícios do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando elevada demanda por novos apoios.

Entre as demandas mais citadas, destacam-se propostas de melhorias em transporte (n=6), geração de renda (n=5), apoio à produção local (n=3) e infraestrutura básica (n=3). Algumas falas apontam a necessidade de integrar ações produtivas com geração de renda, evidenciando que, embora benefícios estruturais como moradia contribuam para o bem-estar, não respondem plenamente as necessidades econômicas imediatas das famílias, reforçando a demanda por alternativas como em “Apoia na produção e na renda familiar” (E1) ou “Se não tivesse isso, passaríamos necessidade. Precisamos de alternativas de renda.” (E2).

Há também destaque para demandas de apoio logístico, transporte escolar ou comunitário, como “Tinha que ter mais transporte confortável, pois as pessoas andam no caminhão pegando sol e chuva.” (E34) e “Um micro-ônibus para ajudar as crianças a irem para a escola.” (E26). A melhoria do transporte aparece tanto como necessidade de conforto quanto como condição para acesso a serviços essenciais, indicando que, embora haja avanços no acesso, persistem limitações relacionadas à qualidade e às condições de deslocamento.

Demais moradores apontaram a importância de infraestrutura básica, como construção de poços (E27), ou de manter e fiscalizar estradas (E17), combinando proteção ambiental com melhoria de acesso. Questões relacionadas à proteção territorial (n=2), incluindo demandas fiscalização e segurança comunitária, como mostra o depoimento: “Se conseguisse terceirizar a segurança, ajudaria, pois o Estado tem dificuldades para isso” (E30).

Além das expectativas de benefícios, apareceram preocupações com promessas não cumpridas, caracterizando expectativas não atendidas (n=1): “A proposta nas reuniões era trazer benefícios para as comunidades, mas só trouxe casas.” (E5). Alguns moradores apontaram ausência de informação (n=1) como barreira para sugerir melhorias: “Somos moradores novos e não recebemos explicação sobre o projeto.” (E33).

Demandas pontuais (n=1 cada) também emergiram, abrangendo temas como gestão financeira do projeto: “O projeto deveria investir mais na compra de crédito de carbono para aumentar as verbas” (E22); apoio comunitário: “A associação deveria oferecer mais apoio para as famílias em momentos de necessidade” (E28); infraestrutura produtiva (equipamentos para agroindústria): “Ajuda a manter o que a gente tem e adquirir renda mais alta através da produção da roça e compra de equipamentos para a agroindústria” (E8); educação e capacitação profissional: “Daria mais oportunidades de estudo para os jovens da comunidade” (E19); expectativas gerais de ampliação dos benefícios: “Quanto mais projetos, melhor” (E10); gestão do projeto e inclusão de famílias: “Precisa melhorar a gestão do projeto para incluir mais famílias” (E16); e autonomia do projeto: “Não depender do Estado seria uma vantagem para o projeto” (E20).

Essas menções, embora menos frequentes, evidenciam a diversidade de necessidades percebidas pela comunidade e reforçam a importância de uma abordagem integrada e participativa na gestão do projeto. A diversidade de expectativas revela que, embora o projeto de carbono seja reconhecido pela maioria como benéfico, há uma percepção clara de que melhorias em diferentes dimensões (infraestrutura, produção, serviços sociais e gestão) são necessárias para ampliar seu impacto positivo na vida das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá. A Tabela 6 resume os subtemas identificados nesta análise.

Tabela 6. Distribuição das expectativas e sugestões de benefícios adicionais indicadas pelos moradores da RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Sem Justificativa	12	35,3%
Transporte e Mobilidade	6	17,6%
Geração de Renda e Emprego	5	14,7%
Apoio à Produção	3	8,8%
Infraestrutura Básica	3	8,8%
Proteção Territorial	2	5,9%
Benefícios Gerais	1	2,9%
Expectativas não atendidas	1	2,9%
Infraestrutura Produtiva	1	2,9%
Gestão do Projeto	1	2,9%
Educação e Capacitação	1	2,9%
Autonomia do Projeto	1	2,9%
Gestão Financeira	1	2,9%
Apoio Comunitário	1	2,9%
Inclusão de famílias	1	2,9%
Falta de Informação	1	2,9%
TOTAL	41	120,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 41 menções (34 participantes).

5.8 Benefícios diretos percebidos

Quando questionados se o projeto de carbono trouxe benefícios diretos para suas famílias, 76% (n=26) responderam que sim, enquanto 24% (n=8) afirmaram não ter percebido nenhum retorno concreto até o momento (Figura 10).

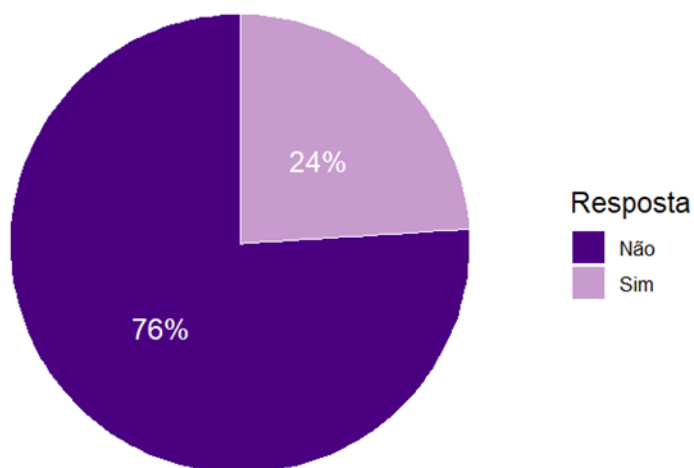


Figura 10. Percepção dos entrevistados quanto aos benefícios diretos do projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando predominância de respostas positivas.

Entre os que reconhecem ganhos diretos, a maioria menciona melhorias de infraestrutura básica (n=18), como construção de casas, instalação de poços artesianos e torres de internet. Essas ações aparecem de forma recorrente em falas como: “Construção de casa, energia, torre de internet, poço.” (E3). Ao todo, a infraestrutura responde por 18 menções, sendo o tema mais citado.

Além das melhorias estruturais, surgem menções a oportunidades de trabalho, prestação de serviços para proteção ambiental e geração de renda direta e emprego (n=4), como ilustram: “Serviço que foi a contratação do trabalho para a proteção da área.” (E32). Também houve quem destacasse a realização de cursos e oficinas, especialmente com foco produtivo, evidenciando ações de capacitação e educação (n=4), como “Curso de produção de polpa de açaí e farinha” (E17) e “[...] cursos de drone, macramê, pintura [...]” (E10). Em menor número, aparecem menções a equipamentos e tecnologias (n=3), como: “Kit de placa solar e bomba de água.” (E28).

Outro aspecto mencionado refere-se ao apoio e assistência geral (n=2) oferecidos pela gestão do projeto. Alguns moradores destacaram o suporte recebido em diferentes situações: “Ajuda sempre no que precisa.” (E2). Algumas respostas também destacaram transporte e mobilidade (n=2), como o deslocamento de moradores para a cidade: “[...] viagem de carro. Levam para a cidade para resolver questões na rua.” (E4). Por outro lado, um grupo de moradores indicou que os benefícios indiretos e coletivos (n=1) não chegam diretamente a suas

famílias, mas sim por meio da associação local, o que evidencia uma percepção de repasse indireto: “Traz direto para a associação, e a associação traz o benefício para os moradores.” (E13). Aqueles que declararam não ter recebido nada, em geral, justificaram de forma breve ou não trouxeram maiores explicações (tabela 7).

Tabela 7. Distribuição dos benefícios diretos percebidos pelas famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Infraestrutura Básica	18	52,9%
Sem Justificativa	8	23,5%
Capacitação e Educação	4	11,8%
Geração de Renda e Emprego	4	11,8%
Equipamentos e Tecnologias	3	8,8%
Apoio e Assistência Geral	2	5,9%
Transporte e Mobilidade	2	5,9%
Benefícios Indiretos e Coletivos	1	2,9%
TOTAL	42	123,5%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 42 menções para 34 participantes.

5.9 Impactos nas práticas e costumes tradicionais

Quando perguntados se o projeto de carbono provocou mudanças em costumes ou tradições familiares, 47% (n=16) disseram sim, enquanto a maioria, 53% (n=18), não percebeu mudanças relevantes em suas práticas tradicionais (Figura 11).

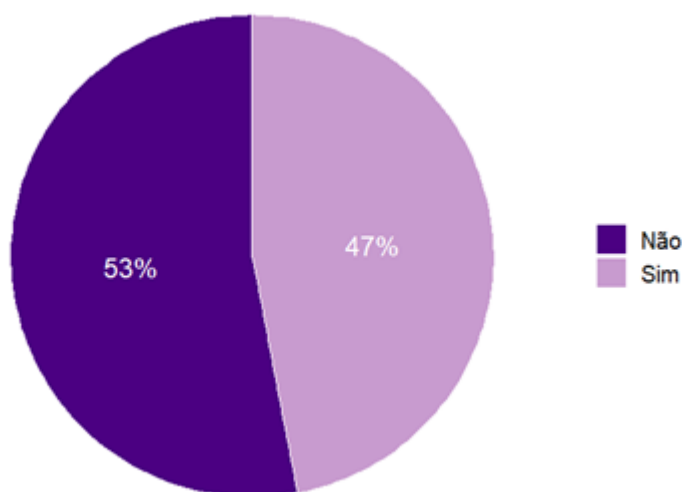


Figura 11. Percepção dos entrevistados quanto aos impactos do projeto de carbono sobre os costumes e práticas tradicionais na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando percepções divididas entre os participantes.

A maior parte das respostas foi classificada como sem justificativas (n=15). Esses participantes limitaram-se a responder “não” à pergunta sobre mudanças em costumes e tradições, sem fornecer explicações ou detalhamentos adicionais. Essa categoria representa

aqueles que, de forma objetiva, não perceberam alterações significativas em suas práticas tradicionais decorrentes do projeto.

Entre os que afirmaram haver mudanças, destaca-se a mudanças nas práticas agrícolas (n=9), especialmente na substituição do uso do fogo para limpeza de roças, trocado por roçadeiras, tratores ou máquinas fornecidas pelo projeto. Essa mudança aparece em falas como: “O uso do fogo para a limpeza da área da roça. A empresa paga máquinas para fazer a limpeza das áreas.” (E9) ou “Com o projeto, hoje não utilizamos mais o uso do fogo porque ele é ruim para o meio ambiente e para as pessoas. A limpeza das áreas é feita com roçadeiras e maquinários.” (E12).

A categoria não sabe especificar (n=4) agrupou participantes que não conseguiram detalhar suas percepções. Entre estes, dois indicaram que houve mudanças, mas não conseguiram explicar quais (E6, E7), enquanto os outros dois responderam negativamente sem conseguir justificar sua percepção (E24, E34).

Alguns moradores citaram mudanças como melhorias em infraestrutura e acesso (n=3), destacando impactos no modo de morar, como “Tem pessoas que antigamente não tinham casas.” (E8), na mobilidade: “A viagem para Machadinho agora é feita com a caminhonete do projeto, antes era feito de barco, gastávamos muito.” (E27) ou na forma de comunicação na comunidade: “Antigamente as visitas eram presenciais, agora é WhatsApp.” (E31). Essas transformações refletem melhorias nas condições materiais e no acesso a serviços e comunicação proporcionadas direta ou indiretamente pelo projeto.

A categoria práticas de conservação (n=2) foi mencionada por participantes que destacaram mudanças relacionadas à preservação ambiental e ao uso mais sustentável dos recursos naturais. Essas práticas aparecem associadas à redução de abertura de novas áreas: “[...] hoje não utilizamos abertura de novas áreas, utilizamos áreas abertas (pasto) para não desmatar.” (E20). Essas falas evidenciam uma mudança no padrão de uso da terra, com ênfase na reutilização de áreas já abertas em vez da expansão sobre áreas florestais.

A categoria ampliação da capacidade produtiva (n=1) foi mencionada por um entrevistado que destacou o aumento na escala de produção possibilitado pelo projeto: “Antes não conseguíamos fazer uma roça grande, agora temos condição com o projeto.” (E22). Essa fala indica que o projeto contribuiu para expandir a capacidade de trabalho das famílias, permitindo áreas de cultivo maiores.

A categoria manutenção das tradições (n=1) foi mencionada por um participante que afirmou explicitamente que o projeto não alterou seus costumes: “O modo tradicional é o

mesmo.” (E23). Essa resposta representa a percepção de que, apesar das mudanças observadas por outros, alguns moradores mantêm suas práticas tradicionais intactas.

Por fim, a categoria impactos socioculturais negativos (n=1) foi relatada por um participante, destacando aspectos como a evasão de jovens e a diminuição de práticas tradicionais: “Evasão de jovens, o projeto passou a gerar comodismo nas famílias da reserva. A cultura do extrativismo vem diminuindo a tradicionalidade.” (E30). Essa percepção indica preocupações sobre possíveis efeitos adversos do projeto na manutenção de práticas culturais e na dinâmica social da comunidade (Tabela 8).

Tabela 8. Distribuição das percepções sobre mudanças em costumes e tradições familiares na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Sem Justificativa	15	44,1%
Mudança nas Práticas Agrícolas (substituição do fogo)	9	26,5%
Não Sabe Especificar	4	11,8%
Melhorias em Infraestrutura e Acesso	3	8,8%
Práticas de Conservação	2	5,9%
Ampliação da Capacidade Produtiva	1	2,9%
Manutenção das Tradições	1	2,9%
Impactos Socioculturais Negativos	1	2,9%
TOTAL	36	105,9%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: Algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 36 menções para 34 participantes.

5.10 Necessidades de melhorias no projeto

Entre os 34 entrevistados, 65% (n=22) responderam que consideram necessário algum tipo de melhoria no projeto, enquanto 26% (n=9) declararam não ver necessidade de mudanças e outros 9% (n=3) não souberam responder (Figura 12).

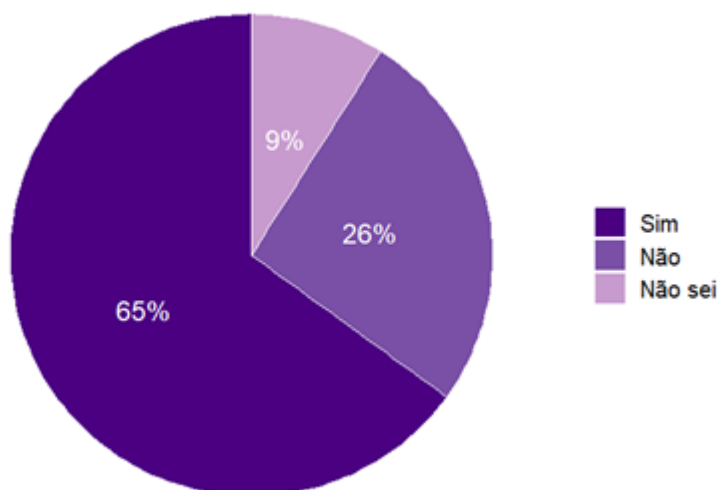


Figura 12. Avaliação dos entrevistados quanto à necessidade de melhorias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, evidenciando demanda por ajustes entre os participantes.

A categoria mais mencionada refere-se à infraestrutura básica (n=7), com destaque para a melhoria das estradas e construção de pontes. Depoimentos como “Melhorar as estradas para se chegar até as casas das famílias [...]” (E8) e “Melhorar as estradas, porque no inverno os ônibus não vêm aqui buscar os filhos para levar para a escola.” (E34) evidenciam a centralidade dessa demanda para o acesso às comunidades e serviços essenciais. Ainda nessa categoria, emerge a necessidade de serviços de saúde, como expressa “Posto de saúde para entregar remédios e para atendimento.” (E27), e de moradias: “Construção de mais casas para quem não tem.” (E15).

O apoio à produção agrícola (n=4) foi mencionado por moradores que destacam a importância do suporte às atividades produtivas, conforme ilustram “Melhorou mais no apoio na roça.” (E14). A demanda por equipamentos e maquinários (n=2) aparece em fala como “Disponibilidade de um trator para limpar terra. A máquina poderia ser comprada pelo projeto ou doada pelo estado.”, demonstrando que a mecanização poderia ampliar a produtividade das famílias. A geração de emprego (n=2) também foi mencionada, como em “[...] pagar pessoas da comunidade para gerar emprego na produção e plantio de mudas para o reflorestamento.” (E8). A necessidade de melhorias gerais (n=2), sem especificação detalhada, aparece em falas como “Se melhorar é melhor ainda, mas ainda falta muita coisa. Se analisar tudo, ainda há muito o que melhorar.” (E2). A satisfação com o projeto (n=2) foi expressa por alguns moradores, como “Não acho que o projeto precise ser melhorado.” (E4) e “Está bom.” (E28), indicando conformidade com as ações implementadas.

A segurança e proteção territorial (n=2) emerge na fala: “Devido à inconsistência do mercado de carbono, o território sofre muita pressão e causa prejuízo na geração de crédito, impactando os benefícios para as famílias. Uma solução seria a contratação de segurança

particular para ajudar na proteção.” (E31), evidenciando a vulnerabilidade do território frente a pressões externas e sua relação com a sustentabilidade financeira do projeto, que também vincula a redução do desmatamento à geração contínua de créditos de carbono.

A categoria transporte e mobilidade (n=2) aparece em “Melhorar o transporte das famílias das comunidades para não precisar andar de caminhão, comprar um micro-ônibus ajudaria bastante.” (E17), evidenciando dificuldades de deslocamento como barreira ao acesso a serviços.

Também surgem demandas relacionadas ao atendimento de necessidades individuais (n=1), expressa em “Colocar as prioridades básicas, porque as famílias têm necessidades diferentes.” (E23), ressaltando a importância de considerar a diversidade de perfis familiares.

A necessidade de capacitação e formação (n=1) foi mencionada em “Trazer mais cursos capacitantes para as famílias.” (E9), indicando demanda por qualificação profissional. A comunicação e inclusão (n=1) aparece vinculada à fala: [...] “eu sinto que não tem palestras e reuniões com todas as famílias e comunidades, não só na associação.” (E1). A menção destaca a ausência de palestras e reuniões abrangentes, sugerindo que os espaços de diálogo precisam ser ampliados para além da associação.

A falta de informação sobre o projeto (n=1) é explicitada em “Não sei dizer, a gente não sabe como funciona o projeto.” (E5), evidenciando que lacunas comunicacionais impactam a compreensão e participação dos moradores. A melhoria na remuneração (n=1) é expressa em “Gerou trabalho para as famílias se manterem, mas o que ganham não dá para nada.” (E13), evidenciando que, embora o projeto tenha gerado oportunidades, o retorno financeiro é considerado insuficiente.

Já entre aqueles que não percebem necessidade de mudanças, prevalecem respostas sem justificativa detalhada (n=10), incluindo casos como “Não sei dizer.” (E6, E7) ou respostas em branco, o que indicar conformidade com o que foi implementado ou, em alguns casos, pouco conhecimento sobre o funcionamento do projeto, conforme evidencia a fala de E5 sobre a falta de informação (Tabela 9).

Tabela 9. Distribuição das percepções sobre a necessidade de melhorias no projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Sem Justificativa	10	29,4%
Infraestrutura Básica	7	20,6%
Apoio à Produção Agrícola	4	11,8%
Equipamentos e Maquinários	2	5,9%
Geração de Emprego	2	5,9%
Necessidade de Melhorias Gerais	2	5,9%
Satisfação com o projeto	2	5,9%
Segurança e Proteção Territorial	2	5,9%
Transporte e Mobilidade	2	5,9%
Atendimento de Necessidades Individuais	1	2,9%
Capacitação e Formação	1	2,9%
Comunicação e Inclusão	1	2,9%
Falta de Informação sobre o Projeto	1	2,9%
Melhoria na Remuneração	1	2,9%
TOTAL	38	111,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: Algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 38 menções para 34 participantes.

5.11 Comunicação entre famílias e responsáveis pelo projeto

Quando questionados sobre a qualidade da comunicação entre as famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá e os responsáveis pelo projeto, a maior parte dos entrevistados avaliou de forma positiva. Dos 34 participantes, 65% (n=22) classificaram a comunicação como boa, enquanto 15% (n=5) apontaram como muito boa. Por outro lado, 18% (n=6) moradores consideraram a comunicação como nem boa nem ruim, indicando neutralidade. Apenas 1 entrevistado (3%) declarou não saber avaliar, e não houve menção para as opções ruim ou muito ruim (Figura 13).

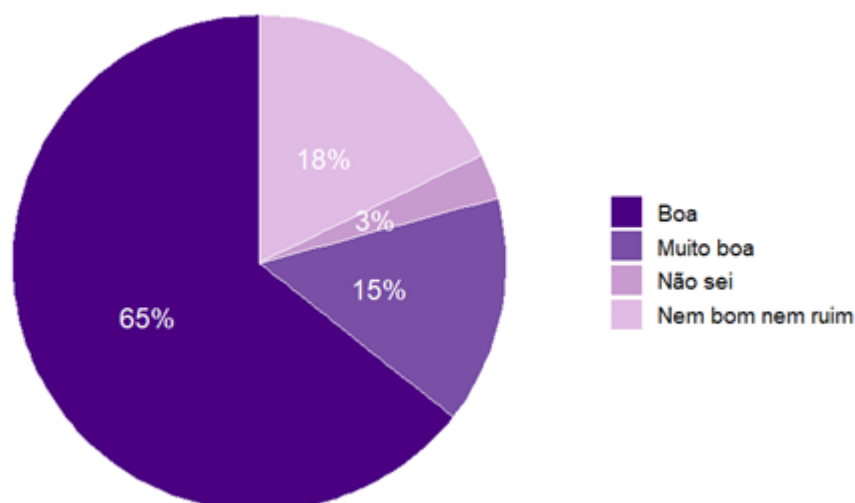


Figura 13. Avaliação dos entrevistados sobre a comunicação entre as famílias e os responsáveis pelo projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, com maioria das respostas positivas.

As justificativas revelam diferentes nuances sobre como essa comunicação é percebida no cotidiano da comunidade. É importante destacar que das respostas (n=9) não apresentaram justificativas, indicando que parte dos entrevistados optou por avaliar a comunicação sem elaborar sobre os motivos de sua percepção.

Entre aqueles que justificaram suas respostas, os canais e mecanismos de comunicação foram os aspectos mais mencionados (n=11). Muitos destacaram o esforço em manter as famílias informadas por meio de reuniões presenciais e palestras, como exemplifica a fala: “Porque sempre eles se comunicam com as famílias, fazendo palestras [...]” (E10). Outros reforçam o uso de ferramentas digitais, como o WhatsApp, para a troca de informações importantes: “Tudo de informação é colocado no grupo de WhatsApp.” (E15). Reuniões periódicas também foram citadas como importantes espaços de comunicação: “A gente fica se comunicando pelo grupo de WhatsApp, e a gente fica sabendo as datas das reuniões e sobre o projeto.” (E27).

A transparência e o acesso à informação foram valorizados pelos entrevistados (n=7), com menção como: “Porque tudo que é feito no projeto de carbono é feita uma reunião para divulgar atualização do projeto [...]” (E22). Essa categoria evidencia a importância de manter os moradores atualizados sobre o andamento das atividades: “Porque sempre que tem alguma coisa do projeto, eles sempre comunicam para as famílias para deixar informadas.” (E19).

O diálogo e a clareza nas explicações também foram aspectos destacados pelos moradores (n=6), demonstrando a valorização de uma comunicação didática e acessível. Como evidencia a fala: “Eles conversam muito com a gente e explicam muito como é o projeto de carbono.” (E9). A preocupação em ensinar e esclarecer dúvidas aparece também em: “Porque eles sempre vêm ensinar e fazem reuniões com as famílias.” (E29).

Além disso, alguns entrevistados destacaram a modernização da comunicação na reserva (n=1), citando a substituição de rádios amadores pelo uso da internet: “Todas as comunidades têm internet e têm como se comunicar melhor, pois antes era usado rádio de comunicação (amador).” (E17). Essa melhoria de infraestrutura foi percebida como um avanço significativo na conectividade da comunidade.

A comunicação também é associada ao clima relacional positivo (n=3), evidenciado por aspectos como o sentimento de pertencimento e identificação comunitária: “Todos aqui somos moradores e falamos uma linguagem só.” (E14). A percepção de ausência de conflitos também foi mencionada: “Não vê com ninguém a questão de briga.” (E28).

A qualidade do atendimento foi especificamente valorizada por um participante (n=1), que destacou: “Os responsáveis atendem muito bem a gente. A comunicação se torna muito

boa.” (E20). Complementarmente, a capacidade de escuta e compreensão das necessidades locais foi reconhecida (n=1): “Os responsáveis sabem das necessidades e das coisas que vocês precisam.” (E21).

Em menor número, apareceram apontamentos de limitações e críticas (n=2), com sugestões de melhoria, como mostra a fala: “Eu acho que teria que ter mais comunicação com os moradores da reserva.” (E23). Outro participante expressou insatisfação com base em percepções da comunidade: “A gente ouve muitas coisas, as pessoas reclamando, nem tudo que as pessoas fazem é suficiente.” (E34).

Por fim, um participante (n=1) declarou não ter conhecimento suficiente para avaliar a comunicação: “Não tenho conhecimento.” (E33), o que indica que nem todos os moradores se sentem igualmente informados ou envolvidos com as atividades do projeto (Tabela 10).

Tabela 10. Distribuição das percepções sobre a comunicação entre famílias e responsáveis pelo projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Canais e Mecanismos de Comunicação	11	32,4%
Sem Justificativa	9	26,5%
Transparência e Acesso à Informação	7	20,6%
Diálogo e Clareza nas Explicações	5	14,7%
Clima Relacional Positivo	3	8,8%
Limitações e Críticas	2	5,9%
Melhorias de Infraestruturas	1	2,9%
Qualidade do Atendimento	1	2,9%
Escuta e Compreensão	1	2,9%
Desconhecimento	1	2,9%
TOTAL	41	120,6%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: Algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 41 menções para 34 participantes.

5.12 Respeito às necessidades e opiniões das famílias

A percepção das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá sobre o respeito às suas necessidades e opiniões por parte do projeto mostra-se, em sua maioria, positiva. Entre os 34 entrevistados, 79% (n=27) afirmaram acreditar que o projeto respeita totalmente suas demandas e coloca em prática formas de participação coletiva. Outros 9% (n=3) avaliaram que o respeito existe, mas apenas em parte, destacando limitações no atendimento de solicitações ou desigualdade no tratamento. Por outro lado, 12% (n=4) afirmaram não saber dizer (Figura 14).

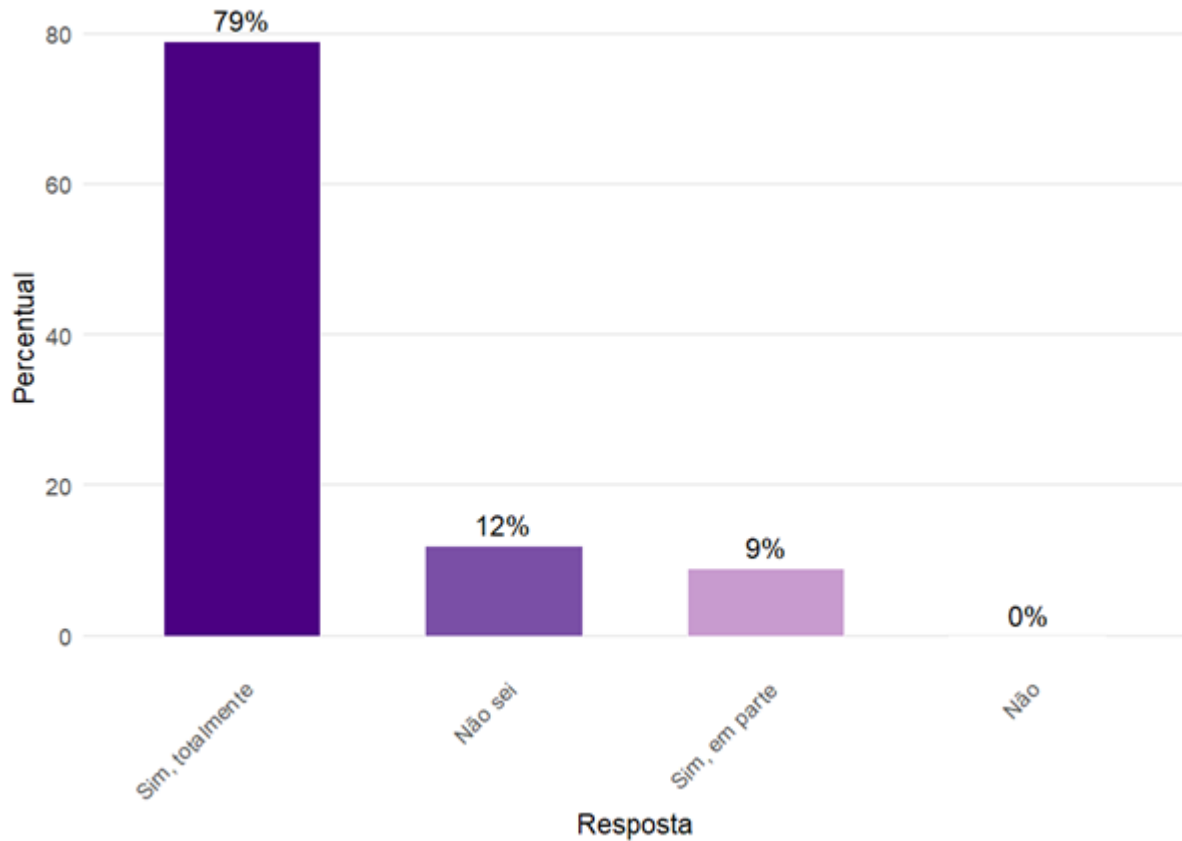


Figura 14. Percepção dos entrevistados sobre o respeito do projeto de carbono às necessidades e opiniões das famílias na RESEX Rio Preto-Jacundá, com maioria das respostas indicando atendimento às demandas, ainda que com algumas limitações.

Entre aqueles que percebem respeito, a categoria Participação e decisão coletiva (n=13), concentra relatos que reforçam o reconhecimento da participação comunitária, da escuta das opiniões e da autonomia para opinar. Destaca-se que a participação foi estabelecida como condição fundamental desde o início do projeto, conforme evidencia a fala “Porque uma das primeiras coisas que foi colocado para a empresa foi que o projeto teria que acontecer com a participação das comunidades” (E31). Falas como “Nas reuniões coletivas as decisões das famílias estão sendo ouvidas e respeitadas” (E10) e “Toda vez que tem o planejamento, a gente participa, colocamos o que a gente precisa, a empresa analisa e acata” (E17) ilustram esse sentimento de confiança.

Também aparecem referências à transparência na comunicação e ao planejamento conjunto, como destaca a fala “Por causa da comunicação que é bem transparente, sempre respeita a opinião das pessoas, todos falam e expressam as nossas opiniões, é uma forma de respeito com as pessoas” (E20).

A categoria Aprovação geral (n=6) agrupa manifestações de satisfação difusa com o projeto, não necessariamente vinculadas a mecanismos específicos de participação. Comentários como “Até hoje não ouvi nenhuma reclamação dos moradores” (E13) e “Tratam

todos com respeito e carinho” (E14) evidenciam uma percepção positiva geral sobre a condução do projeto e o tratamento dispensado às famílias.

Por outro lado, a categoria Críticas ao projeto (n=2) expôs limitações e pontos de atenção relacionados à equidade no tratamento e ao não atendimento de demandas específicas. As falas “Pela maneira de tratar, para alguns é de uma forma e para outros é diferente” (E5) e “As minhas opiniões não são muito respeitadas, pois pedi um barco e não foi atendido e o pedido de transporte (micro-ônibus) ainda não” (E23) sinalizam percepções de desigualdade e frustração com solicitações não atendidas.

A categoria Demandas de Melhoria nas reuniões (n=1) trouxe uma sugestão específica sobre a organização dos espaços de diálogo: “Acho que tinha que ser tudo combinado, as reuniões precisam ser na associação e nas comunidades” (E1). Essa fala aponta para a necessidade de maior descentralização das reuniões e de uma distribuição mais equitativa das oportunidades de participação entre as diferentes localidades da reserva.

Um aspecto que merece atenção é a categoria Sem justificativas (n=12), que agrupa entrevistados que, embora tenham marcado a opção positiva “Sim, totalmente”, não souberam justificar sua resposta ou apresentaram justificativas extremamente vagas. Esse elevado percentual pode indicar pouca clareza sobre como a participação realmente se concretiza no cotidiano ou, ainda, uma adesão ao discurso positivo sem vivência efetiva dos mecanismos participativos (Tabela 11).

Tabela 11. Distribuição de frequência das categorias e subtemas sobre o respeito às necessidades e opiniões das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Participação e Decisão Coletiva	13	38,2%
Sem justificativas	12	35,3%
Aprovação geral	6	17,6%
Demandas de Melhoria nas reuniões	1	2,9%
Críticas ao projeto	2	5,9%
TOTAL	34	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

5.13 Comentários adicionais

Em relação à abertura para compartilhar informações ou opiniões extras sobre o projeto, a maior parte dos entrevistados não trouxe comentários adicionais formais. Dos 34 participantes, 88% (n=30) responderam “não” ou deixaram sem justificativa, demonstrando ausência de novas colocações no momento da entrevista. Por outro lado, 12% (n=4) dos

entrevistados manifestaram interesse em compartilhar percepções adicionais sobre o projeto (Figura 15).

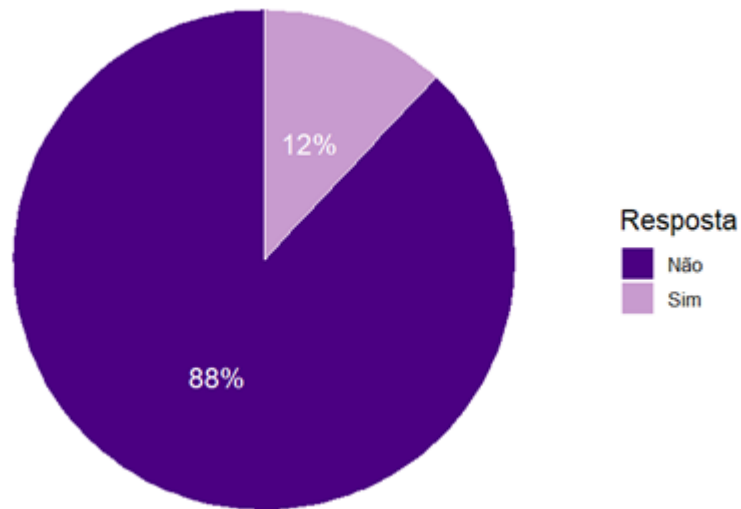


Figura 15. Manifestação dos entrevistados quanto à apresentação de comentários adicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá, indicando baixa participação dos entrevistados nesse aspecto.

Entre as contribuições registradas, alguns depoimentos revelam percepções significativas que reforçam pontos importantes já discutidos ao longo da pesquisa.

A categoria mais recorrente entre os comentários adicionais foi o déficit informacional e comunicação (n=4). Os depoimentos evidenciam a necessidade de ampliar a comunicação de forma acessível, considerando barreiras de letramento: “Queria entender mais sobre o projeto, não tenho muita leitura e gostaria de saber mais.” (E1). Outro participante reforçou o desconhecimento sobre o projeto: “Pois não conheço o projeto [...]” (E16).

A categoria equidade e distribuição de benefícios (n=3) trouxe falas que evidenciam preocupações com a justiça distributiva no âmbito do projeto. Um participante apontou: “[...] não serve para mim com ajuda, mas é bom.” (E16), sinalizando percepção de exclusão dos benefícios. Outro depoimento foi mais direto na crítica: “Precisa ter mais transparência e igualdade. Uns ganham muito e outros não ganham nada.” (E23), revelando insatisfação com a forma como os recursos são distribuídos entre os moradores.

As categorias participação e engajamento comunitário e proposta de recuperação ambiental, ambas com (n=1) cada, demonstra interesse ativo de moradores em contribuir com o projeto. O participante sugeriu: “Seria interessante criar um maior projeto onde foram feitos os pátios do projeto, nessas poderíamos plantar nessas áreas para ajudar na recuperação.” (E20), demonstrando disposição para envolvimento direto em ações de conservação no território.

Com igual frequência, a percepção de benefícios (n=1), indica que parte dos moradores reconhece os ganhos proporcionados pela iniciativa. O participante expressou: “Agradecer a

vocês por estarem vindo aqui e para as pessoas que colaboram com o projeto de carbono que ajuda a trazer benefícios para as famílias e recursos.” (E22), manifestando gratidão e reconhecimento do impacto positivo do projeto na comunidade (Tabela 12).

Tabela 12. Distribuição de frequência das categorias temáticas relacionados às informações e opiniões adicionais sobre o projeto de carbono.

Categoria Temática	Frequência de Menções	% do Total (34 entrevistas)
Sem comentário	28	82,4%
Déficit informacional e comunicação	4	11,8%
Equidade e distribuição de benefícios	3	8,8%
Participação e engajamento comunitário	1	2,9%
Proposta de Recuperação Ambiental	1	2,9%
Percepção de benefícios	1	2,9%
TOTAL	38	111,8%

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nota: Algumas respostas foram classificadas em mais de um subtema, totalizando 38 menções para 34 participantes.

6 DISCUSSÃO

6.1 Expectativas em Relação aos Benefícios e Mudanças Promovidas pelo Projeto

A análise das percepções das famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá sobre os benefícios proporcionados pelo projeto de carbono revela um padrão interpretativo complexo, marcado pela valorização de melhorias estruturais e pela manifestação de expectativas de ampliação dos impactos socioeconômicos. A associação predominante entre benefícios do projeto e melhorias estruturais, especialmente moradia, água, energia e internet, sugere que as famílias reconhecem ganhos concretos em suas condições de vida, ainda que estes não se convertam diretamente em renda monetária.

Essa ênfase em elementos estruturais indica que as expectativas da comunidade abrangem dimensões mais amplas de bem-estar, não restritas ao retorno financeiro imediato. No entanto, essa diferença de percepção evidencia uma tensão importante entre a forma como o projeto define seus benefícios e a maneira como eles são vivenciados pelas famílias. Enquanto melhorias estruturais, como moradia, são compreendidas pelo projeto como avanços no bem-estar, parte dos moradores as percebe como insuficientes para atender necessidades econômicas imediatas. Nesse contexto, a ausência de aumento direto na renda contribui para a sensação de estagnação econômica relatada por uma parcela significativa da comunidade, reforçando a demanda por alternativas de geração de renda mais diretas e perceptíveis no cotidiano.

Situação semelhante é observada em relação ao transporte. Embora o projeto tenha ampliado o acesso, as condições de deslocamento ainda são percebidas como precárias, com relatos de uso de caminhões sob sol e chuva e ausência de transporte adequado para estudantes. Isso indica que, apesar dos avanços, a melhoria da qualidade de vida não se concretiza plenamente na experiência cotidiana dos moradores, evidenciando que o acesso a serviços, quando não acompanhado de condições adequadas, pode não atender às expectativas de dignidade e bem-estar.

Essa valorização de benefícios indiretos alinha-se com estudos sobre projetos de conservação em comunidades tradicionais, que demonstram que melhorias em infraestrutura básica podem ser percebidas como tão ou mais importantes que ganhos monetários diretos, especialmente em contextos em que o acesso a serviços essenciais é historicamente precário (CORBERA et al., 2007; PASCUAL et al., 2014). Tais achados corroboram a perspectiva de que o bem-estar comunitário no contexto de REDD+ deve ser compreendido de forma holística, envolvendo benefícios econômicos, sociais, ambientais e institucionais, além de promover a

participação ativa das comunidades e garantir o respeito aos seus direitos tradicionais, essenciais para a legitimidade e a eficácia dos projetos (ANGELSEN et al., 2012).

Observa-se uma tensão significativa entre o reconhecimento dos benefícios já recebidos e a expressiva manifestação de desejo por benefícios adicionais. A maioria dos entrevistados indicou que gostaria de novos apoios, sendo que as demandas mais citadas se referem a transporte e mobilidade, geração de renda e emprego, apoio à produção agrícola e infraestrutura básica adicional. Essa aparente contradição pode ser interpretada não como insatisfação generalizada, mas como indicativo de que as famílias visualizam potencial não plenamente explorado do projeto.

As demandas por apoio à produção agrícola, transporte comunitário e geração de renda direta sugerem que os moradores percebem o projeto como plataforma capaz de ampliar sua autonomia econômica, indo além dos ganhos estruturais já consolidados.

Essa percepção revela expectativa de que conservação ambiental e desenvolvimento de alternativas econômicas locais possam ser integrados de forma mais efetiva, o que ressoa com discussões sobre a necessidade de projetos REDD+ incorporarem estratégias de geração de renda sustentável para comunidades tradicionais (ANGELSEN et al., 2018; DUCHELLE et al., 2017). A literatura sobre pagamentos por serviços ambientais enfatiza que a sustentabilidade social dessas iniciativas depende do fortalecimento das capacidades produtivas e institucionais locais, além das compensações econômicas (TACCONI et al., 2013; SHAPIRO-GARZA et al., 2019).

Entretanto, os resultados indicam um certo descompasso entre os objetivos do projeto e a forma como eles se concretizam no território. Embora a proposta inclua o fortalecimento da economia local por meio da valorização da sociobiodiversidade, esse aspecto não aparece com a mesma força que as ações voltadas à infraestrutura.

As falas dos moradores, ao destacarem a necessidade de apoio à produção, agroindústria e geração de renda, sugerem que o incentivo à economia local ainda é percebido como limitado. Nesse sentido, observa-se uma priorização de benefícios estruturais, em detrimento de estratégias mais consistentes de fortalecimento produtivo, o que evidencia uma contradição na implementação do projeto.

A diversidade de percepções sobre o impacto do projeto na renda familiar evidencia que os efeitos econômicos são experimentados de forma heterogênea pela comunidade. Enquanto a maioria afirmou que o projeto melhorou a renda ou condições de vida, cerca de um terço dos entrevistados (35,3%) relatou que nada mudou, indicando que a ausência de percepção de impacto financeiro direto não se trata de um caso isolado, mas de um grupo expressivo dentro

da comunidade. Essa variação nas percepções pode estar relacionada a diferentes níveis de envolvimento com atividades remuneradas vinculadas ao projeto, como monitoramento territorial e reflorestamento, ou a distintas interpretações sobre o que constitui “melhoria de renda”.

Para algumas famílias, a redução de despesas com necessidades básicas, como a economia proporcionada pela construção de poços artesanais ou pelo acesso à energia solar, representa ganho econômico real. A percepção de ganho indireto, como a economia gerada pela instalação de infraestrutura, revela que as famílias valorizam benefícios que reduzem despesas, não apenas aqueles que aumentam renda monetária direta. Para outras, apenas o aumento de renda monetária direta é reconhecido como benefício econômico, o que explica percepções de ausência de mudanças apesar dos benefícios estruturais recebidos.

Essa diversidade de percepções e valorações dos benefícios dos serviços ecossistêmicos reflete as necessidades específicas e estratégias de subsistência de cada família, evidenciando a complexidade das motivações sociais, culturais e econômicas na implementação de pagamentos por serviços ambientais (MURADIAN et al., 2013; SHAPIRO-GARZA et al., 2019). A heterogeneidade nas percepções também pode estar relacionada a diferentes níveis de acesso a oportunidades de emprego geradas pelo projeto, sugerindo possíveis questões de equidade distributiva que serão exploradas adiante.

Além disso, a baixa frequência de menções ao apoio à produção precisa ser interpretada com cautela. Isso não necessariamente significa que o tema seja pouco relevante para as famílias, mas pode estar relacionado a limitações do próprio projeto, que não acompanha de forma sistemática os indicadores ligados à produção agrícola. Dessa forma, a pouca visibilidade dessa dimensão pode influenciar não apenas sua implementação, mas também a forma como essas demandas são percebidas e expressas pelos moradores.

A percepção majoritária de que o projeto necessita de melhorias revela que as famílias não o interpretam como intervenção finalizada, mas como processo em construção, passível de ajustes e ampliações. Essa perspectiva sugere engajamento crítico da comunidade, que reconhece avanços sem deixar de identificar lacunas. A ênfase em demandas relacionadas a transporte, apoio à produção agrícola e formação profissional indica expectativa de que o projeto possa fortalecer as atividades produtivas tradicionais, não apenas compensá-las. Essa percepção é particularmente relevante porque sugere que os moradores não veem contradição essencial entre proteção ambiental e manutenção de práticas extrativistas e agrícolas, desde que estas sejam apoiadas com infraestrutura e tecnologias adequadas.

Nesse contexto, observa-se também um possível descompasso entre a lógica de longo prazo do projeto e a forma como seus resultados são percebidos pela comunidade. Diante do limitado entendimento sobre o funcionamento do REDD+, os moradores tendem a avaliar o projeto a partir de benefícios mais imediatos e concretos. Isso sugere que a sustentabilidade da percepção positiva pode estar, em parte, condicionada à continuidade dessas entregas de curto prazo, reforçando a importância de estratégias que tornem mais tangíveis os resultados de longo prazo associados à conservação.

A valorização de oportunidades de capacitação e formação profissional, ainda que mencionada por número menor de entrevistados, revela percepção de que o fortalecimento de habilidades locais pode ampliar a autonomia das famílias. Essa expectativa indica uma compreensão de que a sustentabilidade econômica de longo prazo depende não apenas de benefícios diretos, mas também do fortalecimento de capacidades que possibilitem às famílias aproveitarem oportunidades econômicas compatíveis com a conservação ambiental (OSTROM, 2009).

A manifestação pontual sobre promessas não cumpridas, evidenciada pela percepção de que apenas benefícios estruturais foram entregues, revela que parte das famílias percebe descompasso entre o que foi anunciado nas fases iniciais do projeto e o que foi efetivamente implementado. Essa percepção pode gerar desconfiança e comprometer a legitimidade do projeto a longo prazo, mesmo quando há reconhecimento de benefícios concretos já recebidos.

Esse cenário aponta para um certo descompasso entre o que o projeto se propõe a fazer e o que, de fato, vem sendo priorizado na prática. Embora a iniciativa inclua o fortalecimento da autonomia econômica das famílias por meio da valorização da sociobiodiversidade, os resultados mostram uma concentração maior em ações estruturais, mais imediatas e visíveis.

Com isso, investimentos voltados à geração de renda e ao fortalecimento das atividades produtivas acabam ficando em segundo plano. Essa dinâmica sugere que, ao priorizar resultados mais tangíveis, o projeto nem sempre consegue atender às expectativas de longo prazo das comunidades.

Por fim, a coexistência de percepções positivas sobre benefícios recebidos com a identificação de ausência de impacto direto por parte de algumas famílias aponta para a importância de compreender a distribuição dos benefícios do projeto. A percepção de que ganhos são coletivos ou estruturais, mas não necessariamente se convertem em melhorias individuais para todas as famílias, sugere que pode haver desigualdade no acesso a oportunidades ou que os critérios de distribuição de benefícios não são plenamente compreendidos por toda a comunidade.

Em síntese, as percepções sobre benefícios e expectativas revelam que as famílias reconhecem avanços concretos proporcionados pelo projeto, particularmente em infraestrutura básica, mas mantêm expectativas de ampliação dos impactos em dimensões relacionadas à autonomia econômica e fortalecimento das práticas produtivas. A valorização de benefícios estruturais coexiste com a demanda por retornos mais diretos, sugerindo que a comunidade busca equilíbrio entre melhorias imediatas de qualidade de vida e sustentabilidade econômica de longo prazo.

Adicionalmente, os resultados indicam que o acesso a benefícios econômicos diretos, como oportunidades de geração de renda vinculadas ao projeto, é percebido como restrito a um grupo reduzido, o que pode contribuir para a percepção de desigualdade entre os moradores. Esse cenário, associado ao fato de parte significativa da comunidade não perceber mudanças na renda, aponta para possíveis tensões internas e desafios para a manutenção da coesão social e da governança local no longo prazo.

Essa percepção indica que os moradores interpretam o projeto não apenas como mecanismo de compensação por conservação, mas como potencial plataforma de desenvolvimento local integrado. As expectativas de ampliação dos benefícios econômicos devem ser compreendidas à luz das percepções sobre impactos nas práticas tradicionais, pois revelam que a comunidade busca não apenas compensação, mas fortalecimento de suas atividades produtivas tradicionais.

6.2 Impactos Percebidos nas Práticas Tradicionais, Culturais e Modos de Subsistência

A análise das percepções das famílias sobre os impactos do projeto de carbono em suas práticas tradicionais e relação com o território revela padrão interpretativo marcado pela percepção de compatibilidade entre conservação ambiental e manutenção de elementos centrais da identidade extrativista.

A percepção majoritariamente positiva sobre a contribuição do projeto para a conservação ambiental, combinada com a ausência de mudanças culturais percebidas pela maioria dos entrevistados, sugere que as famílias interpretam o projeto como compatível com seus modos de vida tradicionais. Esse achado é particularmente significativo porque indica que os moradores não experimentam o projeto como imposição externa que ameaça suas práticas, mas como reforço de valores de proteção territorial já presentes na comunidade extrativista.

Essa percepção está alinhada às discussões sobre a importância de projetos de conservação serem construídos a partir dos sistemas de conhecimento e valores locais, em vez de impor modelos externos de gestão ambiental (BERKES, 2004; OSTROM, 2009). O longo

tempo de residência na reserva explica parcialmente essa compatibilidade percebida, pois moradores com arraigamento territorial consolidado já desenvolveram práticas de manejo que historicamente mantiveram a integridade florestal.

A valorização da fiscalização e do controle de práticas ilegais como principais contribuições do projeto para a conservação revela que as famílias percebem ameaças externas ao território como problema central, mais do que suas próprias práticas. Essa percepção sugere que os moradores se veem como aliados da conservação, não como ameaça a ela, e interpretam o projeto como ferramenta que fortalece sua capacidade de defender o território contra invasores e exploradores ilegais. A menção frequente ao monitoramento territorial e à presença de fiscalização indica que as famílias valorizam especialmente os aspectos do projeto que reforçam a proteção de suas áreas tradicionais de uso. A percepção de que o projeto permite levar fiscalização às áreas ameaçadas evidencia que o fortalecimento da governança territorial é percebido como benefício central.

Essa valorização é consistente com estudos sobre comunidades tradicionais em áreas protegidas, que demonstram que essas populações frequentemente veem projetos de conservação como oportunidades para fortalecer seus direitos territoriais frente a pressões externas (AGRAWAL & REDFORD, 2009; SCHLOSBERG & CARRUTHERS, 2010).

A percepção de recuperação de áreas degradadas e retorno de espécies animais, relatada por parte da comunidade, indica que alguns moradores identificam melhorias concretas na qualidade ambiental do território. Essas percepções são particularmente significativas porque associam o projeto a benefícios que impactam diretamente a subsistência das famílias, uma vez que a disponibilidade de recursos naturais, especialmente fauna e produtos florestais, é fundamental para as práticas extrativistas.

Além disso, a forte valorização das ações de restauração ecológica pelos moradores permite uma leitura importante sobre como o projeto é percebido na prática. As atividades de reflorestamento, por envolverem trabalho direto no território e, em alguns casos, remuneração por diárias, tendem a ser mais facilmente compreendidas e valorizadas pela comunidade. Diferentemente da lógica mais abstrata do mercado de carbono, baseada no desmatamento evitado, essas ações tornam os benefícios do projeto mais visíveis e concretos no cotidiano das famílias.

Nesse sentido, é possível que a validação social do projeto esteja, em parte, associada a essas atividades mais tangíveis, enquanto a compreensão sobre o papel da conservação da floresta em pé na geração de créditos de carbono permanece limitada para parte dos moradores. Essa condição reforça a importância de estratégias que tornem mais clara a relação entre

conservação, geração de créditos e benefícios coletivos, de modo a fortalecer a legitimidade do projeto para além das ações mais visíveis.

No entanto, observa-se ambiguidade nas percepções sobre biodiversidade, com alguns moradores relatando retorno de espécies enquanto outros apontam perdas. Essa dualidade sugere que, para parte dos moradores, os avanços do projeto ainda são parcialmente ofuscados pelos efeitos de pressões externas, como invasões e queimadas, que continuam afetando o território.

A valorização desses aspectos revela que os moradores vinculam conservação não a uma ideia abstrata de proteção ambiental, mas à manutenção das condições materiais que sustentam seus modos de vida. Essa percepção é consistente com estudos que demonstram que comunidades tradicionais tendem a avaliar projetos de conservação principalmente por seus impactos na disponibilidade de recursos dos quais dependem para subsistência (AGRAWAL & GIBSON, 1999; SUNDERLIN et al., 2014).

A substituição do uso do fogo por mecanização na limpeza de áreas agrícolas representa a mudança mais concreta percebida nas práticas produtivas. No entanto, essa transformação é interpretada pelos moradores como ajuste técnico necessário para adequação ambiental, não como perda cultural ou ameaça à identidade extrativista. A ausência de manifestações de resistência ou lamento em relação a essa mudança sugere que a comunidade percebe flexibilidade em suas práticas produtivas, desde que mantidos os elementos centrais de sua relação com o território. A percepção de que a mecanização facilita o trabalho e protege o ambiente evidencia que os moradores interpretam essa mudança como melhoria técnica compatível com seus valores.

Essa percepção revela distinção importante entre práticas técnicas específicas, passíveis de modificação e valores culturais fundamentais, que permanecem preservados. Essa transição é coerente com o que afirma Aguiar et al. (2025), ao destacar que os povos tradicionais têm grande capacidade de incorporar novas tecnologias sem necessariamente perder os fundamentos culturais que estruturam seus modos de vida. A literatura sobre conhecimento tradicional e mudança cultural em comunidades extrativistas demonstra que essas populações frequentemente adaptam suas práticas a novos contextos sem que isso implique perda de identidade cultural, desde que mantenham autonomia sobre decisões relativas ao uso do território (ALMEIDA, 2004; DIEGUES, 2008).

No entanto, essa mudança também abre espaço para uma reflexão importante. Os dados sugerem que a redução do uso do fogo pode estar relacionada, em parte, à disponibilidade de alternativas tecnológicas mais eficientes e menos penosas, viabilizadas pelo projeto, e não

necessariamente a uma compreensão mais profunda sobre a conservação ambiental no contexto das mudanças climáticas. Considerando que parte dos moradores ainda apresenta compreensão limitada sobre o funcionamento do mecanismo de REDD+, é possível que a adoção dessas práticas esteja vinculada a incentivos externos.

Nesse sentido, surge o risco de uma conservação dependente da continuidade desses incentivos, especialmente diante de possíveis instabilidades no financiamento do projeto. Isso reforça a importância de investir não apenas em soluções técnicas, mas também em processos que fortaleçam a compreensão e a internalização dos princípios da conservação ambiental, de modo a garantir que essas práticas se sustentem no longo prazo, independentemente do apoio externo.

O perfil produtivo da comunidade, com a maioria dedicada à agricultura de subsistência e ao extrativismo, praticando essas atividades há mais de uma década, contextualiza essa capacidade adaptativa. Moradores com longa experiência em atividades tradicionais desenvolveram conhecimento prático que lhes permite avaliar criticamente mudanças técnicas, distinguindo entre aquelas que facilitam o trabalho sem comprometer a sustentabilidade e aquelas que representam ameaças aos seus modos de vida.

Embora a maioria perceba contribuições positivas do projeto para a conservação, persistem relatos sobre perda de recursos naturais, pressão de invasores e continuidade de processos de degradação em áreas específicas. Essa ambivalência sugere que as famílias distinguem entre os efeitos do projeto em si e os desafios externos que continuam ameaçando o território. A percepção de que o projeto não elimina completamente as ameaças ambientais indica consciência dos limites de sua atuação frente a pressões externas mais amplas, como invasões para exploração madeireira ou expansão agropecuária. A demanda por proteção mais abrangente e o reconhecimento de que a fiscalização nem sempre é suficiente revelam que os moradores percebem lacunas na proteção territorial.

Essa percepção realista sobre as limitações do projeto contrasta com expectativas por vezes irrealistas que comunidades podem desenvolver em relação a intervenções externas, sugerindo maturidade na avaliação das possibilidades e limites da iniciativa. A menção pontual a conflitos entre o projeto de carbono e atividades de exploração madeireira revela percepção de que há tensões entre diferentes modelos de uso do território.

O fato de que a maioria dos entrevistados não percebe alterações em costumes e tradições familiares pode ser interpretado como indicador positivo de que o projeto não impõe transformações culturais profundas. Essa ausência de impacto cultural percebido contrasta com a percepção de mudanças em práticas específicas, como o uso do fogo, sugerindo que as

famílias diferenciam claramente entre ajustes técnicos em práticas produtivas e transformações em valores e identidade cultural.

Essa distinção é fundamental porque indica que o projeto tem respeitado limites culturais da comunidade, evitando interferências em dimensões consideradas essenciais pelos moradores. Por outro lado, a ausência de mudanças percebidas pela maioria dos entrevistados pode revelar que o projeto tem respeitado os limites culturais da comunidade, evitando interferências diretas nos hábitos e valores locais. Isso reforça a importância de projetos ambientais que adotam abordagens culturalmente sensíveis, como propõe Berkes (2004), ao enfatizar que a conservação é mais efetiva quando realizada em parceria com comunidades locais, valorizando seus conhecimentos e práticas tradicionais. Estudos sobre projetos de conservação em territórios tradicionais demonstram que o respeito à autonomia cultural é condição fundamental para a legitimidade e sustentabilidade social de longo prazo dessas iniciativas (AGRAWAL & REDFORD, 2009; SCHLOSBERG & CARRUTHERS, 2010).

A percepção de mudanças relacionadas à infraestrutura sugere que as famílias reconhecem que melhorias materiais proporcionadas pelo projeto têm impactos indiretos em seus hábitos cotidianos. No entanto, essas mudanças não são interpretadas como ameaças culturais, mas como modernizações que facilitam a vida na reserva sem comprometer elementos essenciais do modo de vida extrativista. Essa percepção indica que os moradores não idealizam suas práticas tradicionais como estáticas, mas as veem como dinâmicas e passíveis de incorporar inovações que melhorem suas condições de vida. A adaptação tecnológica nas formas de comunicação, como a substituição de visitas presenciais por WhatsApp, exemplifica essa flexibilidade sem perda de vínculos comunitários.

A preocupação pontual sobre “comodismo” gerado pelo projeto, embora isolada, é analiticamente relevante porque sugere consciência de que o recebimento de benefícios sem contrapartidas produtivas pode comprometer a autonomia e a capacidade de autossustentação das famílias a longo prazo. Essa percepção indica questionamento sobre a sustentabilidade de um modelo baseado em distribuição de benefícios, sem que haja fortalecimento paralelo das capacidades produtivas locais. Essa preocupação ressoa com debates sobre a diferença entre assistencialismo e empoderamento em projetos de desenvolvimento, e sobre os riscos de criar dependências que fragilizam comunidades em vez de fortalecê-las (ROGERS, 2003).

Em síntese, as percepções sobre impactos nas práticas tradicionais revelam que as famílias interpretam o projeto como compatível com sua identidade extrativista, permitindo ajustes em práticas específicas sem ameaçar elementos centrais de sua cultura. A valorização dos efeitos ambientais positivos, especialmente aqueles relacionados à fiscalização e

recuperação de recursos naturais, combinada com a consciência sobre desafios persistentes, indica que os moradores mantêm visão realista sobre as possibilidades e limites do projeto na proteção territorial.

A ausência de percepção de mudanças culturais profundas, apesar de transformações em práticas específicas, sugere que o projeto tem respeitado a autonomia cultural da comunidade, o que é fundamental para sua legitimidade e sustentabilidade social. A compatibilidade percebida entre conservação e práticas tradicionais, entretanto, não elimina preocupações importantes sobre desafios de implementação.

6.3 Preocupações e Desafios Mencionados pelas Comunidades em Relação ao Projeto

A análise das preocupações e desafios mencionados pelas famílias da RESEX Rio Preto-Jacundá revela percepções críticas sobre limitações do projeto, particularmente em dimensões relacionadas à comunicação, equidade distributiva e proteção territorial. A coexistência de avaliações predominantemente positivas com a identificação de lacunas específicas sugere que os moradores mantêm expectativas elevadas e avaliam o projeto de forma nuançada.

O déficit de conhecimento sobre o conceito de projeto de carbono representa a preocupação mais significativa identificada na pesquisa. A dificuldade em explicar o que é o projeto, apesar da percepção de participação e da avaliação positiva da comunicação, revela lacuna fundamental entre a implementação técnica e a apropriação conceitual pela comunidade.

Essa limitação não pode ser interpretada como desinteresse dos moradores, mas como indicador de que a comunicação sobre aspectos técnicos e conceituais do projeto não foi plenamente efetiva. A fala “Já foi explicado, mas não entra na minha mente” revela não apenas dificuldade de compreensão, mas consciência sobre barreiras cognitivas relacionadas ao baixo letramento formal, aspecto que demanda estratégias comunicacionais mais adaptadas a realidade local. Segundo Pimbert e Pretty (1997), processos participativos genuínos requerem que informações técnicas sejam traduzidas em linguagens e formatos acessíveis aos diferentes grupos sociais, reconhecendo que barreiras educacionais não refletem incapacidade cognitiva, mas sim inadequação dos métodos comunicacionais.

O perfil educacional da comunidade contextualiza essa dificuldade. A manifestação explícita de barreiras relacionadas ao letramento, ainda que por número reduzido de entrevistados, combinado ao perfil educacional revela dimensão importante do desafio comunicacional. Atmadja et al. (2016) demonstram que, em contextos de baixo letramento, estratégias comunicacionais baseadas exclusivamente em textos escritos ou apresentações verbais de conceitos abstratos tendem a ser ineficazes, enquanto metodologias visuais, teatrais

e experienciais produzem resultados significativamente superiores, facilitando a compreensão e o engajamento das comunidades. A dificuldade de compreensão não está relacionada apenas à complexidade técnica do conceito de créditos de carbono, mas também a limitações educacionais que restringem o acesso a informações escritas ou apresentadas em linguagem técnica.

Essa percepção indica necessidade de estratégias comunicacionais mais diversificadas, que não dependam exclusivamente de leitura de documentos ou compreensão de conceitos abstratos, mas que utilizem metodologias participativas e linguagem acessível. O déficit de conhecimento torna-se particularmente problemático quando se considera que ele pode limitar a capacidade das famílias de avaliar criticamente os rumos do projeto, de participar de forma mais ativa em decisões estratégicas e de exercer controle social sobre sua implementação.

Estudos como os de Gebara et al. (2014) e Brockhaus et al. (2012) destacam que, quando as comunidades não compreendem plenamente o que está sendo implementado em seus territórios, há riscos de alienação, desconfiança e baixa capacidade de monitoramento social. Especificamente, Gebara et al. (2014) documentaram que comunidades com menor compreensão dos mecanismos de REDD+ apresentavam menor capacidade de identificar irregularidades na distribuição de benefícios e maior vulnerabilidade a decisões externas que não refletiam seus interesses.

A literatura sobre governança participativa em projetos ambientais enfatiza que o conhecimento compartilhado sobre objetivos, mecanismos e resultados esperados é condição fundamental para participação efetiva, não apenas formal (ARNSTEIN, 1969; REED, 2008). Alguns estudos demonstram que a participação comunitária em projetos REDD+ tende a ser limitada, frequentemente assumindo formas passivas ou consultivas, nas quais comunidades recebem benefícios, mas têm pouca influência sobre as decisões estratégicas que afetam seus territórios e modos de vida (CUBAS-BAEZ et al., 2025; SATYAL et al., 2018).

A percepção de desigualdade na distribuição de benefícios, embora manifestada por número minoritário de entrevistados, é analiticamente significativa. Evidências empíricas demonstram que percepções de injustiça distributiva em projetos baseados em incentivos podem gerar tensões sociais, diminuir a cooperação coletiva e comprometer a legitimidade a longo prazo dessas iniciativas (LUTTRELL et al., 2013). A preocupação de que alguns ganham mais que outros sugere que parte da comunidade percebe que os ganhos proporcionados pelo projeto não alcançam todas as famílias de forma homogênea.

Essa percepção pode estar relacionada a diferentes níveis de envolvimento com atividades remuneradas do projeto. A menção minoritária à geração de renda direta como

benefício sugere que oportunidades de emprego formal no projeto, como monitoramento territorial, reflorestamento ou funções administrativas, alcançam número limitado de famílias. Pascual et al. (2014), em estudo sobre equidade em pagamentos por serviços ambientais, demonstram que projetos que concentram oportunidades de renda em segmentos específicos da comunidade tendem a gerar percepções de injustiça, mesmo quando benefícios coletivos (infraestrutura, serviços) são distribuídos de forma mais ampla. A percepção de que mesmo entre aqueles que acessam oportunidades de renda há insuficiência da remuneração evidencia que a questão não é apenas de acesso, mas também de adequação dos valores pagos.

A heterogeneidade nas percepções sobre impactos na renda sugere que há diferenças significativas nas experiências das famílias. Essa variação pode estar relacionada a critérios de priorização na distribuição de benefícios estruturais não plenamente compreendidos pela comunidade, ou a dinâmicas internas de poder que favorecem determinadas famílias ou lideranças. A manifestação dessa preocupação indica que questões de equidade são centrais para a avaliação que as famílias fazem do projeto, e que a percepção de injustiça distributiva pode comprometer sua legitimidade, mesmo quando há reconhecimento de benefícios em nível coletivo.

A percepção de que benefícios são mediados por estruturas associativas sugere que nem todas as famílias têm acesso igualitário, o que pode gerar tensões internas. A literatura sobre justiça ambiental enfatiza que a distribuição equitativa de benefícios e ônus é dimensão fundamental da legitimidade de projetos de conservação, tão importante quanto a magnitude absoluta dos benefícios gerados (SCHLOSBERG, 2007; MARTIN et al., 2013). Segundo Schlosberg (2007) a justiça ambiental não pode ser reduzida à distribuição material, devendo incorporar dimensões de reconhecimento, participação e capacitação. A percepção de desigualdade, mesmo que minoritária, merece atenção porque pode gerar ressentimentos e comprometer a coesão comunitária necessária para o sucesso de longo prazo do projeto.

Os relatos sobre promessas não cumpridas, ainda que pontuais, revelam que parte das famílias percebe descompasso entre o que foi anunciado nas fases iniciais do projeto e o que foi efetivamente implementado. A percepção de que apenas benefícios estruturais foram entregues, quando havia expectativa de apoios mais amplos, evidencia frustração com expectativas não atendidas. Sunderlin et al. (2014) observam que há frequentemente descompasso entre as promessas percebidas pelas comunidades nas fases iniciais de projetos de carbono e os benefícios efetivamente entregues, gerando o que os autores denominam “déficit de expectativas”.

Essa percepção pode gerar desconfiança e comprometer a legitimidade do projeto a longo prazo, mesmo quando há reconhecimento de benefícios concretos já recebidos. A coexistência de avaliações positivas sobre benefícios recebidos com críticas sobre promessas não cumpridas indica que as famílias mantêm as expectativas iniciais como referência para avaliar o desempenho do projeto, e que o não cumprimento de compromissos específicos permanece na memória coletiva, afetando a confiança na iniciativa.

A alta proporção de entrevistados que manifestaram desejo por benefícios adicionais, especialmente relacionados a transporte, geração de renda e apoio à produção, pode refletir tanto expectativas não atendidas quanto reconhecimento de potencial não explorado do projeto. A distinção entre essas duas interpretações é importante, pois a primeira sugere frustração, enquanto a segunda indica otimismo sobre possibilidades futuras. Phelps et al. (2010) argumentam que demandas por benefícios adicionais em projetos de conservação podem refletir não apenas insatisfação, mas também processo de aprendizagem no qual comunidades identificam progressivamente oportunidades de fortalecer iniciativas em curso. Nesse sentido, as demandas manifestadas podem ser interpretadas como indicadores de engajamento crítico, não apenas de frustração.

As percepções sobre limitações na proteção territorial revelam que as famílias reconhecem limites na capacidade do projeto de proteger integralmente o território. A demanda por proteção mais abrangente contra incêndios e a percepção de que a fiscalização nem sempre é suficiente evidenciam que os moradores percebem lacunas na proteção efetiva do território. Essa percepção indica consciência de que o projeto opera em contexto de pressões externas mais amplas, como invasões para exploração madeireira, grilagem de terras ou expansão agropecuária, que extrapolam sua governança.

A menção a conflitos com exploração madeireira e a sugestão de necessidade de articulação mais forte com órgãos de fiscalização governamental sugerem que os moradores percebem que a proteção efetiva do território depende não apenas do projeto de carbono, mas de ações coordenadas envolvendo múltiplos atores institucionais.

A demanda específica por segurança e proteção territorial, incluindo propostas como contratação de segurança particular, revela preocupação com a sustentabilidade do projeto frente a ameaças externas. Nepstad et al. (2006), demonstram que áreas protegidas comunitárias sem apoio institucional adequado são vulneráveis a invasões e exploração ilegal, particularmente em regiões com alta pressão de desmatamento e fronteira agrícola em expansão. A percepção de que a inconsistência do mercado de carbono gera pressão territorial que impacta os benefícios para as famílias demonstra consciência sofisticada sobre a

interdependência entre proteção territorial, geração de créditos de carbono e sustentabilidade financeira do projeto.

Essa percepção é consistente com análises de Skutsch e McCall (2010) sobre a vulnerabilidade de projetos REDD+ a flutuações de mercado, que argumentam que a dependência de receitas de créditos de carbono pode tornar comunidades vulneráveis a choques externos quando os preços caem ou quando há interrupções na comercialização. A demanda por proteção territorial mais robusta sugere que os moradores percebem que a sustentabilidade do projeto depende não apenas de mecanismos de mercado, mas de capacidade efetiva de controle territorial.

A manifestação majoritária de necessidade de melhorias, apesar das avaliações predominantemente positivas sobre comunicação e respeito, revela percepção de que o projeto tem potencial não plenamente explorado. As demandas específicas mais mencionadas referem-se a infraestrutura básica, especialmente estradas, apoio à produção agrícola, equipamentos e maquinários, e segurança territorial.

A demanda por melhorias em estradas evidencia que problemas de mobilidade e acesso são percebidos como limitações importantes que afetam tanto a qualidade de vida quanto o acesso a serviços essenciais como educação. A percepção de que as dificuldades de transporte no período chuvoso impedem o acesso de crianças à escola revela como problemas de infraestrutura impactam dimensões fundamentais da vida comunitária. De acordo com Duchelle et al. (2017) as comunidades frequentemente priorizam benefícios relacionados a infraestrutura básica e serviços sociais sobre pagamentos monetários diretos, refletindo necessidades estruturais não atendidas por políticas públicas.

A demanda por apoio à produção agrícola e por equipamentos sugere expectativa de que o projeto fortaleça as atividades produtivas tradicionais, não apenas compense-as. Essa percepção é particularmente relevante porque indica que os moradores buscam não apenas benefícios assistenciais, mas apoio que amplie sua capacidade produtiva e autonomia econômica.

A diversidade de demandas mencionadas, incluindo transporte, geração de emprego, capacitação, comunicação e inclusão, melhoria na remuneração e atendimento de necessidades individuais, sugere que diferentes famílias têm necessidades distintas, e que um modelo único de benefícios pode não atender adequadamente à heterogeneidade da comunidade. A consciência sobre essa heterogeneidade e demanda por abordagem mais individualizada evidencia percepção de que as prioridades variam entre famílias.

A menção a lacunas na comunicação e inclusão sugere que parte da comunidade se sente não plenamente incluída nos espaços de diálogo, o que pode estar relacionado à centralização de reuniões em locais específicos (sede de associação) que dificulta o acesso de famílias residentes em áreas mais remotas.

Um aspecto significativo refere-se às altas taxas de não-resposta ou ausência de justificativas em várias dimensões investigadas. Essas taxas elevadas não podem ser interpretadas apenas como desinteresse ou falta de opinião, mas como indicadores de dificuldades de avaliação que podem estar relacionadas a múltiplos fatores: complexidade dos impactos ambientais de longo prazo, dificuldades de articulação verbal relacionadas ao baixo letramento, falta de informação sobre aspectos específicos do projeto, ou mesmo receio de expressar críticas.

A alta taxa de não-resposta sobre mudanças ambientais é particularmente significativa, pois sugere que, apesar do longo tempo de residência e do profundo conhecimento ecológico local, parte dos moradores não se sente capaz de avaliar os impactos ambientais do projeto. Isso pode indicar que as mudanças ecológicas promovidas pelo projeto ainda não são suficientemente perceptíveis, que os moradores carecem de informações sobre indicadores ambientais monitorados, ou que há confusão entre os efeitos do projeto e outras dinâmicas ambientais.

A categoria “sem justificativa” aparece consistentemente em múltiplas dimensões investigadas, sugerindo padrão sistemático de dificuldade de elaboração verbal sobre percepções. Esse padrão reforça a importância de estratégias comunicacionais e metodologias de pesquisa mais adaptadas ao contexto de baixa escolaridade, que facilitem a expressão de percepções por meio de linguagens não exclusivamente verbais.

Em síntese, as preocupações e desafios mencionados pelas famílias revelam percepção crítica sobre limitações do projeto, particularmente relacionadas ao déficit de conhecimento conceitual, à equidade na distribuição de benefícios e aos limites da proteção territorial. A coexistência de avaliações positivas com identificação de lacunas específicas sugere que os moradores avaliam o projeto de forma nuançada, reconhecendo avanços sem deixar de apontar aspectos que necessitam aprimoramento.

As preocupações manifestadas indicam que as famílias mantêm expectativas elevadas em relação ao projeto e exercem papel ativo na avaliação crítica de sua implementação, o que é fundamental para processos de aprendizagem e ajuste que podem fortalecer a iniciativa a longo prazo. Muitos desafios aqui identificados, particularmente o déficit de conhecimento conceitual, as questões de equidade distributiva e as altas taxas de não-resposta, relacionam-se

diretamente com limitações nos processos participativos, que serão exploradas na próxima seção.

6.4 Participação das Comunidades nas Decisões e Implementação do Projeto

A análise das percepções das famílias sobre sua participação no projeto de carbono revela padrão complexo, marcado pela percepção majoritária de envolvimento e respeito, mas também por tensões entre participação percebida e compreensão conceitual sobre o projeto.

A percepção majoritária de que há participação no projeto indica que as famílias se reconhecem como parte do processo, não apenas como beneficiárias passivas. Esse reconhecimento é fundamental para a legitimidade do projeto, pois sugere que os moradores não o interpretam como intervenção externa imposta unilateralmente, mas como iniciativa em que têm algum nível de agência.

A valorização da participação em reuniões, do acesso a espaços de diálogo e da possibilidade de expressar opiniões indica que as famílias experimentam momentos de envolvimento ativo, nos quais suas demandas são consideradas. Essa percepção alinha-se com discussões sobre a importância da participação para a construção de legitimidade social de projetos ambientais, especialmente em territórios de comunidades tradicionais, onde a imposição de modelos externos historicamente gerou conflitos e resistências (AGRAWAL; GIBSON, 1999; LEMOS; AGRAWAL, 2006).

A avaliação predominantemente positiva sobre a qualidade da comunicação entre famílias e responsáveis pelo projeto revela que os moradores reconhecem esforços de manutenção de canais de diálogo. A valorização de reuniões presenciais, palestras e ferramentas digitais como o WhatsApp indica que as famílias apreciam a diversificação de meios de comunicação e a acessibilidade dos responsáveis pelo projeto.

A percepção de transparência sugere que alguns moradores sentem que são mantidos informados sobre decisões e ações do projeto. No entanto, esse resultado deve ser analisado com cautela, uma vez que parcela significativa dos entrevistados demonstra dificuldade em compreender o funcionamento do projeto.

Esse cenário evidencia um paradoxo entre a eficácia dos canais de comunicação e a apropriação do conteúdo, indicando que, embora a informação seja transmitida e os responsáveis sejam acessíveis, nem sempre ela é plenamente compreendida pelos moradores. Assim, sentir-se informado não necessariamente implica estar de fato informado, sugerindo a existência de uma comunicação que, embora percebida como transparente, ainda enfrenta barreiras relacionadas à compreensão e ao nível de familiaridade com o tema.

Essa avaliação positiva da comunicação é particularmente significativa porque contrasta com situações comuns em projetos de conservação, nos quais comunidades locais frequentemente relatam falta de informação e dificuldades de acesso aos responsáveis pela implementação (LARSON & SOTO, 2008; POUDYAL et al., 2018). A valorização da realização de reuniões para divulgar atualizações evidencia apreciação da transparência comunicacional.

A percepção de modernização dos meios de comunicação, especialmente a substituição de rádios amadores por internet e WhatsApp, revela que as famílias reconhecem melhorias tecnológicas proporcionadas pelo projeto como facilitadoras do acesso à informação e do fortalecimento de vínculos comunitários. No entanto, essa modernização também pode criar novas formas de exclusão para famílias com menor familiaridade com tecnologias digitais ou com acesso limitado a equipamentos, o que pode explicar parcialmente as percepções sobre falta de abrangência na comunicação.

A presença de diferentes gerações na comunidade sugere que pode haver diferenças geracionais na familiaridade com tecnologias digitais. A percepção majoritária de que o projeto respeita as necessidades e opiniões das famílias revela que os moradores se sentem considerados nos processos decisórios.

Os relatos sobre reuniões onde opiniões são aceitas, sobre planejamento conjunto e sobre autonomia para expressar demandas sugerem que as famílias experimentam momentos de participação que vão além da simples consulta, aproximando-se de processos mais colaborativos. A percepção de que a participação foi estabelecida como princípio fundamental desde o início do projeto evidencia valorização desse aspecto.

A percepção de que decisões são ouvidas e respeitadas, de que opiniões são aceitas e de que as necessidades expressas são analisadas e acatadas reforça essa interpretação. Essa percepção é fundamental para a construção de confiança e para a sustentabilidade social do projeto a longo prazo, pois indica que os moradores não se sentem apenas informados sobre decisões tomadas externamente, mas sentem que têm influência real sobre os rumos da implementação.

A literatura sobre governança participativa enfatiza que a percepção de que opiniões são levadas em consideração é tão importante quanto a participação formal em espaços decisórios, pois é essa percepção que determina se as pessoas sentem que sua participação é significativa (CORNWALL, 2008; REED, 2008).

Observa-se, no entanto, tensão significativa entre a alta percepção de participação e respeito e o expressivo déficit de conhecimento conceitual sobre o projeto de carbono. A

coexistência desses dois padrões sugere que as famílias podem estar participando de processos decisórios relacionados à implementação local, como definição de prioridades de infraestrutura, organização de atividades de reflorestamento ou monitoramento, mas não necessariamente de discussões sobre aspectos mais estratégicos ou técnicos do projeto.

Essa diferença indica que pode haver níveis distintos de participação: maior envolvimento em decisões operacionais e cotidianas, e menor envolvimento em decisões conceituais, de governança mais ampla ou relacionadas aos mecanismos de geração e comercialização de créditos de carbono.

Essa distinção é consistente com a literatura sobre níveis de participação, que diferencia entre consulta, colaboração e empoderamento, e que demonstra que muitos projetos alcançam níveis intermediários de participação, nos quais comunidades são envolvidas em decisões de implementação, mas não em decisões estratégicas fundamentais (ARNSTEIN, 1969; PRETTY, 1995).

Essa tensão levanta questões importantes sobre a natureza da participação percebida pelas famílias. É possível que os moradores estejam avaliando a comunicação e o respeito com base em critérios relacionais, como acessibilidade dos responsáveis, cordialidade no tratamento, disponibilidade para ouvir demandas, mais do que em critérios de efetividade na transmissão de informações técnicas ou de poder decisório efetivo sobre aspectos estratégicos do projeto.

A valorização de aspectos relacionais é evidenciada por entrevistados que mencionaram clima relacional positivo, incluindo percepções de que todos falam a mesma linguagem, de que não há conflitos e de que todos são tratados com respeito e carinho. Essa dimensão afetiva e relacional é particularmente importante em contextos comunitários, onde vínculos pessoais e confiança interpessoal são fundamentais para a legitimidade de iniciativas externas.

Essa interpretação sugere que a percepção positiva sobre participação e comunicação pode conviver com limitações na compreensão conceitual e no envolvimento em decisões mais complexas, sem que isso seja necessariamente percebido como contradição pelos moradores. A avaliação positiva da comunicação coexiste com o déficit informacional porque os moradores podem estar avaliando a qualidade das relações e a acessibilidade dos responsáveis, mais do que a efetividade na transmissão de conhecimentos técnicos.

As manifestações minoritárias sobre limitações na participação, particularmente relacionadas à falta de abrangência e à falta de equidade, são analiticamente significativas porque revelam que a participação não é experimentada de forma homogênea por todas as famílias.

A percepção de que o tratamento varia entre famílias sugere que parte da comunidade identifica desigualdades no acesso a espaços participativos ou na influência sobre decisões. A frustração com demandas individuais não atendidas evidencia que nem todas as solicitações são incorporadas, o que pode gerar percepção de que algumas vozes são mais ouvidas que outras.

Essas percepções podem estar relacionadas a diferentes níveis de envolvimento com associações locais, que frequentemente funcionam como mediadoras entre comunidades e projetos externos. A percepção de que benefícios são trazidos diretamente para a associação, que então os distribui aos moradores, sugere que a mediação associativa pode criar diferenças no acesso a informações e oportunidades entre famílias mais e menos envolvidas com estruturas associativas.

Barreiras de deslocamento para reuniões, especialmente para famílias residentes em áreas mais distantes, também podem explicar diferenças na participação. A demanda por descentralização de reuniões evidencia percepção de que a centralização em locais específicos pode excluir famílias de áreas mais remotas.

A literatura sobre participação comunitária em projetos de conservação demonstra que desigualdades internas, baseadas em gênero, idade, renda, escolaridade ou proximidade com lideranças, frequentemente se reproduzem em espaços participativos, resultando em que alguns membros da comunidade tenham voz mais forte que outros (AGARWAL, 2001; LEACH et al., 1999).

A presença de diferentes gerações indica possível heterogeneidade nas percepções e nas formas de participação. A menção a “evasão de jovens” sugere que pode haver diferenças geracionais nas expectativas e no engajamento com o projeto. A percepção de que reuniões e espaços de diálogo são importantes mecanismos de participação indica que as famílias reconhecem esses momentos como oportunidades de exercer influência e de se manter informadas.

A ênfase dada a esses espaços sugere que, para os moradores, a participação está fortemente associada a momentos presenciais de encontro coletivo, nos quais podem expressar opiniões e ouvir informações diretamente dos responsáveis. Essa valorização de espaços presenciais é particularmente relevante em contextos rurais, onde relações face a face e vínculos comunitários têm importância central para a construção de confiança e legitimidade.

A percepção de que os responsáveis conversam, explicam e ensinam revela que os moradores valorizam não apenas o conteúdo informacional, mas também a qualidade pedagógica e relacional da comunicação.

A percepção de que existe planejamento conjunto, com participação das famílias na definição de necessidades que são então analisadas e acatadas, sugere que, ao menos em algumas dimensões, a participação vai além da consulta e aproxima-se de processos mais colaborativos.

A alta taxa de respostas sem justificativas sobre respeito às necessidades é analiticamente significativa. Embora esses entrevistados tenham marcado a opção positiva, não souberam justificar sua resposta ou apresentaram justificativas extremamente vagas. Esse elevado percentual pode indicar pouca clareza sobre como a participação realmente se concretiza no cotidiano ou, ainda, uma adesão ao discurso positivo sem vivência efetiva dos mecanismos participativos.

Essa observação reforça a interpretação de que a participação pode estar concentrada em níveis operacionais, com menor envolvimento em aspectos conceituais e estratégicos. A manifestação de necessidade de ampliar a participação comunitária, ainda que por número reduzido de entrevistados, indica que parte da comunidade percebe que há espaço para aprofundar o envolvimento das famílias.

A demanda por maior inclusão sugere que os espaços participativos podem estar concentrados em locais ou grupos específicos, não alcançando toda a diversidade da comunidade. A falta de informação manifestada por alguns evidencia que nem todas as famílias se sentem igualmente informadas ou envolvidas.

Em síntese, as percepções sobre participação revelam que as famílias se sentem envolvidas e respeitadas em processos decisórios, particularmente aqueles relacionados à implementação local do projeto. A avaliação positiva da comunicação e do respeito às opiniões sugere que os moradores experimentam o projeto como iniciativa aberta ao diálogo e sensível a suas demandas. No entanto, a coexistência dessa percepção positiva com o expressivo déficit de conhecimento conceitual sobre o projeto de carbono sugere que a participação pode estar concentrada em níveis operacionais, com menor envolvimento em discussões estratégicas ou técnicas mais complexas.

As manifestações sobre limitações de abrangência e equidade, embora minoritárias, indicam que a participação não é experimentada de forma homogênea por todas as famílias, e que pode haver desigualdades internas no acesso a espaços participativos e na influência sobre decisões.

Essa análise sugere que, embora o projeto tenha alcançado níveis significativos de participação em dimensões operacionais e relacionais, há potencial para aprofundar o envolvimento das famílias em aspectos conceituais e estratégicos, bem como para ampliar a

inclusão de famílias que atualmente participam de forma mais limitada. A valorização de aspectos relacionais e a percepção de respeito são fundamentais para a legitimidade do projeto, mas precisam ser complementadas com estratégias que facilitem a apropriação conceitual e ampliem o poder decisório efetivo das comunidades sobre aspectos estratégicos do projeto.

7 CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou compreender como as famílias da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá percebem o projeto de carbono desenvolvido em seu território, especialmente em relação às mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais. A partir das falas dos moradores, foi possível reconhecer que o projeto tem um papel importante na vida da comunidade, sendo visto, em sua maioria, como uma iniciativa positiva que trouxe melhorias concretas e novas perspectivas para o futuro.

Os resultados mostraram que o projeto contribuiu para fortalecer a infraestrutura local, ampliar oportunidades de trabalho e apoiar práticas produtivas mais sustentáveis. A instalação de poços, casas, sistemas de energia e acesso à internet, por exemplo, representou não apenas avanços materiais, mas também o fortalecimento do sentimento de pertencimento e valorização do território. Ainda assim, algumas famílias apontaram que nem todos os benefícios são percebidos de forma igual, o que revela a importância de aprimorar os processos de diálogo, de informação e de distribuição das vantagens geradas.

Do ponto de vista ambiental, os moradores reconhecem que o projeto tem ajudado a reduzir o desmatamento e a aumentar o cuidado com a floresta. A presença de ações de fiscalização, reflorestamento e conscientização contribuiu para uma percepção mais forte de responsabilidade coletiva sobre o uso dos recursos naturais. Essa mudança de olhar demonstra que o projeto tem ido além da compensação de carbono, influenciando positivamente a relação das pessoas com o ambiente.

Nesse contexto, é importante considerar que o aumento do desmatamento ou a ocorrência de queimadas (Loss Event) pode comprometer a geração de créditos de carbono e, conseqüentemente, reduzir os recursos destinados ao fundo comunitário, impactando diretamente a continuidade dos benefícios sociais associados ao projeto.

No entanto, não foi possível identificar de forma aprofundada se os moradores compreendem essa relação entre o aumento das queimadas e os impactos sobre a viabilidade financeira do projeto. Dessa forma, a percepção ambiental relatada pode estar mais associada a uma dimensão de cuidado com o território, sem necessariamente refletir o entendimento da lógica econômica que sustenta os benefícios do projeto, o que reforça a importância de fortalecer a compreensão sobre o funcionamento do mecanismo do REDD+, de modo a aproximar as dimensões ambiental e econômica percebidas pela comunidade.

Em relação aos modos de vida e tradições, as famílias relataram que as transformações vividas não romperam com suas práticas culturais, mas trouxeram novas formas de lidar com o

território e com as oportunidades que surgem a partir do projeto. As adaptações têm sido, em geral, vistas como positivas e compatíveis com a continuidade dos costumes e saberes locais.

A pesquisa evidenciou também que a participação comunitária é um dos pontos centrais para o sucesso do projeto. Apesar do engajamento crescente e da confiança construída ao longo dos anos, ainda existem desafios para ampliar o envolvimento das famílias nas decisões e no entendimento sobre o funcionamento do mecanismo REDD+.

Nesse contexto, observa-se um descompasso entre a dimensão econômica do projeto, evidenciada pela geração de créditos de carbono, e a percepção de parte dos moradores quanto à ausência de melhorias na renda familiar. Esse cenário pode estar relacionado tanto a limitações na comunicação sobre a gestão e distribuição dos recursos quanto ao próprio modelo de benefícios coletivos, que nem sempre se traduz em ganhos diretos e perceptíveis no cotidiano das famílias. O fortalecimento desse processo participativo é essencial para garantir que o projeto siga sendo reconhecido como uma conquista coletiva.

De modo geral, conclui-se que o projeto de carbono na RESEX Rio Preto-Jacundá tem gerado benefícios significativos e se consolidado como uma experiência de integração entre conservação ambiental e desenvolvimento comunitário. No entanto, os resultados também indicam a importância de fortalecer a compreensão, por parte da comunidade, sobre os fundamentos do mecanismo de REDD+ e sua relação com a conservação da floresta.

Nesse sentido, levanta-se a reflexão sobre a sustentabilidade dessa adesão no longo prazo, especialmente considerando que parte dos benefícios percebidos está associada a incentivos diretos. Caso ocorram limitações na geração de créditos e, conseqüentemente, na disponibilidade de recursos financeiros, torna-se ainda mais relevante garantir que o engajamento comunitário esteja também ancorado na compreensão e valorização dos objetivos ambientais do projeto.

O futuro dessas iniciativas depende, sobretudo, da continuidade do diálogo, da transparência e da valorização do conhecimento tradicional, elementos fundamentais para que as comunidades permaneçam como protagonistas na construção de um modelo de sustentabilidade verdadeiramente inclusivo e justo.

Além disso, os resultados apontam para a importância de fortalecer ações voltadas à estruturação da cadeia produtiva local, de modo a ampliar a autonomia econômica das famílias. Também se destaca a necessidade de aprimorar o monitoramento de indicadores relacionados à renda e à produção, permitindo uma avaliação mais robusta dos impactos do projeto para além dos benefícios estruturais.

O objetivo geral deste estudo foi compreender a percepção dos moradores tradicionais da Reserva Extrativista Rio Preto-Jacundá sobre o projeto de carbono implementado em seu território. Os resultados obtidos permitem afirmar que esse objetivo foi alcançado, ao evidenciar como os moradores compreendem o projeto, percebem seus benefícios e limitações e avaliam os processos de participação e tomada de decisão associados à sua implementação.

No entanto, a análise também aponta para desafios importantes relacionados à distribuição dos benefícios gerados pelo projeto. A concentração de oportunidades de geração de renda direta, como aquelas vinculadas a funções técnicas ou de gestão, em um grupo mais restrito de atores, em contraste com a predominância de benefícios estruturais de caráter coletivo, sugere possíveis assimetrias no acesso aos ganhos econômicos. Essa dinâmica pode gerar tensões internas e representa um desafio para a manutenção da coesão social, especialmente em contextos em que a participação no projeto não se traduz, de forma equitativa, em oportunidades de autonomia financeira para todas as famílias.

Adicionalmente, os resultados também sugerem a existência de diferentes formas de acesso aos benefícios do projeto, o que pode influenciar as percepções sobre equidade e participação, indicando a importância de fortalecer mecanismos que promovam maior inclusão e equilíbrio na distribuição das oportunidades geradas.

A análise revelou percepções heterogêneas, fortemente influenciadas pelo acesso à informação, pelo nível de participação e pelas experiências individuais dos moradores, reforçando a importância da dimensão social na avaliação de projetos de carbono em territórios de comunidades tradicionais.

Os achados deste estudo oferecem importantes implicações práticas para a gestão e o aprimoramento de projetos de carbono em Reservas Extrativistas e outros territórios ocupados por comunidades tradicionais. Os resultados indicam a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação, transparência e participação social ao longo de todas as etapas do projeto, de modo a garantir maior compreensão, engajamento e apropriação por parte das comunidades envolvidas.

Além disso, o estudo reforça que a efetividade de projetos de carbono em territórios de comunidades tradicionais depende não apenas da entrega de benefícios, mas da capacidade de promover equidade, fortalecer a autonomia econômica e garantir a participação informada das populações locais. A incorporação dessas dimensões é fundamental para assegurar a legitimidade e a sustentabilidade dessas iniciativas no longo prazo.

7.1 Limitações do estudo

- Estudo realizado em uma única Reserva Extrativista, o que limita a generalização dos resultados para outros contextos, embora os achados possam dialogar com resultados de outros estudos desenvolvidos em contextos semelhantes.
- Os dados baseiam-se na percepção dos moradores, envolvendo subjetividade inerente às experiências individuais.
- O baixo nível de escolaridade pode ter limitado a compreensão conceitual sobre o mecanismo de carbono e o REDD+.
- A ausência de análises estatísticas inferenciais limita o poder analítico dos dados, restringindo a identificação de relações mais robustas entre as variáveis investigadas.

7.2 Recomendações:

Com base nos resultados obtidos na pesquisa, apresentam-se as seguintes recomendações para o aprimoramento do projeto:

- Fortalecer estratégias de comunicação com linguagem acessível e metodologias participativas, visando ampliar a compreensão dos moradores sobre o funcionamento do mecanismo de REDD+.
- Ampliar a transparência na gestão dos recursos financeiros do projeto, especialmente quanto à sua origem, aplicação e distribuição dos benefícios.
- Investir na estruturação da cadeia produtiva local, promovendo geração de renda, agregação de valor e maior autonomia econômica das famílias.
- Implementar o monitoramento sistemático de indicadores socioeconômicos, como renda familiar e produção agrícola, para avaliar de forma mais robusta os impactos do projeto.
- Fortalecer mecanismos de participação comunitária, ampliando o envolvimento das famílias nos processos decisórios.
- Promover maior equidade no acesso aos benefícios e oportunidades geradas pelo projeto, contribuindo para a coesão social no território.

REFERÊNCIAS

AGARWAL, Bina. Participatory Exclusions, Community Forestry, and Gender: An Analysis for South Asia and a Conceptual Framework. *World Development*, v. 29, n. 10, p. 1623-1648, out. 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0305-750x\(01\)00066-3](https://doi.org/10.1016/s0305-750x(01)00066-3). Acesso em: 25 mar. 2026.

AGRAWAL, Arun; GIBSON, Clark C. Enchantment and Disenchantment: The Role of Community in Natural Resource Conservation. *World Development*, v. 27, n. 4, p. 629-649, abr. 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0305-750x\(98\)00161-2](https://doi.org/10.1016/s0305-750x(98)00161-2). Acesso em: 25 mar. 2026.

AGRAWAL, Arun; REDFORD, Kent. Conservation and displacement: An overview. *Conservation and Society*, v. 7, n. 1, p. 1, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.4103/0972-4923.54790>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. Manaus: UEA, 2008. 192 p. ISBN 978-85-7401-401-2. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11332/3/ConhecimentoTradicionalebiodiversidadeII.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA. Conhecimento tradicional e biodiversidade: normas vigentes e propostas. Manaus: UEA, 2008. 192 p. ISBN 978-85-7401-401-2. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/11332/3/ConhecimentoTradicionalebiodiversidadeII.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ALKMIN, Fábio Márcio. Colonialismo climático e financeirização do carbono: Reflexões sobre o REDD+ e a autonomia socioterritorial dos povos indígenas na Amazônia. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 5, n. 2, 20 dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.48075/amb.v5i2.31885>. Acesso em: 06 maio 2025.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Curitiba-Paraná: Instituto de Estudos Amazônicos, 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/reservas-extrativistas-uma-proposta-de-desenvolvimento-da-floresta-amazonica>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas extrativistas: Uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Curitiba-Paraná: Instituto de Estudos Amazônicos, 1987. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/reservas-extrativistas-uma-proposta-de-desenvolvimento-da-floresta-amazonica>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ALLEGRETTI, Mary Helena. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento da floresta amazônica. Instituto de Estudos Amazônicos, 1987.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 6, n. 1, p. 9, 31 maio 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de.; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 48, 30 nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.60499>. Acesso em: 20 maio 2025.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 33-52, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-69092004000200003>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ANGELSEN, Arild (org.). *Realising REDD+: national strategy and policy options*. Bogor, Indonesia: CIFOR, 2009.

ANGELSEN, Arild et al. *Análise de REDD+: desafios e escolhas*. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2012. DOI: <https://doi.org/10.17528/cifor/004324>. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.17528/cifor/004324>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ANGELSEN, Arild et al. *Transforming REDD+: lessons and new directions*. Bogor, Indonésia: CIFOR, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/007045>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder Of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216-224, jul. 1969. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>. Acesso em: 25 mar. 2026.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. *Ambiente & Sociedade*, n. 5, p. 79-92, dez. 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-753x1999000200007>. Acesso em: 17 jun. 2025.

ATMADJA, Stibniati S.; SILLS, Erin O. What Is a “Community Perception” of REDD+? A Systematic Review of How Perceptions of REDD+ Have Been Elicited and Reported in the Literature. *PLOS ONE*, v. 11, n. 11, p. e0155636, 1 nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0155636>. Acesso em: 26 mar. 2026.

BERKES, FIKRET. Rethinking Community-Based Conservation. *Conservation Biology*, v. 18, n. 3, p. 621-630, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2004.00077.x>. Acesso em: 24 maio 2025.

BERKES, FIKRET. Rethinking Community-Based Conservation. *Conservation Biology*, v. 18, n. 3, p. 621-630, jun. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2004.00077.x>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BIOFÍLICA. Projeto REDD+ RESEX Rio Preto-Jacundá. [S.L]: CCB Standards, 2016. Disponível em: <https://registry.verra.org/app/projectDetail/VCS/1503>. Acesso em: 11 jun. 2025.

BITTENCOURT, Felipe Ribeiro. Modelagem dinâmica de distribuição de metas de redução de desmatamento, estimativas de potencial de emissão de gases de efeito estufa e de receitas financeiras via Redd+ em níveis sub-nacionais: um estudo de caso para a Amazônia Brasileira. 2011. Universidade Federal de Minas Gerais, [s. l.], 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/ENGD-8NPNS6>. Acesso em: 9 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 10.088 de 5 de novembro de 2019. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõe sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho – OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Anexo LXXII - Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 ago. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 7 maio 2025.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. 138, p. 1–1, 18 jul. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BROCKHAUS, M. et al. Analyzing REDD+: Challenges and choices. CIFOR Infobrief, v. 52, p. 1–8, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/003805>. Acesso em: 25 mar. 2026.

BROCKHAUS, Maria *et al.* An overview of forest and land allocation policies in Indonesia: Is the current framework sufficient to meet the needs of REDD+? Forest Policy and Economics, v. 18, p. 30-37, maio 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.forpol.2011.09.004>. Acesso em: 22 maio 2025.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, p. 311-373, 2009.

CENTRO DE ESTUDOS RIO TERRA. Plano de manejo de uso múltiplo – Reserva Extrativista Estadual Rio Preto-Jacundá. Porto Velho: Governo do Estado de Rondônia, 2016.

CORBERA, Esteve *et al.* Rights to Land, Forests and Carbon in REDD+: Insights from Mexico, Brazil and Costa Rica. Forests, v. 2, n. 1, p. 301-342, 1 mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f2010301>. Acesso em: 18 maio 2025.

CORBERA, Esteve; KOSOY, Nicolas; MARTÍNEZ TUNA, Miguel. Equity implications of marketing ecosystem services in protected areas and rural communities: Case studies from Meso-America. Global Environmental Change, v. 17, n. 3-4, p. 365-380, ago. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.12.005>. Acesso em: 25 mar. 2026.

CORNWALL, A. Unpacking 'Participation': models, meanings and practices. Community Development Journal, v. 43, n. 3, p. 269-283, 5 jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/cdj/bsn010>. Acesso em: 25 mar. 2026.

COSTA, Francisco de Assis. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Nova Economia*, v. 20, n. 1, p. 167-206, abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-63512010000100005>. Acesso em: 21 abr. 2025.

COSTA, Marcela Ferreira. Mudanças climáticas e proteção dos direitos das populações tradicionais: análise do projeto de REDD+ no estado do Amazonas, Brasil. 2012. 174 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2012.

CUBAS-BAEZ, Ana et al. From promises to practice: Persistent challenges in safeguarding local rights in forest carbon market initiatives. *CABI Reviews*, 10 abr. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1079/cabireviews.2025.0025>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DA CUNHA, Manuela Carneiro; DE ALMEIDA, Mauro W. Barbosa. Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia. Cosac Naify. São Paulo, 2009. Disponível em: <https://mwba.wordpress.com/wp-content/uploads/2010/07/2001-cunha-e-almeida-populacoes-indigenas-e-conservacao-capobianco-ed.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

DE AGUIAR, Denison Melo; GÓES, Helder Brandão; DA SILVA SOUZA, Priscila. Inovação tecnológica e direitos sociais: o papel das populações amazônicas na construção de soluções sustentáveis. In: *Direitos sociais: diálogos transdisciplinares*. (2 Vol.). Università degli studi di Parma, 2025. p. 242-258. Disponível em: <https://doi.org/10.62140/DAHGPS2422025>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6. ed. NUPAUB/USP: Hucitec: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, A. C. O Mito Moderno da Natureza Intocada. 6. ed. NUPAUB/USP: Hucitec: NUPAUB/USP, 2008.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana; ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Centro de Informação e Documentação Luís Eduardo Magalhães-CID Ambiental, 2000. 176 p. ISBN 858716631X. Disponível em: Portal do Livro Aberto em CT&I: Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. Acesso em: 01 abr. 2026.

DUCHELLE, Amy E. et al. Balancing carrots and sticks in REDD+: implications for social safeguards. *Ecology and Society*, v. 22, n. 3, 2017b. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/es-09334-220302>. Acesso em: 26 mar. 2026.

DUCHELLE, Amy E. *et al.* What is REDD+ achieving on the ground? *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 32, p. 134-140, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2018.07.001>. Acesso em: 17 maio 2025.

ESTRELA, L. M. B. Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas: para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem-estar e qualidade de vida? 2020. 125 f. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/jbrj-mpenbt_upl/THESIS/145/dissertacao_final_20212801_estrela.l.m.b_20210218185918600.pdf. Acesso em: 14 mai. 2025.

FURTADO, Fabrina Pontes *et al.* Em Nome do Clima: Capitalismo Extrativista e o Mercado de Compensação Florestal na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 27, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc01701vu2713ao>. Acesso em: 9 maio 2025.

GEBARA, Maria Fernanda *et al.* Lessons from local environmental funds for REDD+ benefit sharing with indigenous people in Brazil. CIFOR, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/005198>. Acesso em: 04 maio 2025.

GEBARA, Maria Fernanda. Importance of local participation in achieving equity in benefit-sharing mechanisms for REDD+: a case study from the Juma Sustainable Development Reserve. *International Journal of the Commons*, v. 7, n. 2, p. 473, 29 ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.18352/ijc.301>. Acesso em: 28 maio 2025.

GEBARA, Maria; AGRAWAL, Arun. Beyond Rewards and Punishments in the Brazilian Amazon: Practical Implications of the REDD+ Discourse. *Forests*, v. 8, n. 3, p. 66, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f8030066>. Acesso em: 22 maio 2025.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal na Amazônia: limites e oportunidades. Brasília: EMBRAPA – Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, 1993. 202 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268217287_EXTRATIVISMO_VEGETAL_NA_AMAZONIA_historia_ecologia_economia_e_domesticacao. Acesso em: 20 maio 2025.

JÚNIOR, José Simão Carvalho Gonçalves; DIAS, Jean Carlos. A ASSIMETRIA INFORMACIONAL E O MERCADO DE CARBONO: UMA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO A PARTIR DO PROJETO PACAJAÍ REDD+ (981). *Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 10, n. 2, 10 mar. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/indexlawjournals/2526-0057/2024.v10i2.11047>. Acesso em: 21 abr. 2025.

L., Fatorelli *et al.* The REDD+ Governance Landscape and the Challenge of Coordination in Brazil. [S. l.]: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/005508>. Acesso em: 27 mar. 2026.

LACERDA, Luiz Felipe Barbosa; ACOSTA, Luis Eduardo. Indicadores de bem-estar humano para povos tradicionais: o caso de uma comunidade ribeirinha na fronteira da Amazônia brasileira. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 53, n. 1, p. 100–111, 2017. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93851195011>. Acesso em: 18 mai. 2025.

LARSON, Anne M. *et al.* Land tenure and REDD+: The good, the bad and the ugly. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 3, p. 678-689, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2013.02.014>. Acesso em: 23 maio 2025.

LARSON, Anne M.; PETKOVA, Elena. An Introduction to Forest Governance, People and REDD+ in Latin America: Obstacles and Opportunities. *Forests*, v. 2, n. 1, p. 86-111, 18 jan. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/f2010086>. Acesso em: 22 maio 2025.

LARSON, Anne M.; SOTO, Fernanda. Decentralization of Natural Resource Governance Regimes. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 33, n. 1, p. 213-239, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.enviro.33.020607.095522>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LEACH, Melissa; MEARNS, Robin; SCOONES, Ian. Environmental Entitlements: Dynamics and Institutions in Community-Based Natural Resource Management. *World Development*, v. 27, n. 2, p. 225-247, fev. 1999. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0305-750x\(98\)00141-7](https://doi.org/10.1016/s0305-750x(98)00141-7). Acesso em: 25 mar. 2026.

LEMOS, Maria Carmen; AGRAWAL, Arun. Environmental Governance. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 31, n. 1, p. 297-325, nov. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1146/annurev.energy.31.042605.135621>. Acesso em: 25 mar. 2026.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7433387.pdf>. Acesso em: 23 maio 2025.

LOPES, Raimundo Valdan Ferreira; GARRO, Francisco Leonardo Tejerina; LEITE, Jandecy Cabral. Extrativismo: dilemas em uma Reserva Extrativista amazônica, Brasil. *Espacio Abierto*, v. 33, n. 1, p. 146-163, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.10664071>. Acesso em: 18 mai. 2025.

LUTTRELL, Cecilia *et al.* Who Should Benefit from REDD+? Rationales and Realities. *Ecology and Society*, v. 18, n. 4, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/es-05834-180452>. Acesso em: 20 maio 2025.

LUTTRELL, Cecilia *et al.* Who Should Benefit from REDD+? Rationales and Realities. *Ecology and Society*, v. 18, n. 4, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/es-05834-180452>. Acesso em: 26 mar. 2026.

M.F., Gebara *et al.* Lessons from local environmental funds for REDD+ benefit sharing with indigenous people in Brazil. [S. l.]: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/005198>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MAPEAMENTO de Projetos de Carbono Florestal no Brasil, elaborado por Idesam a partir de dados Verra Registry. Disponível em: <https://idesam.org/painelprojetoscarbonoflorestal/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MARTIN, Adrian; MCGUIRE, Shawn; SULLIVAN, Sian. Global environmental justice and biodiversity conservation. *The Geographical Journal*, v. 179, n. 2, p. 122-131, 7 maio 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/geoj.12018>. Acesso em: 25 mar. 2026.

MAY, Peter H. *et al.* O contexto de REDD+ no Brasil: determinantes, atores e instituições. 3. ed. atual. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016. 133 p. DOI: <https://doi.org/10.17528/cifor/006254>. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/351478262_O_contexto_de_REDD_no_Brasil_Determinantes_atores_e_instituicoes_-_3_Edicao_Atualizada. Acesso em: 20 maio 2025.

MELAZO, Guilherme Coelho. Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. *Olhares & Trilhas*, v. 6, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/view/3477>. Acesso em: 25 mar. 2025.

MELLO, Conrado de Almeida. Compartilhamento de benefícios em projetos REDD: desafios para uma implementação justa e inclusiva na Amazônia Brasileira. 2023. 120 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia,

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PPED/Dissertacao/2023/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20PED%20Conrado%20Mello.pdf>. Acesso em: 06 maio 2025.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. Nota técnica: limites e condições para a realização de projetos incidentes em terras públicas e territórios tradicionais, tomando por escopo os direitos territoriais a partir dos pressupostos de Direitos Humanos. Disponível em: https://www2.mppa.mp.br/data/files/BC/26/73/19/5A739810F7967688180808FF/NOTA_TECNICA_CARBONO%20PUBLICADA_ASSINADA.pdf. Acesso em: 09 maio 2025.

MURADIAN, R. et al. Payments for ecosystem services and the fatal attraction of win-win solutions. *Conservation Letters*, v. 6, n. 4, p. 274-279, 23 jan. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1755-263x.2012.00309.x>. Acesso em: 25 mar. 2026.

NEPSTAD, D. et al. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. *Conservation Biology*, v. 20, n. 1, p. 65-73, 23 jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1523-1739.2006.00351.x>. Acesso em: 25 mar. 2026.

NERY, D. et al. I. REDD+: povos indígenas e o mecanismo de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal na Amazônia brasileira: subsídios à discussão de repartição de benefícios. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM, 2013. Disponível em: https://www.amazonia.org.br/wp-content/uploads/2013/10/povos_ind%C3%ADgenas_e_o_mecanismo_de_redu%C3%A7%C3%A3o-1.pdf. Acesso em: 09 maio 2025.

OKAMOTO, Jun. Percepção ambiental e comportamento: visão holística da percepção ambiental na arquitetura e na comunicação. São Paulo: Ed. Mackenzie, 2002. 261 p. Disponível em: https://arquitetoeurbanista.weebly.com/uploads/6/8/3/8/6838251/texto_01_percepca_ambiental.pdf. Acesso em: 2 maio 2025.

OSTROM, Elinor. A General Framework for Analyzing Sustainability of Social-Ecological Systems. *Science*, v. 325, n. 5939, p. 419-422, 23 jul. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1172133>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PALMA, I. R. Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental. 2005. 83 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/7708>. Acesso em: 2 maio 2025.

PASCUAL, Unai et al. Social Equity Matters in Payments for Ecosystem Services. *BioScience*, v. 64, n. 11, p. 1027-1036, 30 set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/biosci/biu146>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PHELPS, J.; WEBB, E. L.; AGRAWAL, A. Does REDD+ Threaten to Recentralize Forest Governance? *Science*, v. 328, n. 5976, p. 312-313, 15 abr. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1126/science.1187774>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parks, people and professionals: Putting participation into protected area management. Geneva: United Nations Research Institute for Social

Development, 1997. Disponível em:

<https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/X181IIED.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2026.

PIRES, Fernanda Coletti. Elementos para análise de iniciativas de REDD+ na perspectiva dos direitos de propriedade. 2019. Dissertação (Mestrado em Sustentabilidade) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

doi:10.11606/D.100.2019.tde-18122019-090013. Acesso em: 26 maio 2025.

POUDYAL, Mahesh et al. Who bears the cost of forest conservation? *PeerJ*, v. 6, p. e5106, 5 jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.7717/peerj.5106>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PRETTY, Jules N. Participatory learning for sustainable agriculture. *World Development*, v. 23, n. 8, p. 1247-1263, ago. 1995. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0305-750x\(95\)00046-f](https://doi.org/10.1016/0305-750x(95)00046-f). Acesso em: 25 mar. 2026.

REED, Mark S. Stakeholder participation for environmental management: A literature review. *Biological Conservation*, v. 141, n. 10, p. 2417-2431, out. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.biocon.2008.07.014>. Acesso em: 25 mar. 2026.

RIVA, Fabiana Rodrigues. Dimensões do mecanismo de redução das emissões provenientes do desmatamento e da degradação florestal: REDD+ no contexto global e nacional da Amazônia brasileira. 2018. 116 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/fagro/materiais/tese%20-%20fabiana%20riva.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

ROGERS, Alan. Participation: the New Tyranny? *International Journal of Educational Development*, v. 23, n. 2, p. 233-234, mar. 2003b. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/s0738-0593\(02\)00022-6](https://doi.org/10.1016/s0738-0593(02)00022-6). Acesso em: 26 mar. 2026.

SATYAL, Poshendra et al. Representation and participation in formulating Nepal's REDD+ approach. *Climate Policy*, v. 19, sup1, p. S8—S22, 14 maio 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14693062.2018.1473752>. Acesso em: 26 mar. 2026.

SCHLOSBERG, David. *Defining Environmental Justice: Theories, Movements, and Nature*. [S. l.]: Oxford University Press, Incorporated, 2007. ISBN 9780191536717. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199286294.001.0001>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SCHLOSBERG, David; CARRUTHERS, David. Indigenous Struggles, Environmental Justice, and Community Capabilities. *Global Environmental Politics*, v. 10, n. 4, p. 12-35, nov. 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1162/glep_a_00029. Acesso em: 25 mar. 2026.

SCHROEDER, Heike; MCDERMOTT, Constance. Beyond Carbon: Enabling Justice and Equity in REDD+ Across Levels of Governance. *Ecology and Society*, v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5751/es-06537-190131>. Acesso em: 20 maio 2025.

SHAPIRO-GARZA, Elizabeth. An Alternative Theorization of Payments for Ecosystem Services from Mexico: Origins and Influence. *Development and Change*, v. 51, n. 1, p. 196-223, 22 out. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/dech.12552>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SILLS, Erin O. et al. *REDD+ on the ground: a case book of subnational initiatives across the globe*. Bogor: CIFOR, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.17528/cifor/005202>. Acesso em: 26 maio 2025.

SILVA, M. L. da. A educação ambiental e suas contribuições para a sustentabilidade da região amazônica: um estudo sobre as experiências desenvolvidas na Floresta Nacional do Tapajós. *Revista Interações, [S. l.]*, v. 5, n. 11, 2009. DOI: 10.25755/int.379. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/379>. Acesso em: 22 mai. 2025.

SILVEIRA, Giulia De Paula; HARDT, Elisa. Impacto da certificação REDD+ nas taxas de desmatamento da RESEX Rio Preto-Jacundá na Amazônia. *Ambiente & Sociedade*, v. 26, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc2021210r2vu202314ao>. Acesso em: 26 maio 2025.

SKUTSCH, Margaret M.; MCCALL, Michael K. Reassessing REDD: governance, markets and the hype cycle. *Climatic Change*, v. 100, n. 3-4, p. 395-402, 13 jan. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10584-009-9768-y>. Acesso em: 25 mar. 2026.

SUNDERLIN, William D. et al. How are REDD+ Proponents Addressing Tenure Problems? Evidence from Brazil, Cameroon, Tanzania, Indonesia, and Vietnam. *World Development*, v. 55, p. 37-52, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.01.013>. Acesso em: 25 mar. 2026.

TACCONI, L.; MAHANTY, S.; SUICH, H. The Livelihood Impacts of Payments for Environmental Services and Implications for REDD+. *Society & Natural Resources*, v. 26, n. 6, p. 733-744, jun. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08941920.2012.724151>. Acesso em: 25 mar. 2026.

THUM, Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais: aspectos históricos, conceituais e estratégias de visibilidade. *REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S. l.]*, p. 162-179, 2017. DOI: 10.14295/remea.v0i0.6899. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6899>. Acesso em: 14 abr. 2025.

TOLEDO, Victor. M. La memoria tradicional: la importancia agroecológica de los saberes locales. *Leisa*, v. 20, n. 4, p. 16-19, abr. 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)



Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da Pesquisa: Entender a percepção das comunidades tradicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto Jacundá

Pesquisadora responsável: Priscila Rocha de Sousa

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada **“Entender a percepção das comunidades tradicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto Jacundá”**. Meu nome é **Priscila Rocha de Sousa**, sou a pesquisadora responsável. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que, em caso de recusa em participar, você não será penalizado(a) de forma alguma. Se aceitar participar, dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável via e-mail (**rpriscila.sousa@gmail.com**) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: **(69) 9 9266-0888**. Caso tenha dúvidas sobre seus direitos como participante, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Guarulhos. Endereço: Praça Tereza Cristina, 88 – Centro - Guarulhos/SP, CEP: 07023-070, 5º andar / Prédio E, e-mail: **comite.etica@ung.br**, Tel.: **(11) 2464-1664**. Horário de atendimento ao Público: 2ª - 6ª feira: 10h00 às 16h00.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa

1.1. Título, Justificativa, Objetivos:

O título desta pesquisa é **“Entender a percepção das comunidades tradicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto Jacundá”**. O objetivo da pesquisa é compreender como as comunidades da RESEX percebem o projeto de carbono desenvolvido na área, especialmente em relação aos impactos econômicos, sociais e ambientais. A pesquisa visa identificar fatores que influenciam essa percepção e propor diretrizes que ajudem a alinhar a gestão do projeto com as necessidades da comunidade.

1.2. Procedimentos da Pesquisa:

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e grupos focais com moradores da RESEX Rio Preto Jacundá. Durante a entrevista, perguntas serão feitas para entender as percepções dos participantes sobre o projeto de carbono, seu impacto e as expectativas para o futuro. As entrevistas podem durar entre 45 a 60 minutos. Caso seja necessário, a conversa poderá ser registrada em áudio para fins de análise, mediante sua autorização.

- () Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa
 () Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Obs.: Rubricar dentro do parêntese com a escolha feita.



Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável

1.3. Riscos e Benefícios:

Não se espera que a pesquisa cause riscos aos participantes, mas poderá haver algum desconforto ao falar sobre questões sensíveis. Para reduzir esse risco, garantimos o sigilo e a privacidade de todos os participantes, e eles poderão interromper sua participação a qualquer momento. Como benefício, a pesquisa pode contribuir para o aprimoramento da gestão do projeto de carbono, alinhando-o melhor com as necessidades da comunidade.

1.4. Ressarcimento de Despesas:

Não haverá custo para os participantes. O transporte e a alimentação durante a participação na pesquisa serão fornecidos, quando necessário.

1.5. Sigilo e Privacidade:

Todas as informações coletadas serão mantidas em sigilo e os dados serão analisados de forma anônima. Caso haja interesse na identificação dos participantes, será solicitado consentimento prévio.

() Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

() Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Obs.: Rubricar dentro do parêntese com a escolha feita.

1.6. Liberdade para Recusar ou Retirar o Consentimento:

A participação é voluntária. Você pode recusar participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

1.7. Liberdade para Não Responder:

Você poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que cause desconforto emocional ou constrangimento.

1.8. Publicidade dos Resultados:

Os resultados desta pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não ao projeto, de maneira a contribuir para futuras práticas e políticas ambientais. Os participantes terão acesso aos resultados por meio de encontros comunitários, onde serão apresentados de forma simplificada. Além disso, materiais informativos serão disponibilizados, e o relatório simplificado poderá ser entregue fisicamente ou enviado digitalmente aos interessados.

1.9. Divulgação dos Resultados:

Os resultados serão divulgados na forma de relatórios e artigos acadêmicos, podendo ser apresentados em eventos científicos.



Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável

1.10. Riscos e Benefícios:

Não se espera que a pesquisa cause riscos aos participantes, mas poderá haver algum desconforto ao falar sobre questões sensíveis. Para reduzir esse risco, garantimos o sigilo e a privacidade de todos os participantes, e eles poderão interromper sua participação a qualquer momento. Como benefício, a pesquisa pode contribuir para o aprimoramento da gestão do projeto de carbono, alinhando-o melhor com as necessidades da comunidade.

1.11. Ressarcimento de Despesas:

Não haverá custo para os participantes. O transporte e a alimentação durante a participação na pesquisa serão fornecidos, quando necessário.

1.12. Sigilo e Privacidade:

Todas as informações coletadas serão mantidas em sigilo e os dados serão analisados de forma anônima. Caso haja interesse na identificação dos participantes, será solicitado consentimento prévio.

Permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Não permito a minha identificação através de uso de meu nome nos resultados publicados da pesquisa.

Obs.: Rubricar dentro do parêntese com a escolha feita.

1.13. Liberdade para Recusar ou Retirar o Consentimento:

A participação é voluntária. Você pode recusar participar ou retirar seu consentimento em qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

1.14. Liberdade para Não Responder:

Você poderá se recusar a responder a qualquer pergunta que cause desconforto emocional ou constrangimento.

1.15. Publicidade dos Resultados:

Os resultados desta pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não ao projeto, de maneira a contribuir para futuras práticas e políticas ambientais. Os participantes terão acesso aos resultados por meio de encontros comunitários, onde serão apresentados de forma simplificada. Além disso, materiais informativos serão disponibilizados, e o relatório simplificado poderá ser entregue fisicamente ou enviado digitalmente aos interessados.

1.16. Divulgação dos Resultados:

Os resultados serão divulgados na forma de relatórios e artigos acadêmicos, podendo ser apresentados em eventos científicos.



Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável

1.17. Direito à Indenização:

Conforme garantido em lei, você tem o direito de pleitear indenização por danos imediatos ou futuros decorrentes de sua participação na pesquisa, se houver.

1.18. Uso Futuro dos Dados:

Seus dados poderão ser armazenados em banco de dados para uso em futuras pesquisas, caso você autorize.

Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras e, portanto, autorizo a guarda do material em banco de dados.

Declaro ciência de que os meus dados coletados podem ser relevantes em pesquisas futuras, mas não autorizo a guarda do material em banco de dados.

Obs.: Rubricar dentro do parêntese com a escolha feita.

2. Consentimento da Participação na Pesquisa

Eu, _____, inscrito(a) sob o RG/ CPF _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “**Entender a percepção das comunidades tradicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto Jacundá**”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável, **Priscila Rocha de Sousa**, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Machadinho do Oeste, _____ de janeiro de _____.

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do pesquisador(a) responsável

Testemunhas (em caso de assinatura datiloscópica)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADO

QUESTIONÁRIO

1. Nome (Opcional): _____

2. Comunidade: _____

3. Idade? _____

4. Gênero: Masculino Feminino Outro Prefiro não responder

5. Escolaridade:

Analfabeto Lê e escreve

Não terminei o ensino fundamental Terminei o ensino fundamental

Não terminei o ensino médio Terminei o ensino médio

Faculdade incompleta Faculdade completa

6. Quantas pessoas moram na sua casa? _____

7. Faz quantos anos que o(a) sr(a) mora na reserva? _____

8. O que você faz como principal atividade no dia a dia?

Extrativismo Agricultura de subsistência Artesanato Manejo madeireiro

Manejo não madeireiro Pesca Comércio local Outro: _____

9. Faz quantos anos que o(a) sr(a) trabalha com essa atividade? _____

10. Você participa do projeto de carbono na reserva?

Participo muito e conheço bem Participo pouco, mas conheço o projeto

Participo, mas não conheço o projeto Não participo, mas sei o que é

Não conheço o projeto Outro: _____

11. Você sabe o que é projeto de carbono?

Sim Não

Explique com suas palavras: _____

12. O projeto de carbono trouxe alguma melhoria para a renda da sua família?

Melhorou muito Melhorou um pouco Não mudou nada

Prejudicou um pouco Prejudicou muito Outro: _____

Por quê? _____

13. Você acha que o projeto ajuda na conservação do meio ambiente da RESEX?

Sim Não Não sei

Por que você acha isso? _____

14. Você percebeu mudanças no meio ambiente da reserva depois que o projeto começou?

Mudanças boas:

Áreas destruídas foram recuperadas Mais animais e plantas apareceram

Mais cuidado com a floresta

Outro: _____

Mudanças ruins:

Degradação de algumas áreas Menos recursos naturais disponíveis

Outro: _____

Explique? _____

15. Você acha que deveria ser incluído algum benefício adicional ao projeto?

Sim Não

Se sim, qual(is)?

Ajuda financeira Formação profissional Apoio na produção

Geração de emprego Outros: _____

16. O projeto trouxe algum benefício direto para você ou sua família?

Sim Não

Se sim, quais? _____

17. Você acha que o projeto mudou algum costume ou tradição importante da sua família?

Sim Não Não sei

Se sim, como? _____

18. Você acha que o projeto precisa de melhorias para ajudar mais as famílias da reserva?

Sim Não Não sei

Por quê? _____

19. Como você avalia a comunicação entre as famílias da reserva e os responsáveis pelo projeto?

Muito boa Boa Nem bom nem ruim Ruim Muito ruim

Por que você acha isso? _____

20. Você acha que o projeto respeita as necessidades e opiniões das famílias da reserva?

Sim, totalmente Sim, em parte Não Não sei

Por que você acha isso? _____

21. Você gostaria de compartilhar mais alguma informação ou opinião sobre o projeto de carbono?

Sim Não

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DA COMISSÃO DE ÉTICA EM PESQUISA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ENTENDER A PERCEPÇÃO DAS COMUNIDADES EXTRATIVISTAS SOBRE O PROJETO DE CARBONO NA RESERVA EXTRATIVISTA RIO PRETO JACUNDÁ.

Pesquisador: PRISCILA ROCHA DE SOUSA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85389724.0.0000.5506

Instituição Proponente: IPE - INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLOGICAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.397.542

Apresentação do Projeto:

Relatoria realizada a partir dos documentos anexados na Plataforma Brasil, relativos ao projeto CAAE: 85389724.0.0000.5506 (Versão 2), submetido em 10/02/2025, seguindo as orientações da Resolução 466/12, da Norma Operacional nº 001/2013 e da lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024.

- Resumo;

Este projeto visa investigar a percepção das comunidades extrativistas da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá sobre o projeto de carbono implantado na região. A pesquisa utilizará uma abordagem mista, qualitativa e quantitativa, e será conduzida por meio de questionários estruturados e entrevistas semiestruturadas, abrangendo um representante de cada uma das 29 famílias da reserva. A coleta de dados será realizada diretamente na comunidade, com o uso de questionários para coletar respostas objetivas e de entrevistas para aprofundar a compreensão das percepções dos moradores sobre o impacto do projeto em suas vidas e práticas. A análise quantitativa utilizará softwares como Excel e SPSS, enquanto os dados qualitativos serão analisados através do método do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Este estudo busca fornecer subsídios para o desenvolvimento de políticas de carbono que considerem a realidade das comunidades tradicionais.

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br



UNIVERSIDADE GUARULHOS -
UNG



Continuação do Parecer: 7.397.542

- Critérios de inclusão e exclusão. (recorta e cola);

Critério de Inclusão:

- Moradores da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá.
- Representantes de cada uma das 29 famílias da reserva.
- Participantes maiores de idade, capazes de fornecer consentimento consciente e informado.

Critério de Exclusão:

- Indivíduos menores de idade.
- Moradores que não sejam representantes das famílias selecionadas ou que não residam na reserva.
- Participantes que não desejarem fornecer consentimento para participar.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário

Compreender a percepção das comunidades extrativistas da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá sobre as mudanças e impactos associados ao projeto de carbono em suas vidas e práticas tradicionais.

Objetivos secundários

- Identificar as expectativas das comunidades extrativistas em relação aos benefícios e mudanças promovidas pelo projeto de carbono.
- Analisar como as práticas tradicionais e os modos de subsistência das comunidades foram percebidos como impactados pelo projeto.
- Examinar as principais preocupações e desafios mencionados pelas comunidades em relação ao desenvolvimento do projeto de carbono.
- Investigar o nível de participação das comunidades extrativistas nas decisões e na implementação do projeto de carbono.
- Avaliar a influência de fatores culturais e sociais nas percepções das comunidades sobre o projeto e suas implicações.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos associados a pesquisa são mínimos, podendo haver algum desconforto ao falar sobre

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br

Página 02 de 06



UNIVERSIDADE GUARULHOS -
UNG



Continuação do Parecer: 7.397.542

questão sensíveis. Para mitigar esse risco, o sigilo será rigorosamente mantido, e os participantes poderão interromper sua participação a qualquer momento.

Benefícios:

Os benefícios incluem a oportunidade para a comunidade expressar suas percepções sobre o projeto de carbono, contribuindo para o aprimoramento das práticas de gestão. Indiretamente, os resultados podem levar a ajustes no projeto que promovam benefícios sociais e ambientais mais amplos. Além de garantir que a voz da comunidade seja ouvida, a pesquisa pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas. Ao identificar desafios e oportunidades, os resultados poderão embasar políticas públicas e estratégias mais inclusivas para o desenvolvimento sustentável da região. A valorização do conhecimento tradicional das comunidades também fortalece seu papel na conservação ambiental e no manejo dos recursos naturais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O tema do trabalho é relevante, consiste em um levantamento sobre a percepção do projeto de carbono na Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, verificando-se assim como que as famílias que vivem na região alteraram seus cotidianos e práticas tradicionais por conta da implantação do projeto. O trabalho conta com a aprovação das instâncias governamentais relacionadas à RESEX, com objetivos delimitados e indicação indireta da Relevância Social.

O local e população a ser incluída no estudo estão indicadas e receberam os indicativos das garantias éticas pertinentes. Este trabalho pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias, pois os resultados poderão embasar políticas públicas e estratégias mais inclusivas para o desenvolvimento sustentável da região, contando com a valorização do conhecimento tradicional das comunidades na conservação ambiental e no manejo dos recursos naturais.

Os objetivos secundários do trabalho incluem a identificação das expectativas das comunidades extrativistas em relação aos benefícios e mudanças promovidas pelo projeto de carbono, a análise de como as práticas tradicionais e os modos de subsistência das comunidades foram percebidos como impactados pelo projeto, o exame das principais preocupações e desafios mencionados pelas comunidades em relação ao desenvolvimento do projeto de carbono, a investigação do nível de participação das comunidades extrativistas nas decisões e na implementação do projeto de carbono e a avaliação da influência de fatores culturais e sociais nas percepções das comunidades sobre o projeto e suas implicações.

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br

Página 03 de 06



UNIVERSIDADE GUARULHOS -
UNG



Continuação do Parecer: 7.397.542

O método utilizado será a entrevista direta com um representante maior de idade de cada uma das 29 famílias que vivem na RESEX, com processamento estatístico dos resultados. Todos serão ouvidos em ambientes isolados e privativos, garantindo o sigilo e confidencialidade para tocar em possíveis temas sensíveis. Pelo menos 70% das famílias devem ser ouvidos para que o projeto ocorra, e o cronograma será dado como concluído quando os resultados forem processados e apresentados aos participantes da pesquisa em reunião comunitária.

O orçamento será de responsabilidade da pesquisadora, que já previu custos com transporte, materiais e 10% extra para o caso de uma eventualidade.

Todos os apontamentos realizados na versão anterior foram contemplados, exceto a indicação de que não haverá repercussões negativas aos participantes do estudo ao àqueles que dele se recusem a participar na carta de anuência e ou de autorização, embora esteja explícito no TCLE, no projeto e demais documentos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

De acordo com a Resolução 466/12, seguem as considerações sobre os termos de apresentação obrigatória, as não conformidades estão descritas em Conclusões ou Pendências:

- TCLE: está adequado.
- Folha de rosto: está adequada.
- Carta de anuência e ou autorização: está adequada.
- Quanto ao Termo de Fiel Depositário: não se aplica.
- Cronograma: está adequado.
- Orçamento: está adequado.
- Declaração de compromisso: está adequada.

1) Quanto à Carta de Anuência/Autorização:

- Como solicitado na última relatoria, seria bom indicar que não haverá repercussões negativas aos participantes do estudo ou que dele se recusem a participar; Entendemos a dificuldade para a obtenção de documentos das esferas públicas e entendendo que o TCLE apresenta a informação e por se tratar do documento que celebrará o "contrato" entre pesquisadora e participantes, entende-se que o projeto está aprovado para início.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sugestão de texto: A partir das orientações das Resoluções CNS 466/12 e 510/16, da Norma

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br

Página 04 de 06



UNIVERSIDADE GUARULHOS -
UNG



Continuação do Parecer: 7.397.542

Operacional nº 001/2013 e e da lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024, o projeto CAAE: 85389724.0.0000.5506 (Versão 2), submetido em 10/02/2025 foi considerado APROVADO.

- Carta de anuência e ou autorização:

Indicar que não haverá repercussões negativas aos participantes do estudo ou que dele se recusem a participar, como já está indicado no Projeto detalhado e no TCLE;

Considerações Finais a critério do CEP:

Após reunião de colegiado e com base nas Resoluções CNS 466/12 e 510/16, da Norma Operacional nº 001/2013, e da lei Nº 14.874, de 28 de maio de 2024, o projeto CAAE: 85389724.0.0000.5506 (Versão 2), submetido em 10/02/2025 foi considerado APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2457801.pdf	10/02/2025 09:41:07		Aceito
Outros	Gmail_RE_Plataforma_Brasil_Cronograma.pdf	10/02/2025 09:35:04	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Outros	Formulario_Declaracao_att.pdf	05/02/2025 18:22:00	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Outros	Parecer_14_SEI_0055424513.pdf	05/02/2025 18:17:20	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Orçamento	Orcamento_Att.docx	29/01/2025 19:26:34	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Att.docx	29/01/2025 19:26:25	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Att.docx	29/01/2025 19:26:07	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Outros	INFRAESTRUTURA_PARA_PESQUISA_assinado.pdf	09/12/2024 14:24:16	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	DECLARACAO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_RESPONSAVEL_assinado.pdf	09/12/2024 14:20:17	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Outros	Autorizacao_de_Pesquisa_em_Unidade_de_Conservacao.pdf	09/12/2024 12:23:00	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	14/11/2024	PRISCILA ROCHA	Aceito

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br



UNIVERSIDADE GUARULHOS -
UNG



Continuação do Parecer: 7.397.542

Folha de Rosto	folhaDeRosto_assinado.pdf	13:08:18	DE SOUSA	Aceito
Outros	Apendice_A_Roteiro_Questionario.docx	13/11/2024 19:11:41	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito
Cronograma	Cronograma.docx	13/11/2024 19:00:32	PRISCILA ROCHA DE SOUSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GUARULHOS, 19 de Fevereiro de 2025

Assinado por:
JOSE AUGUSTO RODRIGUES
(Coordenador(a))

Endereço: Praça Tereza Cristina, 88, Prédio E., 5º andar

Bairro: Centro

CEP: 07.023-070

UF: SP

Município: GUARULHOS

Telefone: (11)2464-1664

E-mail: comite.etica@ung.br

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

Autorização n°:		Validade:	15/01/2025 a 15/09/2025
Unidade de Conservação Solicitada:	Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá		
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO			
<input type="checkbox"/> Fauna; <input type="checkbox"/> Flora; <input type="checkbox"/> Ecologia; <input type="checkbox"/> Entomologia; <input type="checkbox"/> Geologia; <input checked="" type="checkbox"/> Socioeconomia; <input type="checkbox"/> Arqueologia; <input type="checkbox"/> Turismo; <input type="checkbox"/> Recursos Hídricos; <input type="checkbox"/> Educação Ambiental; <input type="checkbox"/> Cavidades Naturais; e <input type="checkbox"/> Outros:			
TIPO		INSTITUIÇÃO	
<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa em Unidade de Conservação		Instituição de ensino/solicitante:	
<input type="checkbox"/> Coleta de material: ANIMAL*		ESCAS / IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas	
<input type="checkbox"/> Coleta de material: VEGETAL*		CNPJ:	66.831.223/0001-09
<input type="checkbox"/> Coleta de material: GEOLÓGICO*		Destinatário da Pesquisa/Interessado:	
<input type="checkbox"/> Coleta de material: INSETOS*		Priscila Rocha de Sousa	
<input type="checkbox"/> Transporte de produto e/ou subproduto da fauna			
<input type="checkbox"/> Transporte de produto e/ou subproduto botânico		Unidade de Conservação pleiteada:	
<input type="checkbox"/> Depósito de material biológico		Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá	
*Cronograma de coletas:			
Neste projeto não será realizado a coleta de espécimes, tão pouco amostras biológicas.			
TÍTULO DO PROJETO			
Entender a percepção das comunidades tradicionais sobre o projeto de carbono na RESEX Rio Preto Jacundá			
OBJETIVO			
Compreender a percepção das comunidades extrativistas da Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá sobre as mudanças e impactos associados ao projeto de carbono em suas vidas e práticas tradicionais.			
OBJETIVOS ESPECÍFICOS			
Identificar as expectativas das comunidades extrativistas em relação aos benefícios e mudanças promovidas pelo projeto de carbono			
Analisar como as práticas tradicionais e os modos de subsistência das comunidades foram percebidos como impactados pelo projeto.			
Examinar as principais preocupações e desafios mencionados pelas comunidades em relação ao desenvolvimento do projeto de carbono.			

Investigar o nível de participação das comunidades extrativistas nas decisões e na implementação do projeto de carbono		
Avaliar a influência de fatores culturais e sociais nas percepções das comunidades sobre o projeto e suas implicações.		
PESQUISADOR RESPONSÁVEL:	Priscila Rocha de Sousa	
CPF n.º:	885.116.002-30	
EQUIPE DE TRABALHO		
NOME	CPF	FUNÇÃO
Priscila Rocha de Sousa	885.116.002-30	Pesquisador titular
Márcio Antônio Nunes Brandão	709.942.342-87	Apoio na pesquisa
OBSERVAÇÕES:		
*As atividades devem ser realizadas em consonância com a legislação ambiental vigente e de acordo com a metodologia informada na documentação encaminhada a esta Secretaria, cabendo ao pesquisador responsável a tomada de cuidados e precauções com relação a riscos de ataques de animais silvestres e/ou peçonhentos, bem como ao estrito cumprimento da metodologia e métodos utilizados nas coletas.		
**É obrigatório submeter à apreciação da Coordenadoria de Unidades de Conservação qualquer modificação dos integrantes da equipe da campo indicados no projeto, bem como dos procedimentos e/ou metodologia de trabalho.		
Local e data da emissão: Porto Velho-RO 06 de dezembro de 2025.		
Autoridade expedidora:		
DANIEL SANTOS DE SOUZA Coordenador de Unidade de Conservação – SEDAM/CUC		



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Santos de Souza**, Coordenador, em 06/12/2024, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0055431097** e o código CRC **2B23E 038**.

Referência: Caso responda este(a) Autorização de Pesquisa em Unidade de Conservação, indicar expressamente o Processo nº 0028.026093/2024-70

SEI nº 0055431097